

FEV  
200  
PRETO

**CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE NITERÓI:**  
**Proposta de Reformulação de Currículo**  
**Maria Inês Sarmet Moreira Smiderle Mello**

CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE NITERÓI:  
Proposta de reformulação de currículo.

Maria Inês Sarmet M. Smiderle Mello

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.

Rio de Janeiro  
Fundação Getúlio Vargas  
Instituto de Estudos Avançados em Educação  
Departamento de Psicologia de Educação  
1 9 8 2

102

A Donaldo Mello, meu ma  
rido, com carinho.

## S U M Á R I O

1. Breve histórico da educação de adultos no Brasil	01
2. Aspectos de qualificação educacional da mão-de- <u>o</u> bra	09
3. Ensino individualizado	16
4. O Centro de Estudos Supletivos de Niterói	25
5. Reflexões sobre reformulação de currículos	34
6. O problema em estudo	
6.1 Introdução	45
6.2 Objetivos	46
6.3 Definição do problema	
6.3.1 Hipóteses	46
6.3.2 Definição das variáveis	48
6.4 Orientação metodológica	49
6.4.1 Sujeitos	50
6.4.2 Instrumentos utilizados	50
6.5 Apresentação tabular dos resultados	66
6.6 Descrição e discussão dos resultados	
6.6.1 Características gerais dos informantes	103
6.6.2 Intenção de inserção no mercado de tra <u>b</u> balho após o término do 2º grau	104
6.6.3 Perspectiva de percepção de maior remu <u>n</u> neração na atual entidade patronal ao término do 2º grau	105
6.6.4 Aspiração a curso superior	106
6.6.5 Pretensão de prosseguimento de estudos em nível de 2º grau só por gosto de es <u>t</u> udar	107
6.6.6 Necessidade de apresentação do certifi <u>c</u> cado de 1º grau na atual entidade pa <u>t</u> ronal	108

6.6.7	Perspectiva de promoção na atual entidade patronal quando da apresentação do certificado de 1º grau	109
6.6.8	Pretensão de ingresso no mercado de trabalho após conclusão de 1º grau	109
6.6.9	Pretensão de mudança de trabalho após conclusão de 1º grau	110
6.6.10	Busca do curso de 1º grau no CES com intenção de envolvimento em atividades diferentes das normalmente realizadas	111
6.6.11	Realização do curso com objetivo de mostrar que, apesar da idade, é possível obter um certificado de 1º grau	111
6.6.12	Frequência ao curso no CES e busca de oportunidade de manter conversas com alunos e professores	112
6.6.13	Hábito de estudar sozinho antes do ingresso no CES	112
6.6.14	Pretensão de terminar o curso rapidamente	113
6.6.15	Apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal com vistas a melhor remuneração	113
6.6.16	Busca de trabalho após conclusão do 1º grau	113
6.6.17	Necessidade de apresentação do certificado de 1º grau com vistas a atender exigência do empregador.	114
6.6.18	Importância dada à possibilidade de passar a poder orientar estudo dos filhos	115
6.6.19	Importância dada à possibilidade de mostrar à família e amigos que é capaz de obter um certificado de 1º grau	115
6.6.20	Importância dada à possibilidade de se ocupar em ambiente diferente do trabalho e de casa	115

6.6.21	Importância dada à realização do 2º grau	116
6.6.22	Importância atribuída à possibilidade - de manter conversas informais com cole <u>g</u> gas e professores	116
6.6.23	Tendências gerais apresentadas	117
6.7	Conclusões	126
7.	Recomendações e sugestões	135
	Bibliografia	142

**Listas de Tabelas:**

	P.
01. Distribuição dos informantes, segundo a idade	67
02. Distribuição dos informantes, segundo o ano em que se matricularam no CES	67
03. Distribuição dos informantes, segundo frequência - anterior à escola	68
04. Distribuição dos informantes, segundo escolaridade anterior ao curso	68
05. Distribuição dos informantes, segundo presença de remuneração em relação a trabalho que realizam	68
06. Distribuição dos informantes, segundo suas ocupações atuais	69
07. Distribuição dos informantes, segundo possuam <u>fi</u> lhos ou não	70
08. Distribuição dos informantes, segundo pretensão de continuar os estudos em nível de 2º grau	70
09. Relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e busca de emprego após <u>conclu</u> são desse curso	71
10. Relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e aspiração a curso superior	71
11. Distribuição dos informantes, segundo percepção da relação existente entre continuação dos estudos em nível de 2º grau e busca de emprego após <u>con</u> clusão desse curso, por sexo, idade e ocupação	72
12. Distribuição dos informantes, segundo percepção da relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e aumento de salário na atual entidade patronal, por sexo, idade e ocupação	73

	p.
13. Relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e aumento de salário na atual entidade patronal	74
14. Pretensão de prosseguimento de estudos em nível - de 2º grau só por gosto de estudar	74
15. Distribuição dos informantes, segundo percepção da relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e aspiração a curso superior, por sexo, idade e ocupação	75
16. Distribuição dos informantes, segundo pretensão - de prosseguimento de estudos em nível de 2º grau só por gosto de estudar, por sexo, idade e ocupação	76
17. Necessidade de apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal	77
18. Relação existente entre apresentação do certificado de 1º grau e promoção na atual entidade patronal	77
19. Distribuição dos informantes, segundo necessidade de apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal, por sexo, idade e ocupação	78
20. Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre apresentação do certificado de 1º grau e promoção na atual entidade patronal, por sexo, idade e ocupação	79
21. Relação existente entre o recebimento do Certificado de 1º grau e a iniciação no trabalho	80
22. Relação existente entre o recebimento do certificado de 1º grau e a pretensão de mudar de trabalho	80



23. Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre o recebimento do certificado de 1º grau e a iniciação no trabalho, por sexo, idade e ocupação 81
24. Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre o recebimento do certificado de 1º grau e a pretensão de mudar de trabalho, por sexo, idade e ocupação 82
25. Relação existente entre a procura do curso no CES e o desejo de envolvimento em ocupação diferente - das realizadas em casa e no trabalho 83
26. Relação existente entre a realização do curso e a possibilidade de mostrar que, apesar da idade, podem obter um certificado de 1º grau 83
27. Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre a procura do curso no CES e o desejo de envolvimento em ocupação diferente das realizadas em casa e no trabalho, por sexo, idade e ocupação 84
28. Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre a realização do curso e a possibilidade de mostrar que, apesar da idade, podem obter um certificado de 1º grau, por sexo, idade e ocupação 85
29. Relação existente entre a frequência ao curso no CES e a busca de oportunidade de conversar com colegas e professores 86
30. Hábito de estudar sozinho antes do ingresso no CES 86
31. Relação existente entre a frequência ao curso no CES e a busca de oportunidade de conversar com colegas e professores, por sexo, idade e ocupação 87
32. Hábito de estudar sozinho antes do ingresso no CES

	p.
por sexo, idade e ocupação	88
33. Importância atribuída à possibilidade de manter - conversas informais com colegas e professores	89
34. Importância dada à apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal visando a <u>me</u> lhor remuneração	89
35. Distribuição dos informantes, segundo importância dada à rápida conclusão de curso de 1º grau, por <u>se</u> xo, idade e ocupação	90
36. Distribuição dos informantes, segundo importância dada à apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal visando a melhor remunera- ção, por sexo, idade e ocupação	91
37. Importância dada à busca de um trabalho após a <u>con</u> clusão do curso de 1º grau	92
38. Importância dada à necessidade de apresentação do certificado de 1º grau para atender exigência do empregador	92
39. Distribuição dos informantes, segundo importância dada à busca de um trabalho após a conclusão do curso de 1º grau, por sexo, idade e ocupação	93
40. Distribuição dos informantes, segundo importância dada à necessidade de apresentação do certificado de 1º grau para atender exigência do empregador , por sexo, idade e ocupação	94
41. Importância dada à possibilidade de, com a realiza- ção do curso de 1º grau, passar a poder orientar o estudo dos filhos	95
42. Importância dada à possibilidade de mostrar à famí- lia e aos amigos que é capaz de obter um certifica-	

	P.
do de 1º grau	95
43. Distribuição dos informantes, segundo importância dada à possibilidade de, com a realização do curso de 1º grau, passar a poder orientar o estudo dos filhos, por sexo, idade e ocupação	96
44. Distribuição dos informantes, segundo importância dada à possibilidade de mostrar à família e aos amigos que é capaz de obter um certificado de 1º grau, por sexo, idade e ocupação	97
45. Importância dada à possibilidade de, durante a realização do curso de 1º grau, se ocupar em ambiente diferente do trabalho e de casa	98
46. Importância atribuída à possibilidade de fazer o 2º grau	98
47. Distribuição dos informantes, segundo a importância atribuída à possibilidade de, durante a realização do curso de 1º grau, se ocupar em ambiente diferente do trabalho e de casa, por sexo, idade e ocupação	99
48. Distribuição dos informantes, segundo importância atribuída à possibilidade de fazer o 2º grau, por sexo, idade e ocupação	100
49. Distribuição dos informantes, segundo importância atribuída à possibilidade de manter conversas informais com colegas e professores, por sexo, idade e ocupação	101
50. Importância dada à rápida conclusão do curso de 1º grau	102

Para elaboração deste trabalho, foi de suma importância a dedicação da professora CÉLIA LÚCIA MONTEIRO DE CASTRO que, mesmo estando desligada do corpo do<sub>o</sub>cente do IESAE, continuou orientando esta dissertação.

A professora CÉLIA LÚCIA meu agradecimento sincero.

**Lista de Abreviaturas:**

**CEDERJ - Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro**

**CES - Centro de Estudos Supletivos**

**CFE - Conselho Federal de Educação**

**CETEB - Centro de Ensino Técnico de Brasília**

**DSU - Departamento de Ensino Supletivo**

**FGV - Fundação Getúlio Vargas**

**IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**IESAE - Instituto de Estudos Avançados em Educação**

**MEC - Ministério da Educação e Cultura**

**PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

**SOE - Serviço de Orientação Educacional**

**URGS - Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul**

## RESUMO

Desde a década de quarenta, quando foi criado o Serviço de Educação de Adultos, até os dias atuais, com os Centros de Estudos Supletivos, a educação de adultos no Brasil apresentou um processo evolutivo que tem abrigado no seu contexto uma gama variada de metodologias adotadas.

Como experiência pioneira no curso de suplência em nível de 1º grau, o Centro de Estudos Supletivos de Niterói foi o primeiro a ser criado no Estado do Rio de Janeiro utilizando-se do ensino individualizado.

Para o desenvolvimento do trabalho foi inventariada a bibliografia do ensino individualizado, da qualificação educacional da mão-de-obra no Brasil e da reformulação de currículos. Em seguida, passou-se à descrição e análise dos questionários respondidos pelos alunos do Centro de Estudos Supletivos de Niterói. Pôde-se determinar a caracterização da clientela, de um lado, sob os aspectos de idade e escolarização anterior ao curso de 1º grau, de outro, sob os objetivos com que os alunos procuram esse curso.

Delineada a caracterização da clientela, e levando em conta o referencial teórico adotado, apresentaram-se proposições para reformulação do currículo do Centro de Estudos Supletivos de Niterói. Para a condução dos trabalhos de reformulação, foi sugerida a adoção, como diretriz básica, da busca do desenvolvimento nos alunos do ato de pensar.

## RESUME

Since the 1940s when the Serviço de Educação de Adultos was created until the present time, in conjunction with the Centros de Estudos Supletivos, adult education in Brazil has been marked by a continuous improvement which keeps within itself a range of ideas in the methodologies used.

As a pioneer experience in a substitute course at an elementary school, the Centros de Estudos Supletivos of Niterói was the first to be established in Rio de Janeiro, and which used a teach-yourself approach.

In order to achieve good results of the work, it was catalogued a bibliography in the area of self-teaching methods, educational qualification, work force in Brazil, as well as an improvement in curriculums. Next we proceeded to a discussion and analysis of the answers based on the questions submitted to the students of the Centros de Estudos Supletivos of Niterói. By this way it was possible to find out the distinguishing characteristics of the school population such as age, the learning stage before they entered the first-grade school, on one side and, on the other, their aims and aspirations in looking for that kind of course.

Having found out the most important points of the features of the school population, and taking into account the basic references used, it was suggested an improvement of the Centros de Estudos of Niterói. To conduct this activity, it was also suggested, as basic guidelines the search out for an improvement in the students mental ability.

## 1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

Remontam à época do Império as primeiras preocupações com a educação de adultos no Brasil, embora somente em época recente tenha começado seu desenvolvimento progressivo. Em meados da década de 40, a educação de adultos passa a ser empreendida pelo governo da União e o Estado começa a assumir a tarefa de alcançar, pela escola, todos os analfabetos.

"Há diversos marcos significativos neste processo da inclusão de todos os adolescentes e adultos analfabetos entre os objetivos da atuação do Estado no Brasil: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930; a fixação da idéia de um plano nacional de educação, na constituição de 1934; a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1938; os resultados do Recenseamento Geral do Brasil, de 1940; a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942 e sua regulamentação em 1945; e, acima de tudo, a criação de um Serviço de Educação de Adultos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1947, e a aprovação, nesse mesmo ano, de um plano nacional de educação supletiva para adolescentes e adultos analfabetos".<sup>1</sup>

O Serviço de Educação de Adultos tinha o objetivo de orientar e coordenar os trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo<sup>2</sup> destinados a adolescentes e adultos que não tivessem tido oportunidade de realizar os cursos formais em idade própria. Um dos setores do Serviço de Educação de Adultos, o setor de Orientação Pedagógica, concluiu, ainda em 1947, a preparação de cartilhas e textos de leitura e passou a distribuí-los em grande escala no âmbito das escolas supletivas já instaladas. Também nesse período, tentou-se mobilizar a opinião pública em favor da educação de adultos e, assim, atrair a colaboração da iniciativa particular e dos governos municipais e estaduais a essa causa.

O esforço feito pelo governo da União no campo da educação de adultos, a partir de 1947, visando a integrar tudo o que vinha sendo feito na área e contar com a colabo



ração dos governos estaduais e municipais, foi chamado de " Campanha de Educação de Adultos ". Essa campanha teve mais forte atuação entre 1947 e 1954 e fixou seus objetivos, principalmente, em termos quantitativos. O que se esperava, então, era atender ao maior número possível de analfabetos adolescentes e adultos, num tempo curto, e estender, a médio e a longo prazos, as oportunidades a todos os analfabetos, oferecendo educação de base com conteúdos identificados aos do ensino primário fundamental regular.

" Na verdade, o esforço de educação popular realizado no âmbito da Campanha visava à 'recuperação de grandes massas da população que viviam praticamente à margem da vida nacional': era necessário educar o adulto, antes de tudo, para que esse 'marginalismo'<sup>3</sup> desaparecesse e o país pudesse ser mais homogêneo, mais coeso e mais solidário ( ... ). Era necessário educar o adulto 'porque essa obra era de defesa nacional, porque concorreria para que todos melhor soubessem defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor no seu próprio lar, na sociedade, em geral ".<sup>4</sup>

Assim, as atividades postas a efeito no campo da ação da campanha pareciam pretender, de certa forma, abranger um processo educativo mais amplo no esforço de elevar os níveis educacionais das comunidades. A campanha pretendu estender não só o acesso aos conteúdos do ensino primário, mas também a "ação social" onde se esperou promover a valorização da educação junto às massas.

Em 1948 foram criados os serviços estaduais de educação de adultos articulados diretamente com o Serviço de Educação de Adultos do Departamento Nacional de Educação. Esses serviços regionais tinham a função principal de implantar e desenvolver a rede de escolas de ensino supletivo. Com o aproveitamento intensivo dos recursos locais, foi possível cumprir integralmente as metas quantitativas estabelecidas para os anos iniciais da campanha. Há poucas referências, na documentação reunida pelo serviço de Educação de Adultos, à consecução de objetivos não quantitativos do movimento, referindo-se, a maior parte delas, aos

resultados da chamada "ação social da campanha".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4024/61, tinha entre seus artigos um que se referia ao ensino supletivo, o artigo 99.

A partir de 1961 começou a ser posto em prática em Recife o método do Professor Paulo Freire de alfabetização de adultos que, além de extremamente simples, aliava o processo educativo às características do meio. O professor já vinha trabalhando antes com alfabetização de adultos "jamais admitindo que a 'democratização da cultura' correspondesse à simples 'vulgarização' da cultura e sempre avesso à idéia de uma doação presente nas relações entre o educador e o educando. A afirmação da necessidade de buscar os conteúdos da educação do povo nas condições reais de existência do homem comum era uma constante em suas manifestações".<sup>5</sup>

Em 1962 - depois do sucesso das experiências iniciadas em Recife no ano anterior - outras regiões do país começaram a se interessar pelo "método Paulo Freire de alfabetização". Em janeiro de 1964 foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização do MEC pelo Decreto nº 53.465. Em seu artigo 1º havia a determinação de que os trabalhos se realizassem "mediante o uso do sistema Paulo Freire". Em abril do mesmo ano de 1964, uma Portaria revogava todas as anteriores impedindo, assim, a utilização do método Paulo Freire para alfabetização de adultos.

No ano de 1967, o Governo Federal autorizava a criação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - (MOBRAL) que entrou em atividade em 1970. "O MOBRAL define seu método como: '(...) eclético, baseado na decomposição das PALAVRAS GERADORAS (...) ' baseado em técnicas de trabalho em grupo, em ajuda mútua e inserção comunitária".<sup>6</sup> As palavras geradoras e o material didático utilizados são os mesmos para o Brasil inteiro. Sem dúvida, ao lado de semelhanças com o método de Paulo Freire, como a utilização de palavras geradoras, muitas são as diferenças entre as duas concepções: enquanto "Paulo Freire emprega os processos mentais de análise e síntese durante a alfabetização de adultos, juntamente com a problematização da situação existencial em que vive o alfabetizando ..."<sup>7</sup> o MOBRAL procura fazer com que sua clientela atinja suas metas e aceite os fins da educação sem que seja propiciada a necessária discussão a respeito parecendo consi

derar que, se seguidas suas prescrições, o analfabeto "marginalizado" terá satisfeito todas as condições necessárias para se adentrar ao mundo dos que produzem e consomem.

A Lei 5692/71 veio trazer grandes modificações ao ensino supletivo. Não mais um artigo - como o artigo 99 da Lei 4024/61 - mas todo um capítulo a ele foi dedicado. Com a Lei 5692/71, a abrangência do ensino supletivo passou a ser muito maior já que o artigo 99 da Lei 4024/61 previa a realização de exames supletivos enquanto pela nova Lei foram previstos cursos e exames. Após a Lei 5692/71 "foi criado um grupo de trabalho para estudar as diretrizes a seguir quanto ao ensino supletivo brasileiro, concluindo pela elaboração do Relatório do Conselheiro Valnir Chagas que, aprovado pelo CFE, passou a constituir o Parecer 699/72".<sup>8</sup>

Através da Lei 5692/71, no que se refere ao supletivo, três planos existenciais estão envolvidos: produção, lazer e valor. "Em termos de produtividade individual, ao ensino supletivo cabe a função de proporcionar aos indivíduos conhecimentos necessários para o desempenho de atividades econômicas, sociais e políticas ( ... ). Em relação ao lazer o ensino supletivo assume uma conotação muito especial ( ... ). Entendendo o lazer como ocupações que a pessoa desempenha com vistas ao repouso, ao divertimento, ao desenvolvimento da participação do indivíduo, o ensino supletivo não poderia prescindir desta preocupação, porque tem de cuidar das condições com as quais possa assegurar uma higiene mental e física ao seu tipo específico de clientela ( ... ). No plano dos valores, o ensino supletivo deve colocar o homem diante da cultura de seu tempo, desenvolvendo-lhe a capacidade de atuar com acurado senso de responsabilidade e solidariedade na execução das tarefas".<sup>9</sup>

A Lei 5692/71 prevê, pois, a realização de cursos e exames supletivos.<sup>10</sup> O ensino supletivo passa a se revestir de quatro funções:

. Suplência: pode ser realizada através de cursos ou exames. Pretende suprir a escolarização de pessoas - adolescentes ou adultos - que não a tenham concluído ou realizado em idade própria.

. Suprimento: previsão de oferta de cursos livres que têm a função de "reciclar" as pessoas que os procuram. Aqui a

perspectiva é de uma "educação continuada".

. Aprendizagem: "formação metódica no trabalho a cargo das empresas ou instituições por estas criadas e mantidas. Não se permite o desenvolvimento da aprendizagem em nível inferior ao da 5ª série".<sup>11</sup> Em algumas regiões do País está havendo, atualmente, tendência a que se exija do aprendiz que haja concluído o 1º grau.

. Qualificação: é um desdobramento da Aprendizagem, surgida no Brasil depois dela "visando à formação profissional de adultos dentro de esquemas menos rígidos que os oferecidos pelas antigas escolas técnicas. De início tentou-se a experiência nas empresas e instituições encarregadas de proporcionar a aprendizagem, mas acabou sendo encampada por outros órgãos, entre eles o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO)".<sup>12</sup> Os cursos de qualificação devem ser ministrados em nível das quatro últimas séries do 1º grau ou em nível do 2º grau.

Tanto os cursos de aprendizagem quanto os de qualificação dão direito ao prosseguimento dos estudos desde que seus conteúdos curriculares sejam equivalentes aos do ensino regular.

Em se tratando de cursos supletivos, uma das experiências mais novas é a dos Centros de Estudos Supletivos. Os Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio de Janeiro<sup>13</sup> foram aprovados pelo Parecer 201/78 do Conselho Estadual de Educação (RJ). O Parecer 254/80 do mesmo Conselho - que aprovou o plano de estrutura e funcionamento dos Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio - concedeu efeito retroativo para os diversos Centros de Estudos então em funcionamento. O CES/Niterói teve seu plano aprovado a contar de setembro de 1976, data de sua inauguração.

De acordo com a deliberação 16/76 do CEDERJ é possível a matrícula, nas quatro últimas séries do 1º grau, de alunos que não tenham frequentado nenhum curso anterior. Nesse caso, deverá ser feita uma avaliação pela direção e orientadores técnicos do curso a que se destinam, sendo situados na fase em que for indicada por seu grau de maturidade e conhecimentos.

Os exames supletivos, de acordo com o Parecer 2110/76

do CFE, deverão ser realizados por disciplina e não por á  
rea de estudos. Enquanto para a realização desses exames  
não há necessidade de apresentação do certificado de 1º  
grau para realização do 2º grau, no Estado do Rio, o mes  
mo não ocorre com os cursos de suplência em nível de 2º  
grau - de acordo com a Deliberação 16/76 do CEDERJ - onde  
é exigido o certificado de 1º grau para matrícula.

De acordo com o Parecer 254/80 do CEDERJ, os Cen  
tros de Estudos Supletivos do Estado do Rio de Janeiro <sup>14</sup>  
estão autorizados a aceitar os comprovantes de habilitação  
parcial obtidos nos exames de suplência realizados pelo  
sistema oficial de ensino de qualquer Unidade da Federa  
ção, desde que sejam obedecidas as condições legais tais  
como a referente à idade do aluno<sup>15</sup>. Sem dúvida, a partir  
dessa autorização, o fluxo de alunos nos Centros Supleti  
vos do Estado do Rio tenderá a aumentar consideravelmente  
já que não mais se exigirá que voltem a desenvolver traba  
lhos referentes às disciplinas em que lograram aprovação  
nos exames supletivos.

Notas:

<sup>1</sup>BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular: um  
estudo sobre educação de adultos*. S. Paulo, Pionei  
ra, 1974, p. 68.

<sup>2</sup>Pela revisão bibliográfica feita para realização des  
te trabalho, verificou-se que o termo "supletivo" passou a  
ser usado a partir da Lei 5.692/71.

<sup>3</sup>Oportuna é a transcrição de um trecho de Paulo Freire  
em *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, 2ª e  
dição, RJ, Paz e Terra, 1977, p. 47:

"Aqueles que consideram os analfabetos como seres mar  
ginais devem, porém, reconhecer a existência de uma reali  
dade de que eles se encontram marginalizados - realidade  
que não é apenas um espaço físico, mas econômico, históri  
co, social, cultural. Desta maneira, os analfabetos têm  
que ser reconhecidos como seres 'fora de' ou 'marginais a'  
alguma coisa, pois que seria impossível estarem marginais

a nada. Mas estar 'fora de' implica em que, quem se encontra 'fora de' fez um movimento do centro onde se achava para a periferia. ( ... ). Serão que os chamados marginais, entre eles os analfabetos, tomam a decisão de mover-se até a 'periferia' da sociedade ? Se assim é, a marginalidade é uma opção com tudo o que ela envolve: fome, doença, raquitismo, baixos índices de expectativa de vida, crime, promiscuidade, morte em vida, impossibilidade de ser, desesperança.

De fato, porém, é difícil aceitar que 40% da população brasileira ( ... ) tivessem feito a trágica escolha de sua marginalidade, como analfabetos.

Se então a marginalidade não é uma opção, os chamados marginais foram expulsos, objeto, portanto, de uma violência. Na verdade, violentados, não se acham porém, 'fora de'. Encontram-se dentro da realidade social, como grupos ou classes dominadas, em relação de dependência com a classe dominante. ( ... ). Sem compreendê-los como classe dominada, termina-se por torná-los como homens e mulheres 'enfermos' para quem o 'remédio' seria a alfabetização que permitiria seu regresso à estrutura 'saudável' de que se encontram separados".

<sup>4</sup>BEISIEGEL, Celso de Rui. opus cit, p. 96.

<sup>5</sup>Ibidem, p. 165

<sup>6</sup>JANNUZZI, Gilberta M. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL*. S. Paulo, Cortez & Moraes, 1979, p. 59.

<sup>7</sup>Ibidem, p. 36

<sup>8</sup>COLLET, Heloisa Gouvêa. *Educação permanente: uma abordagem metodológica*. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio, Departamento Nacional, 1976, p. 47.

<sup>9</sup>MEC/DSU/FUBRAE/CETEB. *Preparação de Professores para o ensino supletivo: Dimensões legais do ensino supletivo*. CETEB, Brasília, DF, 1974 - 1975, Bit 02 p. 14 - 5.

<sup>10</sup> A existência de exames, hoje chamados exames supletivos, é antiga. Suas finalidades foram sendo modificadas com o correr do tempo. Os "preparatórios", por exemplo, eram apenas uma forma de atestar educação secundária aos que a houvessem obtido por outras vias que não a oferecida pela escola oficial. A população visada não era, pois, a dos menos favorecidos mas a dos que precisavam do reconhecimento oficial para estudos já realizados.

A Reforma Campos ( 1931 ), a Reforma Capanema ( 1942 ) e a Lei de Diretrizes e Bases ( 1961 ) foram trazendo modificações sucessivas aos exames. A Lei 4.024/61 foi a primeira a prever, desde 1931, exames em nível colegial, hoje 2º grau.

<sup>11</sup> MEC/CFE. Parecer 699/72.

<sup>12</sup> FERRAZ, Esther de Figueiredo. *Alternativas da Educação*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, P. 78-9.

<sup>13</sup> A respeito desses Centros de Estudos ver página 25 desse trabalho.

<sup>14</sup> "Congratula-se este conselho com a SEEC/RJ pela iniciativa de ampliação da rede de Centros de Estudos Supletivos, os quais correspondem não somente a uma prioridade no campo educacional, com ainda a concretização de uma das principais metas previstas pelo PLANRIO e no PLANECS". Parecer 254/80 do CEDERJ, p. 3.

<sup>15</sup> O CESAS - Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul, Brasília, está autorizado a fazer isso desde 15/05/75.

## 2. ASPECTOS DA QUALIFICAÇÃO EDUCACIONAL DA MÃO-DE-OBRA

Os dados estatísticos sobre mão-de-obra no país aos quais se teve acesso são fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE - através dos censos decenais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, esta realizada a partir de 1967. A PNAD divide o território nacional em sete regiões sócio-econômicas, compondo o Estado do Rio a 1.<sup>a</sup> região.

Pelo censo de 1970, foram considerados como população economicamente ativa aqueles que trabalharam durante o período de referência adotado - um ano, tendo como limite a data do censo - mesmo que, nessa data, estivessem desempregados, em gozo de férias ou licença ou presos esperando julgamento. Foram incluídas na população economicamente ativa as pessoas com idade a partir de dez anos que estivessem procurando trabalho pela primeira vez. Os classificados em "condições inativas" - aqueles que não tiveram nenhuma ocupação econômica durante o ano de referência e que não puderam ser incluídos na população economicamente ativa - foram os que vivem de rendas, os estudantes, os aposentados, os que se ocupam de afazeres domésticos, os portadores de doença temporária, os inválidos, detentos e sem ocupação ( aqueles que não exerceram uma ocupação no ano anterior à data do censo, embora tivessem capacidade para exercê-la ).

A PNAD caracteriza a mão-de-obra com relação à semana e ao ano de referência. "A população economicamente ativa na semana de referência compõe-se das pessoas que, nesse período, ( ... ) estavam trabalhando, tinham trabalhado mas não estavam trabalhando ou estavam procurando trabalho, tendo ou não trabalhado antes".<sup>1</sup> Como população não economicamente ativa foram consideradas as pessoas que exerciam atividades domésticas não remuneradas, os sem ocupação, estudantes, pensionistas, aposentados, inválidos e os que viviam de rendas.

Paulo Singer<sup>2</sup> considera que a força de trabalho de um país é formada pela parcela da população que está em condições de participar do processo de produção social. Es



clarece que há atividades produtivas que não são sociais - como por exemplo o trabalho das donas de casa - por se limitarem ao âmbito doméstico. Os que exercem atividades tais como as dos jardineiros, motoristas particulares, empregadas domésticas também deveriam, em sua opinião, estar excluídos da força de trabalho porque suas atividades não contribuem para o produto social já que são serviços que a dona de casa presta a si mesma pagando a terceiros. No entanto, aceita a inclusão de serviços domésticos remunerados na força de trabalho.<sup>3</sup>

Na obra Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969, acima citada, Paul Singer faz um estudo das tendências verificadas quanto às relações das populações masculina e feminina com a força de trabalho naquele período.

Quanto à população masculina consideraram-se interessantes, para efeito deste trabalho, as conclusões:

1) O grupo mais favorecido é o de idade entre 20 e 54 anos. Nessa faixa de idade, os homens geralmente encontram ocupação estando a taxa de desocupação em torno de 7% em 1969.

2) Nos grupos mais jovens, há uma parcela razoavelmente grande dos que - mesmo tendo condições de participar da força de trabalho - ficam desocupados.

3) Os homens de mais de 54 anos formam o grupo que encontra maiores dificuldades. Em 1969 mais de 40% deles estavam desocupados.

Quanto à população feminina são interessantes as conclusões:

1) Nos grupos de 15 a 54 anos cresce significativamente no período a taxa de ocupação das mulheres. Em 1969, "cerca de 1/3 das mulheres está, de alguma forma, engajada na divisão social do trabalho"<sup>4</sup> enquanto em 1960 a taxa de ocupação feminina era de 18,4%.

2) Provável aumento da taxa de desocupação no grupo de 10 a 14 anos.

3) As mulheres de mais de 55 anos têm dificuldades, também como os homens, com aumento da taxa de desocupação e encontrando-se muitas subocupadas.<sup>5</sup>

Com dados estatísticos agrupados de forma um pouco diferentes dos aqui apresentados, o Ministro do Trabalho - Murilo Macedo - no encerramento do Encontro Nacional sobre a Dignidade e Valor da Vida Humana, realizado no Rio em novembro de 1980, teria afirmado que "em 1950 ( ... ) 25% da população economicamente ativa era de mulheres; em 1970, passamos para 30% e em 1980 já encontramos 35%".<sup>6</sup> De qualquer forma, independente da fidedignidade dos números até aqui apresentados, pode-se acreditar que há indicadores de que cresce a participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil.

Foram vistas, resumidamente, as relações das populações feminina e masculina com a força de trabalho no Brasil. Importante agora é saber qual a qualificação educacional dessa força de trabalho.

A esse respeito, conseguem-se bons subsídios em Helena Lewin.<sup>7</sup> Considera que houve uma revolução nas expectativas femininas quanto à participação na força de trabalho e quanto à mobilidade social. Aliada a isso, a ampliação das oportunidades educacionais levou a um considerável crescimento de mulheres com curso completo na faixa etária de 25 a 70 anos. Apesar disso, muitas mulheres ainda estão concentradas no setor terciário na qualidade de empregadas domésticas.

Comparando informações dos censos de 1950 e 1970 a autora concluiu que, apesar da participação feminina na força de trabalho ser bem inferior à masculina, as mulheres têm apresentado maiores probabilidades de concluir qualquer tipo de curso, uma vez que tenham tido oportunidade de iniciá-lo. Isso se deve, talvez, ao fato de que, tradicionalmente, ainda se dissocia produção e trabalho de instrução.

A população urbana dá preferência, ainda segundo Lewin, a um curso de educação geral que a um "curso tēcnico". Muitos acham que a primeira opção apresentada favorece mais a quem pretende fazer um curso universitário<sup>8</sup> e, caso haja impossibilidade de realização do mesmo, passam a poder se dedicar ao exercício de funções administrativas e gerenciais de grau médio.

A autora observou que os estudantes começam a abandonar a alternativa universitária - considerada antes pela maioria como única opção - por ocasião da passagem do 1º grau para o 2º grau. Baseando-se nas informações dos censos de 1950 e 1970, concluiu que, apesar de ter havido um incremento acentuado da participação feminina, cabe ao contingente masculino o monopólio das taxas de graduação universitária. Há, no entanto, tendência a se modificar esse panorama já que está havendo uniformidade de aspirações entre os sexos e que os papéis femininos passam a ser pelo menos discutidos, com perspectiva de redefinição.<sup>9</sup>

Muitas mulheres com formação escolar completa estão fora do mercado de trabalho por diversos motivos, entre os quais: a dificuldade de encontrar um emprego; a incompatibilidade entre as atividades inerentes a dona de casa e mãe ( de acordo com a definição atual dos papéis sociais que, neste particular, sobrecarrega a mulher ) e as atividades profissionais; marido que ganha bem e libera, ou mesmo não permite, o trabalho profissional da mulher.

Os dados demonstram que "o poder gerador do emprego se transfere para ocupações revestidas de alta escolaridade".<sup>10</sup> As pessoas que possuem curso completo se concentram, nas cidades, em atividades administrativas e nas ligadas à produção.

Quanto à abertura dada ao ensino supletivo pela Lei 5.692/71, observou Bárbara Freitag: "Se o ensino supletivo foi pensado como uma forma de treinar as classes subalternas para o trabalho e transmitir-lhes o instrumental ( leitura, escrita, aritmética ) de cultura geral necessário para serem mais eficazes no processo produtivo, no qual já estão inseridas, essa intenção da lei não se realizou. A busca indistinta dos cursos de suplência que garantem numa escala sucessiva os diplomas formais para tentar futuramente um vestibular se delineia nestes dados ( a autora se refere aqui à maciça concentração de alunos em cursos de suplência em detrimento da opção por cursos de aprendizagem, qualificação e suprimento ). Essa tendência é reforçada pelo setor privado que, segundo as denúncias do

do atual Ministro da Educação, Ney Braga, está fazendo ne  
gôcio com a formação não formal ( supletiva )".<sup>11</sup>

Notas:

<sup>1</sup>SEPLAN/IBGE/ Superintendência de Estatísticas Prim  
rias. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicí*  
*lios* - 1977. Rio de Janeiro, FIBGE, 1979.

<sup>2</sup>SINGER, Paul. *Força de trabalho e emprego no Brasil:*  
1920 - 1969. Cadernos CEBRAP, São Paulo, 1971, p.  
19.

<sup>3</sup>É indiscutível que ainda predominam em nossa cultura os esquemas masculino X feminino no processo de educa  
ção das crianças. As meninas, em geral, ainda sofrem condicio  
namentos bastante diferentes dos meninos com relação aos papéis que os dois sexos devem desempenhar.

Elena Gianini Belotti em sua obra *Educar para a submis*  
*ção* - o descondicionamento da mulher. Petrópolis, Vozes, 1979, 2.<sup>a</sup> ed., apresenta nas páginas 10 e 11:

"A paridade de direitos com o homem, a igualdade sala  
rial, o acesso a todas as carreiras são objetivos sacros  
santos e, ao menos no papel, já foram oferecidas às mulhe  
res no momento em que o homem assim julgou conveniente. Con  
tinuarão, porém, inacessíveis à maior parte delas, enquan  
to não se modificarem as estruturas psicológicas que impe  
dem as mulheres de desejar fortemente apropriar-se deles. Estas estruturas psicológicas levam a pessoa do sexo femi  
nino a viver com um sentimento de culpa ( em relação a ) qualquer tentativa para inserir-se no mundo da produção, a sentir-se fracassada como mulher se adere a esse mundo e a sentir-se fracassada como indivíduo se escolhe, ao contrá  
rio, se realizar como mulher".

No entanto, os tempos difíceis que atravessamos fazem com que a mulher - apesar de todos os condicionamentos e talvez mesmo por causa deles - seja quase forçada a se so  
brecarregar aliando todo o trabalho doméstico a qualquer outro trabalho remunerado. Em casos excepcionais, a famí  
lia dispõe de recursos para contratar pessoas para reali

zar o trabalho doméstico. Considera-se justo, portanto, que essas pessoas que porventura possam ser, assim, remuneradas sejam incluídas na força de trabalho.

<sup>4</sup>SINGER, Paul. Opus cit p. 37.

<sup>5</sup>Paul Singer considera ocupadas as mulheres que dedicacam 35 horas ou mais por semana ao trabalho remunerado. No entanto, aceita que não sejam caracterizadas como subocupadas aquelas que não cumprem uma jornada completa de trabalho se tiverem outras responsabilidades - tais como estudo e afazeres domésticos - e dedicam o tempo disponível ao trabalho remunerado.

<sup>6</sup>MACEDO condena restrições à mulher no trabalho e propoõe creches distritais. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 nov. 1980, p. 5, 1. cad, c.1.

<sup>7</sup>LEWIN, Helena & alii. *Mão-de-obra no Brasil: um inventário crítico*. Vozes / OIT / PUC, 1977, parte III.

<sup>8</sup>Em Marialice Foracchi, na obra: O estudante e a transformação da sociedade brasileira. Cia. Editora Nacional, 1965, p. 181, pode-se encontrar:

"O essencial é que o curso universitário parece constituir, por si mesmo, um objeto de valorização especial e que, por conseguinte, a escolha qualquer que seja representa um passo decisivo, representa o acatamento a decisões que transcendem a esfera puramente pessoal. ( ... ) Dois pontos podem ser observados: a escolha se processa no contexto da família e apoia-se em aptidões anteriormente evidenciadas pelo jovem, interpretadas como prenúncios de insopitável inclinação profissional".

Jacques Rocha Velloso em Exames de suplência: candidatos e rendimento em 5 capitais. Cadernos de Pesquisa nº 27, dez. 1978, na página 37 diz que "a totalidade dos candidatos ( a exames de suplência ) pretende chegar à universidade, sugerindo uma vocação propedêutica para a suplência, semelhante à do antigo colegial. A maioria tem confiança em sua aprovação no vestibular e aspira a carreiras de elevado prestígio social".

<sup>9</sup>No mesmo Encontro Nacional sobre a Dignidade e Valor da Vida Humana, anteriormente citado, o Ministro Murilo Macedo teria dito que "nas universidades, hoje, mais de 50% dos estudantes são do sexo feminino". (Jornal do Brasil, artigo citado, 21 nov. 1980, p. 5, 1 cad., c. 1. )

<sup>10</sup>LEWIN, Helena & alii. opus cit, p. 224.

<sup>11</sup>FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Edart, 1978, p. 112.

### 3. ENSINO INDIVIDUALIZADO

A individualização do ensino é vista, atualmente, como uma necessidade premente não só como uma maneira de de democratizar o ensino como uma forma de criar possibilidades de independência de pensamento das pessoas<sup>1</sup>. Isto porque o ensino individualizado, curiosamente, pretende ser uma so lução de massa que não massifica; pretende-se, ao contrá rio, prevenir a possibilidade de manipulação das massas.

Quanto à pretensa democratização do ensino que se pensa conseguir através do ensino individualizado, alega-se que, principalmente em sociedades jovens - como é o ca so do Brasil - há uma crescente explosão demográfica que faz com que a população escolarizável atinja proporções tais que dificulta o atendimento por via tradicional. Não se questiona a "democratização" pelo ângulo do atendimento pelas instituições educacionais. Realmente, o ensino indi vidualizado permite que um número muito maior de pessoas possa ser escolarizada. O cerne do problema está no que diz respeito às consequências dessa escolarização. Melhor dizendo, quando se possibilita o acesso de alunos a um grau de instrução superior ao que possuem criam-se, sem dú vida, expectativas diversas nesses alunos. Em que medida pode-se acreditar que alunos com qualquer curso completo poderão se engajar, satisfatoriamente, no mercado de traba lho?

Será visto, em tópico posterior deste trabalho, co mo a aparente benevolência do Estado no que se refere ao Supletivo, oferecendo sempre maiores oportunidades a maior número de pessoas, funciona coadunada com a seleção para os cargos no mercado de trabalho: cada vez que se elevam os requisitos para entrada; o supletivo abre maiores pers pectivas de escolarização e, assim, maior número de pesso as possui a escolaridade requerida por determinado cargo; aumentam-se novamente os requisitos e o círculo continua sempre nesse sentido. Será possível falar, nessas circuns tâncias, em democratização do ensino?

Por demais evidente é a constatação de que se a es cola brasileira tivesse condição de por em prática o preco

nizado na Lei 4024/61, no que se refere à educação como direito de todos (artigo 2º), o ensino supletivo - em sua função de suplência - deixaria de ter sentido.

" O supletivo, ao mesmo tempo que ajuda a manter o mito de uma sociedade democrática, é parte essencial de uma sociedade excludente. As classes dirigentes, formadas em cursos regulares, estão aptas a assumir seu papel, no centro dinâmico do sistema; as demais constituem a clientela dos cursos supletivos. A relação dialética entre ambas que as caracteriza como mutuamente condicionadas e condicionantes é reforçada por essa mesma relação existente entre o ensino regular e o supletivo. O sistema educacional institucionalizou na prática a própria relação de classes, reproduzindo-a também ao nível da sociedade civil".<sup>2</sup>

Além das razões de ordem demográfica e da necessidade de democratização da cultura, aponta-se uma outra razão, de ordem tecnológica, para adoção do ensino individualizado. Afirma-se que, com o progresso tecnológico, "tende-se a se destruir a convicção de que subsistem diferentes categorias humanas e a ressaltar a existência de potencial de aptidão e inteligência a explorar em cada homem".<sup>3</sup> É mudado, assim, o enfoque que se possa a dar às perspectivas com relação aos resultados que se esperam de determinado curso a ser ministrado. Sob o enfoque do ensino individualizado, a distribuição dos resultados se distancia bastante da normal já que os testes não são referidos a normas mas a critérios. Isto é, se determina a priori qual o padrão de desempenho exigido.<sup>4</sup>

As preocupações com a individualização do ensino são bastante antigas já havendo Sócrates considerado o aluno como o agente real de sua aprendizagem. No entanto, a sistematização das tentativas de individualizar o ensino se verificou a partir de Dewey, preconizador da escola ativa.

Na França, surgiram vários métodos de ensino individualizado entre eles o de Freinet e o de Père Faure, ambos utilizando estudo através de fichas.

Nos Estados Unidos, merece destaque o CPP - Conti



nuos Progress Plan - idealizado com o objetivo de colocar em teste várias maneiras de organização do ensino visando à individualização. Segundo Louremi Saldanha<sup>5</sup>, a organização do sistema de ensino no CPP consta de: um serviço de planejamento onde se elabora, de forma descritiva, o roteiro de estudos que o aluno deve seguir; um centro de materiais instrucionais, onde se encontram diversos materiais de aprendizagem como instrução programada, textos, filmes e gravações; e um centro de realização de testes. No CPP, ao lado dos funcionários que mantêm em dia os registros nas fichas individuais dos alunos e realizam os demais serviços de rotina, há sempre dois professores para assistência ao aluno. Essa assistência é dada em pequenos grupos que tenham as mesmas dificuldades, no dia seguinte à solicitação feita através de um formulário onde o problema a ser esclarecido é descrito. Na oportunidade em que o aluno termina os estudos da unidade a que está se dedicando, preenche uma requisição para ser submetido à verificação da aprendizagem. Se conseguir obter o nível de acertos exigido no teste, passa para a unidade seguinte. Em caso contrário, é encaminhado a estudos de recuperação e mais tarde, volta a fazer novo teste com nível de dificuldade equivalente ao anterior. " Após cada unidade, o aluno tem um encontro com o seu conselheiro para estabelecer uma nova expectativa de realização e de velocidade baseado no que alcançou na etapa anterior".<sup>6</sup>

Louremi Saldanha fez uma experiência com um modelo de organização do ensino com vistas à individualização, em 1969, no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.<sup>7</sup> Partiu da hipótese de que a individualização do ensino favoreceria de forma mais satisfatória ao desenvolvimento dos objetivos : aquisição de conhecimentos; estabelecimento de relações entre elementos cognoscitivos e entre elementos cognoscitivos e experiências; aplicação dos conhecimentos básicos adquiridos nas diferentes disciplinas de estudo; desenvolvimento do processo de pensamento pela descoberta. Apenas com relação ao último dos objetivos acima citados o resul

tado não foi estatisticamente significativo.

Posteriormente, Saldanha enumerou outros objetivos que considerou serem mais facilmente atingidos em um tipo de ensino onde a individualização seja o elemento norteador: aumento e aprimoramento do campo motivacional; avanço na aprendizagem segundo ritmo próprio; realização do auto-controle da aprendizagem e crescimento e desenvolvimento ' pessoal-social.<sup>8</sup>

Com relação ao objetivo "aquisição de conhecimentos", Saldanha apontou a memorização como o correspondente agrupamento operatório do pensamento. Quando se referiu à memória, vista como um processo dinâmico, citou Piaget: "a qualidade do fenômeno memorizado varia para cada indivíduo com a estrutura da inteligência e com o nível das operações desenvolvidas".<sup>9</sup>

O insight foi apontado como grupamento operatório do pensamento associado ao objetivo: "estabelecer relações entre elementos cognoscitivos e entre elementos cognoscitivos e experiências". Assim, segundo Saldanha, de tentativas assistemáticas o indivíduo vai gradativamente, à proporção que toma consciência das relações existentes, passando a tentativas sistemáticas, guiadas e controladas.

Ao alcançar o objetivo "aplicação de conhecimentos básicos", intermediário entre o "desenvolvimento do processo de pensamento pela descoberta" - objetivo difícil de ser alcançado num mesmo espaço de tempo por todos os alunos - o aluno estaria dando o primeiro passo para o desenvolvimento do pensamento científico já que, para reorganizar sua experiência anterior, seria necessário lançar mão dos processos de relacionamento, classificação, comparação e transposição e, a partir daí, fazer inferências.

Com relação ao aumento e aprimoramento do campo motivacional" Saldanha considerou que o sucesso e a satisfação no desempenho de atividades de etapas anteriores levam o aluno a um crescente envolvimento no processo de descobertas pessoais e conseqüentemente verá aguçada sua curiosidade. O sucesso, o entusiasmo e a curiosidade influem no campo motivacional do aluno tendendo a ampliar seu nível

de aspirações.

O "avanço na aprendizagem segundo ritmo próprio" atende ao princípio de que "cada indivíduo alcança o equilíbrio das estruturas cognoscitivas, numa determinada situação de aprendizagem, em diferentes períodos de tempo".<sup>10</sup>

Para o "crescimento e desenvolvimento pessoal - social", a Escola deve propiciar a realização de experiências que, desenvolvendo o aspecto social do aluno, contribuam para a obtenção do equilíbrio pessoal e da maior facilidade de viver em sociedade.

Nas publicações sobre ensino individualizado, frequentemente observa-se uma aparente identificação de ensino individualizado com ensino personalizado, sobretudo naquelas editadas pelo MEC. Isso possibilita o entendimento de que os dois termos são sinônimos. Pode-se encontrar em Marilu Fontoura de Medeiros a explicação de que "há uma diferenciação em grau na montagem de ensinos individualizados".<sup>11</sup> De acordo com a maior ou menor preocupação em atender a maior ou menor número de diferenças individuais, o ensino se classifica como mais ou menos individualizado. ' Quanto maior for, assim, o poder de decisão do aluno envolvido, maior será o grau de individualização do ensino. Da mesma forma isso ocorrerá quanto menor for a gerência do professor nos processos decisórios. Aponta a professora ' uma hierarquização para o ensino individualizado com seis tipos de ensino. Dois desses são *ensinos prescritivos* onde a figura central é o professor que prescreve ao aluno a série de passos que tem que seguir para atingir os objetivos. No ensino prescritivo de maior grau de individualização, ' essa prescrição pode ser feita a partir de objetivos propostos pelo aluno. Como terceiro tipo de ensino individualizado a professora indica o *ensino dirigido* em que, ao lado dos objetivos indicados pelo professor, o aluno pode selecionar os materiais de instrução que o levem a atingir esses objetivos. O *ensino personalizado* estaria um degrau acima na escala de individualização, com o aluno selecioneando os objetivos e o professor, os materiais de instrução. Na *aprendizagem independente* o professor oferece ao

aluno alternativas de opção quanto ao conteúdo, ao estilo de aprendizagem, ao ritmo e à avaliação. No *estudo independente* o aluno seleciona os conteúdos e os materiais de instrução enquanto ao professor cabe o acompanhamento do aluno.

Outra confusão que normalmente surge, com pessoas leigas no assunto, é entre ensino individualizado e ensino individual. "Se se entender bem o ensino individualizado, não quer este indicar que - uma vez recebida a estimulação comum - os escolares trabalhem individual ou separadamente, apenas que sua atividade, isolada ou em grupo, encontre, em qualquer momento, os meios e a orientação adequada para que não se detenha nem se esterilize".<sup>12</sup>

Com a individualização do ensino, a relação professor x aluno assume dimensões diferentes das encontradas em programas ditos tradicionais, não individualizados. O professor não tem a função de distribuir a informação mas a de facilitar o aprendizado do aluno, estando à disposição para tirar suas dúvidas sempre que elas ocorram. Elimina-se, assim, o constrangimento por que passa o professor de 1º e 2º graus - em escolas onde o ensino não é individualizado - quando não consegue dar uma aula por causa da indisciplina e/ou do desinteresse dos alunos. Em instituições onde se individualiza o ensino, professor e aluno podem falar uma mesma linguagem, pelo simples fato de que o contato é eletivo; o aluno só procura o professor no momento em que dele necessitar.

O curso de suplência em nível de 1º grau oferecido pelo Centro de Estudos Supletivos de Niterói, cujos alunos são informantes deste trabalho, não é seriado. Não há também sequência de graus, isto é, o aluno não precisa apresentar qualquer certificado ou declaração de escolaridade anterior para ingressar no curso.<sup>13</sup>

O material didático básico utilizado no Centro de Estudos Supletivos de Niterói é o módulo de ensino que "é, por excelência, a estratégia criada para atender às diferenças individuais pois propõe caminhos diferentes de aprendizagem que conduzem a um mesmo fim. É a estratégia que

dá ênfase à capacidade humana de fazer opções e assumir a responsabilidade da opção feita".<sup>14</sup>

O módulo de ensino é encarado como uma técnica de instrução individualizada já que é dirigido a cada aluno em particular, embora os alunos que quiserem possam estudar em grupo. O aluno tem oportunidade de dispor do tempo que achar necessário para que efetive determinada aprendizagem. Em outras palavras, é respeitado o ritmo próprio de cada pessoa. Os conteúdos são apresentados no módulo em pequenas doses, fazendo com que o aluno autodirecione a aprendizagem. As várias atividades propostas no módulo e as referências bibliográficas diversas - cada módulo apresenta uma bibliografia - permitem a seleção e a organização, pelo aluno, das informações ali apresentadas. Outro aspecto importante a enfatizar é a condição que o módulo oferece ao aluno de se auto-avaliar. A realização da auto-avaliação contida em cada módulo, permite ao aluno saber se está preparado para ir ao Centro de Estudos fazer a avaliação final do módulo. Considerando a possibilidade de que muitos assuntos abordados já possam ser do conhecimento do aluno, faculta-se a ele - conhecidos os objetivos do módulo - fazer uma pré-avaliação. Caso obtenha o percentual de acertos exigido, fica dispensado de realizar o estudo da aquele módulo.

Segundo Maria Helena B.R. Silva, "os módulos instrucionais estão baseados em duas teorias: aprendizagem para o domínio e Ensino baseado em competência".<sup>15</sup> A meta não é que uma grande parcela dos alunos aprenda determinado assunto mas que todos os alunos atinjam os objetivos de terminados. "Considera-se que a grande maioria dos alunos pode tornar-se competente em quase tudo desde que lhe seja proporcionado tempo suficiente"<sup>16</sup> e que se encontrem os meios adequados para ajudar o aluno. Assim, aliando o ensino relativo ao domínio à individualização do ensino, obter-se-á o Ensino para Competência.

Os módulos instrucionais atualmente também são largamente utilizados para treinamento de pessoal em empresas.

Notas:

<sup>1</sup> Em S. K. BISHOP na obra *Individualização de Sistemas Educacionais; ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo , EPV, 1977 p. XI encontra-se:

"(...)Enfatiza-se basicamente que os sistemas educacionais e seus programas de ensino, para que possam sobreviver no futuro, devem ser orientados para uma maior individualização e humanização".

<sup>2</sup> FREITAG, Bárbara, *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Edart, 1978, p. 115.

<sup>3</sup> MEC/DSU/CETEB. *Preparação de elaboradores de instrumentos de instrução personalizada*. Brasília, CETEB, 1976, módulo 04, p. 17.

<sup>4</sup> Os alunos do CES/Niteroi, informantes deste trabalho, devem obter 80% de acertos nas questões propostas em cada avaliação.

<sup>5</sup> SALDANHA, Louremi E. *Ensino Individualizado: modelo de organização do ensino com vistas à individualização*. Porto Alegre, Editora da URGs, 1972, p. 30.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 31

<sup>7</sup> Saldanha, Louremi E. *Ensaio sobre um modelo de organização do ensino com vistas à individualização*, 2ª parte. Porto Alegre, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul/INEP/MEC, 1969, p. 11.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_ . *Ensino Individualizado: modelo de organização do ensino com vistas à individualização* . Porto Alegre, Editora da URGs, 1972, p. 33-5.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 38

<sup>10</sup> Ibidem, p. 53

<sup>11</sup> MEDEIROS, Marilu Fontoura de. *A individualização do ensino: uma alternativa de melhoria do ensino e da aprendizagem?* Forum Educacional, RJ, 2(4): 67-82, out/dez/1978.

<sup>12</sup>GARCIA HOZ, Vitor & alii: *A Educação de hoje como processo de personalização*. Lisboa, Fundação Colouste Gulbenkian, 1967. Transcrito em MEC/DSU/FUBRAE/ CETEB. Preparação de professores para o ensino supletivo: metodologia do ensino personalizado. Bit 02, p. 31.

<sup>13</sup>Seria de se esperar que, dentre os alunos que frequentam o Centro de Estudos Supletivos de Niterói, muitos não possuíssem escolaridade anterior. Os dados obtidos nesse trabalho, posteriormente apresentados, negam essa possibilidade. Pensando que, muito provavelmente, grande número de alunos nessa condição estariam inscritos mas não preencheram o questionário por se terem afastado do CES, tentou-se fazer um levantamento dessa informação em todas as fichas de alunos matriculados. Não foi possível levar a termo o estudo pois, em muitas fichas, faltavam informações referentes a esse ítem.

Também Jaques Rocha Velloso em Exames de Suplência: candidatos e rendimento em 5 capitais. Cadernos de Pesquisa nº 27, dez 1978, p.23, concluiu que as oportunidades educacionais não estariam sendo redistribuídas pelos exames de suplência já que a maioria das pessoas que os procuram se evadiram da escola no nível em que pretendem obter o certificado ou têm escolaridade completa em nível anterior ao pretendido.

<sup>14</sup>SILVA, Maria Helena Braga Rezende. *Módulos Instrucionais*. Série CDRH, Rio de Janeiro, p. 14.

<sup>15</sup>Ibidem, p. 15.

<sup>16</sup>NAGEL, Thomas S. & Richman, Paul T. *Ensino para competência: uma estratégia para eliminar fracasso*. Porto Alegre, Globo, 1976, p. 3

#### 4. O CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE NITERÓI

Na época em que foram colhidos os dados para realização deste trabalho- setembro a novembro de 1979 - havia aproximadamente 400 alunos matriculados no CES/Niterói.<sup>1</sup>

Até então, os alunos matriculados deveriam realizar todo o curso, isto é, fazer as avaliações referentes a todos os módulos de Matemática, Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais sendo ignorado o fato de que muitos alunos já haviam conseguido aprovação em algumas dessas disciplinas em exames supletivos já realizados.

Muitas vezes acontecia que o aluno estava dependendo apenas de uma ou duas disciplinas, se matriculava, e acabava se afastando do curso ou comparecia muito pouco ao CES pelo fato de ter que cumprir novamente etapas já vencidas.

O alto índice de afastamento de alunos, observado até então, preocupava o corpo docente do CES/Niterói que passou a levantar muitas perguntas, tais como: o material utilizado é inadequado?; os critérios de seleção são falhos permitindo a entrada no processo de muitos alunos sem condição de fazer o curso?; há número insuficiente de pessoal especializado para dar as orientações no momento em que o aluno as solicita, fazendo, assim, com que ele acabe se desestimulando e abandonando o curso?; o aluno começa a fazer o curso sem conhecer suficientemente a dinâmica de funcionamento do Centro de Estudos e os compromissos que tem que assumir consigo mesmo para fazer face a seu processo de aprendizagem?; muitos alunos não estariam usando o Centro de Estudos apenas como uma "ponte" para conseguir a aprovação no exame supletivo (estudariam alguns módulos de cada disciplina e, assim, se sentiriam mais aptos a prestarem os exames)?

Tentando encontrar respostas a essas perguntas, foram tomadas várias medidas. Foi criado um chamado "Projeto Recepção" onde o aluno passa por uma série de entrevistas e conhece as instalações e o funcionamento do Centro de Estudos. A partir daí, pode fazer uma opção consciente pelo curso ou procurar outras alternativas mais favoráveis a



seu caso particular.

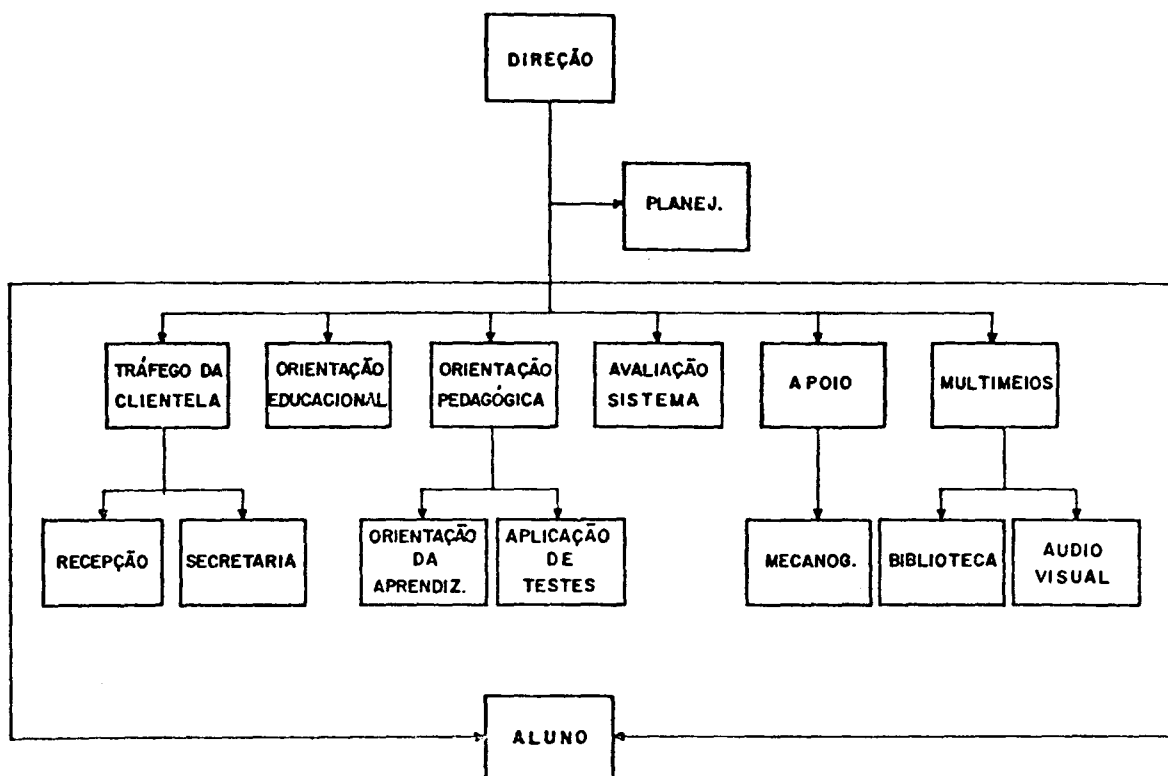
Também foi sensivelmente aumentado o número de orientadores de aprendizagem e o aluno passou a ter à sua disposição, em todos os horários - de 8 h às 22h - um professor especializado para orientá-lo no assunto em que encontrar dificuldade.

Outra medida posteriormente tomada fez com que o Centro de Estudos se dinamizasse muito, não só em termos dos alunos já matriculados, mas fazendo também com que a procura pelo curso aumentasse sensivelmente: os alunos que já houvessem prestado exame supletivo e conseguido aprovação em algumas disciplinas poderiam fazer o curso seguindo apenas as disciplinas em que não houvessem logrado aprovação.<sup>2</sup> Assim há uma tendência a que a Matemática, por exemplo, que reprova muito nos exames supletivos, traga muitos alunos para o Centro de Estudos. Há, atualmente, muitos alunos inscritos por disciplina.

Passaram também a ser verificadas as listas de a provação de exames supletivos para saber se deles constam alunos do Centro. Assim, os alunos porventura ali incluídos, para efeito de estatística interna, não são computados entre os afastados do curso.

Com as alterações acima citadas se reduziu sensivelmente, nos últimos meses, o número de alunos que se afastam do Centro de Estudos e a procura tem aumentado a cada mês. Tem dado novo alento aos alunos a concretização da possibilidade de receber o certificado ao término do curso - era fornecida apenas uma declaração que muitas vezes era desconhecida pelos empregadores que exigem Certificado de 1º grau. Por motivos alheios à direção do CES, só em 16.06.80 foi possível a entrega dos primeiros certificados aos alunos que já haviam concluído o curso<sup>3</sup>.

Reproduz-se aqui o organograma do CES/Niterói:



Chegando ao Centro de Estudos, o aluno deve inicialmente se dirigir à recepção. Ali recebe informações preliminares sobre o curso no que se refere a condições para matrícula e documentos necessários. Caso haja interesse por parte do candidato, é encaminhado ao Serviço de Orientação Educacional, encarregado da implementação do "Projeto Recepção", anteriormente mencionado. É entrevistado por um elemento desse setor e levado a conhecer as dependências do Centro de Estudos. Através dessa entrevista o aluno fica sabendo se suas aspirações com relação ao curso e ao Centro de Estudos podem ser concretizadas e se o CES é a melhor opção para seu caso particular. Como fecho dos esclarecimentos iniciais, o aluno assiste a uma série de slides onde pode entender mais detalhadamente o funcionamento do Centro de Estudos.

Posteriormente, é encaminhado à seção de Aplicação de Testes onde se submete a uma prova de pré-requisitos através da qual deverá demonstrar saber ler e interpretar textos escritos necessitando, para ser considerado apto, 80% de acertos.<sup>4</sup>

Todas as vezes em que o aluno vem ao CES para rea

lizar uma atividade de qualquer tipo é à Recepção que deve se dirigir para ter o encaminhamento ao setor desejado. Es se encaminhamento é feito através de papeletas onde são anotados o nome do aluno, seu número de matrícula, o setor a que se dirige e o assunto. Terminada a atividade que veio realizar, o aluno devolve à Recepção a papeleta assinada pelo professor que o atendeu.

A Recepção e a Secretaria mantêm um arquivo com fichas individuais dos alunos matriculados. Ali são assinalados os módulos que o aluno vai eliminando. Também é tarefa da Recepção fornecer o material didático - os módulos. Ao tráfego da clientela são solicitadas as informações referentes aos dados necessários para expedição de declarações e certificados de conclusão do curso.

Sendo aprovado na prova de pré-requisitos, o aluno começa, então, a fazer o curso da maneira que melhor lhe convier. Adquire o 1º módulo da disciplina pela qual deseja começar - em 1980 o módulo custava Cr\$ 5,00 - leva para casa e estuda durante o tempo que achar necessário. Como foi enfatizado no ítem 3 deste trabalho, todo módulo apresenta uma auto-avaliação elaborada de acordo com seus objetivos. Ali é indicado o padrão de rendimento que o aluno deverá ter (80%) para se considerar apto a ir ao Centro de Estudos fazer a avaliação final daquele módulo.

Se o aluno se considera preparado, se dirige à Recepção e é encaminhado à seção de Aplicação de Testes. Ali ele presta a avaliação e, se alcançar o percentual de acertos exigido, estará pronto para se dedicar ao módulo seguinte da mesma disciplina. Se não conseguir os 80% exigidos, voltará à Recepção e receberá o que se denomina "Atividades para sanar Deficiências" onde poderá encontrar novo texto e atividades referentes ao assunto apresentado no módulo em questão. Deverá aguardar um prazo de três dias, no mínimo, para voltar a prestar avaliação daquele módulo.

Nada impede que o aluno faça, ao mesmo tempo, várias disciplinas. Assim ele pode, por exemplo, não obter os 80% de acertos exigidos no módulo 01 de matemática mas prestar, no mesmo dia, avaliações de módulos de outras dis

ciplinas para as quais se tenha preparado. A seqüência é exigida apenas em relação aos módulos de cada disciplina, isoladamente, a aprovação em cada módulo sendo pré-requisito para a realização da avaliação do módulo seguinte daquela disciplina. Já que o horário de funcionamento do CES é bastante amplo, o aluno poderá - caso haja interesse ou oportunidade - vir ao Centro quantas vezes quiser no mesmo dia. Não há horário pré-fixado para comparecimento de cada aluno nem é exigida a freqüência diária ao CES.<sup>5</sup>

Durante o estudo de determinado módulo, muitas vezes o aluno encontra uma dificuldade que não consegue eliminar sozinho. Assim ocorrendo, deverá solicitar encaminhamento a um professor da disciplina em questão para ter uma orientação individual. O aluno deve, então, se dirigir ao professor - orientador com a dúvida localizada no módulo. O professor dará os esclarecimentos necessários e o aluno deverá retornar ao estudo. Caso surja dificuldade no mesmo módulo ou a orientação não tenha sido suficiente para eliminar a dúvida, o aluno poderá recorrer novamente à orientação com o mesmo orientador ou outro de sua preferência. Muitas vezes, o professor orientador encaminha o aluno ao setor de multimeios para complementar a orientação.

Não é raro o fato de um aluno procurar a orientação sem ter sequer folheado o módulo, dizendo que não entendeu nada. Esse aluno quer um professor que, fugindo à metodologia adotada, estude com ele. O professor normalmente percebe o problema e faz ver ao aluno que a função do orientador não é estudar junto com ele mas tirar as dúvidas que surgem depois que ele realizou as atividades propostas. Assim, o aluno vai para casa, ou para a biblioteca, e só retorna para esclarecer o que realmente é dúvida. Algumas vezes também ocorre que o aluno vai prestar a avaliação sem estar preparado, não consegue alcançar o percentual exigido e recorre, depois, ao orientador.

As avaliações realizadas pelos alunos são corrigidas pelo professor - orientador da disciplina a que se refere a avaliação. Os erros cometidos são, então, discutidos com os alunos.

O setor de multimeios é bastante utilizado pelos alunos. Há, em muitos módulos, sugestão para que assistam a determinado filme que deverá ajudar a esclarecer o assunto estudado. O audiovisual é montado com cabines especiais e boa aparelhagem. Há algum material audiovisual pronto para determinadas disciplinas do curso. Para outros, como a matemática, o material existente precisa de algumas adaptações e de sonorização, o que está sendo providenciado. A direção do CES pretende adquirir outras coleções de material audiovisual.

Também a Biblioteca possui um bom acervo, no que se refere a livros didáticos em nível de 1º grau. Todo módulo contém uma bibliografia cujas indicações poderão ser ali encontradas para consultas e/ou empréstimos. O material literário ainda é pouco abrangente, mas constantemente renovado, tendendo a formar um bom acervo em pouco tempo, considerados os fins a que de destina. A Biblioteca é muito procurada também para estudo dos módulos já que há muitos alunos que preferem utilizá-la para estudar ao invés de fazê-lo em casa. A Biblioteca é bastante dinâmica, sendo inclusive a bibliotecária responsável pela direção do "Jonal do CES Niterói" que tem colaboradores entre funcionários e alunos.

O setor de Planejamento, peça importante do sistema como mostra o organograma do CES, está em fase de organização interna e ainda não chegou a funcionar como deveria.

O Setor de Orientação Educacional (SOE) é composto de orientadoras educacionais e assistentes sociais. Atende não só aos candidatos ao curso mas faz um trabalho permanente com todos os alunos matriculados. Na maioria das vezes, o próprio aluno solicita a ajuda de um elemento do SOE quando tem algum problema pessoal ou ligado ao curso no CES. No entanto, qualquer professor - de qualquer setor - pode solicitar a colaboração do SOE quando se apresenta um problema com um aluno. O SOE procura manter os demais setores que lidam diretamente com o aluno a par dos problemas "não sigilosos" que possam ajudar na maneira de

lidar com aqueles que apresentam qualquer tipo de dificul  
dade, seja de rendimento escolar ou de relacionamento com  
professores e colegas.

O setor de Apoio Administrativo é encarregado da  
parte administrativa do CES no que se refere a ponto de  
funcionários, entrada e saída de processos, datilografia e  
almoxarifado.

A mecanografia, seção do Apoio Administrativo, foi  
encarregada, no início do funcionamento do CES, de impr  
mir todo o material a ser utilizado pelos alunos. Esse ma  
terial foi elaborado por professores do Centro de Estudos  
de Niterói durante algum tempo antes da inauguração do re  
ferido Centro.

O Centro de Estudos Supletivos de Niterói começou  
suas atividades funcionando em instalações precaríssimas  
com um exíguo espaço físico. Por isso, foi feito um convê  
nio com o Centro de Estudos da Casa do Marinheiro para im  
pressão do material didático. Assim, o CES/Niterói passou  
a entregar as matrizes datilografadas e o CES/Casa do Mari  
nheiro se comprometeu com a impressão e alceamento do ma  
terial. Isso, sem dúvida trouxe alguns benefícios embora  
tenha promovido a descaracterização do trabalho original  
que passou a ser impresso sem a folha de rosto, onde cons  
tavam os nomes dos elaboradores.

Atualmente, a mecanografia tem o seu encargo o es  
toque e distribuição à Recepção do material a ser forne  
cido aos alunos, bem como a impressão e anexação, ao mate  
rial, das folhas de rosto e erratas que se fizeram necessá  
rias. Também cabe à mecanografia imprimir todo o material  
de circulação interna e tudo o que se produza para ser uti  
lizado em estudos em grupo, reuniões com os alunos, etc.

Todas as papeletas entregues aos alunos pela Recep  
ção, e posteriormente a ela devolvidos após o atendimento  
pretendido, são encaminhadas ao Setor de Avaliação do Sis  
tema. Ali são mantidas pastas individuais dos alunos onde  
se encontram anotadas todas as atividades por eles desen  
volvidas. Assim, é possível saber a qualquer momento qual  
é a posição de cada aluno em relação ao término do curso,

a frequência com que procura o CES, o grau de dificuldade que encontra para realizar com sucesso as avaliações, os módulos em que precisou recorrer a orientações, etc.

Numa tentativa de contribuir para a avaliação do material didático utilizado e ajudar a apontar reformulações que se fazem necessários, o Setor de Avaliação do Sistema utilizava a papeleta preenchida pela seção de aplicação de testes, onde eram anotados os erros cometidos. A partir daí eram feitas análises sobre a incidência de erros nas avaliações de todos os alunos e os resultados eram passados, na medida do possível, à equipe que elaborou o material. Isso se tornava um trabalho estafante, e praticamente improdutivo, já que muitos alunos se afastavam do curso e dificilmente se chegava a uma conclusão. O Setor de Avaliação do Sistema resolveu optar, então, pela criação de uma "turma referencial" e a análise da incidência de erros passou a ser feita em relação às avaliações desses alunos.

Considerando os dados fornecidos pela avaliação do sistema e a experiência pessoal dos elaboradores do material ao lidar com os alunos durante as orientações solicitadas - e partindo do pressuposto de que todo material didático é passível de reformulação - os elaboradores do trabalho original e demais elementos da orientação de aprendizagem do CES/Niterói tentaram iniciar um trabalho de reformulação dos módulos. Foi elaborado um roteiro de análise de cada módulo e iniciou-se um estudo em grupo visando à reformulação das avaliações já que elas pretendem ser provas objetivas e não seguem as técnicas exigidas para tal. Este trabalho foi interrompido já que se desejava evitar trabalhos paralelos: a Coordenação Geral do Ensino Supletivo do Estado do Rio resolveu criar uma equipe com elementos de todos os Centros de Estudos do Estado do Rio para se encarregar da reformulação do material.

Visto que os objetivos a serem atingidos em cada módulo são fixados pelo professor, não se pode falar - sob pena de cometer grave incorreção - que se utiliza Ensino Personalizado no CES/Niterói. Segundo classificação de Ma

rilú Fontoura de Medeiros<sup>6</sup> estaria sendo oferecido um ensino prescritivo com baixo teor de individualização já que o ensino se torna tão mais individualizado quanto maior o grau de decisão do aluno.

No CES/Niterói, o aprendizado do aluno é, pois, conduzido pelo professor. Este determina os objetivos a serem atingidos pelo aluno. O sistema de avaliações utilizado propicia ao aluno o "arquivamento" de conteúdos estudados em cada módulo. Melhor dizendo, como só há avaliações formativas, o aluno se vê levado a pensar em etapas que são "vencidas" a partir do momento em que conseguir o percentual de acertos exigido em cada módulo. Assim, se há necessidade de utilização, em determinado estágio do curso, de conteúdos abrangidos por módulos anteriores, o aluno se sente retrocedendo e não progredindo. Não há, pois, por parte de quem conduz o aprendizado dos alunos, um esforço visível, no sentido de promover uma interligação de conteúdos de forma a que os alunos possam ter uma visão do todo que leve à validação dos conteúdos vistos isoladamente.

Notas:

<sup>1</sup>Em novembro de 1981 há 2000 alunos matriculados.

<sup>2</sup>Medida autorizada pelo Parecer 254/80 do CEDERJ

<sup>3</sup>Parecer 254/80 do CEDERJ

<sup>4</sup>Se o aluno apresentar certificado de aprovação parcial em Exames Supletivos de Comunicação e Expressão, é dispensado do teste de pré-requisitos.

<sup>5</sup>O aluno é considerado afastado do curso se não comparecer ao CES pelo menos uma vez em cada três meses

<sup>6</sup>MEDEIROS, Marilú Fontoura de. A individualização do ensino: uma alternativa de melhoria do ensino e da aprendizagem? Forum Educacional RJ, 2(4): 67-82, out/dez/1978.



## 5. REFLEXÕES SOBRE REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULOS

Em educação o currículo tem sido conceituado de maneira diferente através dos tempos. O conceito tradicional, usado até o século XIX, traduzia currículo como uma lista de matérias ou conteúdos a serem ministrados. No início do século XX, o currículo passa a surgir como o conjunto de experiências que os alunos deveriam realizar para desenvolver as habilidades que os levassem a ser capazes de resolver, posteriormente, situações de vida. Vários autores, tornando mais elástico o conceito de currículo, passaram a se dedicar ao estabelecimento de etapas a serem vencidas pelos planejadores de currículos. Em 1949, Tyler propõe uma série de perguntas norteadoras:

" 1. Que objetivos educacionais a escola deve procurar alcançar ?

2. Como selecionar experiências de aprendizagem que possam ser úteis na realização desses objetivos ?

3. Como podem ser organizadas as experiências de aprendizagem para um ensino eficaz ?

4. Como se pode avaliar a eficácia das experiências de aprendizagem ? " <sup>1</sup>

A avaliação passa, assim, a ser um componente do currículo, principalmente no que se refere a revisões ou reformulações.

Tyler<sup>2</sup> considera que muitas vezes os objetivos a que se propõe a escola não se apresentam claramente definidos. A definição dos objetivos educacionais se torna imperiosa quando se quer selecionar adequadamente o material a ser utilizado, o conteúdo a ser desenvolvido, os procedimentos de ensino a serem adotados. As fontes de informação que servirão de base para decisão a respeito dos objetivos devem ser múltiplas. Entre elas, Tyler inclui o estudo dos próprios alunos. Seria necessário assim, ao lado das informações científicas disponíveis sobre as necessidades dos alunos, recorrer a estudo mais particularizado na escola em questão para complementar as informações e torná-las

mais confiáveis. Naturalmente, os interesses que os alunos demonstram por ocasião da investigação não servirão, automaticamente, para a identificação dos objetivos educacionais já que, não só a escola deve procurar ampliar e aprofundar o interesse do estudante, como também há muita dificuldade em fazer a distinção entre necessidades que podem ser atendidas pela educação e outras que fogem a seu âmbito direto de atuação.

A evolução do conceito de currículo continua e, no final da década de 50, Johnson faz uma distinção entre currículo e instrução, afirmando que o currículo não se identifica com os episódios de aprendizagem mas se relaciona aos resultados que forem obtidos após as experiências de aprendizagem. O currículo abrangeria, assim, os fins e objetivos da educação ficando a instrução propriamente dita encarregada de apontar os meios adequados, de atingir os objetivos apontados pelo currículo.

Essa concepção de Johnson foi contestada por Saylor e Alexandre que consideraram que o currículo deveria ser um plano em que os componentes: objetivos, instrução e avaliação, embora pudessem ser estudados isoladamente, formassem um todo uniforme. Na década de 70 esses autores propuseram uma definição de currículo: " Currículo é um plano para prover conjuntos de oportunidades de aprendizagem para atingir amplas metas e objetivos específicos relacionados, para uma população identificável, atendida por uma unidade escolar. " <sup>3</sup>

Por essa definição, podemos observar a importância da caracterização dos alunos a quem o currículo se destina. Assim, se torna tarefa de cada escola elaborar o seu currículo ficando os trabalhos realizados na área, por equipes especialmente constituídas para tal em Secretarias de Educação, destinados a funcionar apenas como sugestão.

As vantagens da abordagem sistêmica do currículo , acima proposta, são várias. É possível ter uma visão da integração entre todos os elementos do plano que são igualmente valorizados e aos quais se dá igual atenção. A avaliação, que deve ser feita constantemente, possibilita verificar em que medida as metas estão sendo alcançadas. O pla

nejamento do currículo passa a ser uma atividade dinâmica já que os subsídios oferecidos pela avaliação permitirão revisões e reformulações periódicas.

Considerando o currículo como um plano, serão feitas, a seguir, referências a alguns de seus elementos.

Muitos fatores influem na determinação dos objetivos educacionais. Entre eles podemos apontar, segundo Clódia Turra<sup>4</sup>, a maturidade dos alunos, o seu estágio atual de aprendizagem, a motivação, o tempo de que os alunos dispõem para realizar as atividades que levem à consecução dos objetivos propostos. Torna-se difícil, principalmente se desconhecendo as características dos alunos a quem se destina o plano, determinar os conteúdos a serem desenvolvidos que por sua natureza dinâmica, requerem constante atualização. Um diagnóstico que aponte as necessidades e interesses dos alunos se torna imperioso. Deve haver uma vinculação entre os conteúdos e a decisão do que é mais importante em determinadas época e realidade. "O problema da dosagem ( de conteúdos ) será crucial, a fim de assegurar uma real aprendizagem e o atendimento aos aspectos da educação que transcendem a mera instrução. Deverá haver atenção para o problema dos alunos pouco dotados neste ou naquele aspecto, que poderão cumprir programas mais simples nestes setores, evoluindo nas áreas curriculares de sua especial capacidade. Só assim se assegurará a oportunidade democrática de máximo desenvolvimento das potencialidades de cada um, sem o desperdício de recursos que representam a reprovação e a evasão." <sup>5</sup>

No que se refere à avaliação de currículos são interessantes as abordagens a respeito dos aspectos econômicos envolvidos, feita por Paro.<sup>6</sup> O autor aponta as preocupações econômicas que surgem na medida em que temos poucos recursos financeiros contrapostos à abundância de necessidades a atender. Essas preocupações são de duas ordens: quanto ao provimento de recursos necessários para oferecer educação às pessoas - análise de quanto custam os serviços educacionais destinados a proporcionar oportunidade de educação aos indivíduos - e quanto à avaliação dos benefícios

econômicos decorrentes da elevação do nível educacional das pessoas - análise da taxa de retorno do investimento em ca  
pital humano.

Devem ser avaliadas a eficácia e a eficiência de um plano educacional. Em dois momentos se deve avaliar a eficácia: antes da elaboração do plano e depois da elaboração mas antes da aprovação do mesmo. Também em dois momentos se pode avaliar a eficiência: durante a execução do plano - procurando determinar sua produtividade - e posteriormente à consecução dos resultados procurando detectar se houve rendimento, se ele é aceitável e se foi produzido pelo programa.

Paro aponta alguns problemas econômicos da educa  
ção. Sugere que, sempre que possível, se opte por desenvolver tecnologias que empreguem em maior proporção o fator produtivo menos escasso. Questiona a utilização no Brasil de técnicas onde, ao lado de abundância de mão de obra, se empregam recursos em máquinas e aparelhos audio-visuais quando se poderia qualificar melhor a mão de obra existente contribuindo, ao mesmo tempo, para diminuir o desemprego. Chama também a atenção, numa época em que o tecnocratismo assume proporções assustadoras, para o perigo de se conceber o aspecto econômico como único componente do desenvolvimento social em detrimento de outros aspectos que contribuem também para o bem estar de todos os indivíduos.

Quanto à educação considerada como investimento, Paro analisa algumas dificuldades em que se esbarra o planejador de currículos:

- 1) é difícil dimensionar o mercado de trabalho;
- 2) há muita subjetividade no estabelecimento de requisitos que se exigem para o exercício de funções determinadas no mercado de trabalho;
- 3) não existe uma correspondência unívoca entre os conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho de uma função determinada no mercado de trabalho ( ao lado da subjetividade acima apontada ) e o modo através do qual esses conhecimentos e habilidades são adquiridos;
- 4) muitas vezes o aluno não tem certeza a respeito

da carreira que pretende seguir. Assim, pode ocorrer desperdício de recursos quando se ministra um ensino excessivamente específico e profissionalizante.

Sugere que sejam delegadas ao sistema produtivo as responsabilidades pela formação profissional específica, tornando mais realista a aprendizagem e diminuindo os custos sociais da formação já que o aluno vai sendo remunerado enquanto aprende.

Luiz Antônio Cunha<sup>7</sup> também considera que são complexas, e não são fixas, as relações entre escolaridade e emprego no país e que está havendo uma progressiva elevação dos requisitos educacionais para o preenchimento de cargos.

Há uma demanda cada vez maior de pessoas educadas que se candidatam a determinada "categoria" de cargos. Em contrapartida, a oferta de oportunidades ocupacionais é limitada. Assim, o ajustamento entre as duas situações apresentadas se faz, entre outros meios, através da elevação de requisitos educacionais necessários ao acesso aos cargos. Forma-se, assim, um grande contingente de pessoas de desempregadas ou subempregadas que passam a constituir o chamado "exército industrial de reserva" cuja função mais importante é desencorajar os movimentos reivindicatórios por maiores salários. Os empregados sabem que os empregadores podem - em caso de reivindicações que não queiram, ou não possam, ver atendidas - lançar mão de pessoas oriundas do exército industrial de reserva que, por estarem desocupadas, aceitarão as condições por eles rejeitadas.

Caso haja expansão do emprego, tenderão a ficar no exército industrial de reserva apenas as pessoas cuja escolarização estará abaixo dos requisitos educacionais mínimos já incorporados à admissão a determinado cargo, tornando-as, assim, não empregáveis. Dessa forma, o exército industrial de reserva passa a não mais desempenhar suas funções. "Verifica-se, então, a existência de um processo contraditório. Por um lado, os mecanismos de seleção de mão de obra e o aumento da oferta de escolarização tornam não empregáveis os trabalhadores de mais baixa escolarização. Por

outro lado, as medidas liberadoras, principalmente as do ensino supletivo, tendem a fazê-los elegíveis através de uma elevação no suprimento de uma escolarização elementar, o que, por sua vez, determinará o acionamento de mecanismo de seleção via elevação de requisitos educacionais e assim por diante." <sup>8</sup>

Os planejadores de currículo devem estar atentos, por outro lado, aos vários ângulos a serem observados no que se refere ao inter-relacionamento da educação e desenvolvimento.

Costa Pinto encara "a educação como um instrumento básico de desenvolvimento e este como uma condição essencial de mais e melhor educação." <sup>9</sup> Chama a atenção para o fato de que chamar por mais instrução - quando se pretende o desenvolvimento - se apresenta, muitas vezes, como um expediente que transfere, para um futuro indeterminado, as soluções de todos os problemas. Nessa abordagem há uma inversão na maneira de encarar o problema já que o homem educado deverá surgir como produto da política de desenvolvimento e não ser visto como condição necessária e anterior a esse processo.

Considera perigoso se enfatizar o aspecto da educação como investimento se esquecendo do fato de que é, ao mesmo tempo, investimento e consumo já que não há como se ignorar que, se mais educação propicia ao homem a inserção num sistema produtivo de tipo superior, faz também com que ele, no mesmo processo, assimile atitudes, aspirações e necessidades. Assim, é importante assumir a posição de que "educa-se não só para que os indivíduos desempenhem melhor, à luz dos mesmos e velhos critérios, os mesmos e antigos papéis - mas sim, e sobretudo, para que desempenhem novos papéis e novas funções em uma sociedade que se renova, tornando-se eles mesmos fatores conscientes da renovação da sociedade." <sup>10</sup> Criar expectativas mas não abrir perspectivas de satisfazê-las é transformar a educação em frustração. O problema mais grave e complexo da política educacional de uma sociedade em vias de desenvolvimento é estabelecer prioridades no que diz respeito, não só à quantidade e quali

dade desejáveis de educação, mas sobretudo ao que, nessas circunstâncias, é possível almejar.

Quando se pensa em reformulação de currículos surge um outro ângulo da questão, muitas vezes esquecido ou não valorizado: como fazer para que os alunos envolvidos aprimorem a qualidade da compreensão das matérias escolares e do contexto em que vivem?

A esse respeito, encontramos farto material em Peel que nos aponta uma série de significados para a palavra compreensão.

Em uma das acepções apresentadas, a compreensão se mostraria pelo fato de uma pessoa conseguir atingir a meta desejada após ter seguido minuciosamente as instruções para tal. Nesse caso, não haveria necessariamente um envolvimento do sujeito nos princípios que regem o assunto estudado mas sim uma demonstração de habilidade para seguir instruções.

Outro significado do termo, segundo Peel, seria referente à compreensão de história, geografia, atualidades, literatura e biologia, onde haveria necessariamente uma implicação entre a compreensão de causas e efeitos, entre a argumentação e a avaliação.

Com relação à compreensão em ciência, de acordo com Peel, é necessário estabelecer relações entre conceitos previamente estabelecidos enquanto a compreensão matemática "... inclui o discernimento de propriedades formais como contar, medir e agrupar, e depois a habilidade de conceitualizar tais propriedades. Finalmente inclui a capacidade de utilizar tais idéias em linhas dedutivas de pensamento." 11

A compreensão em línguas, conforme Peel, pode ser de vários níveis, um mais elementar que se identificaria com a primeira acepção de compreensão aqui apresentada - compreensão vista como habilidade de seguir instruções - e outra que implica no domínio das propriedades formais da língua em questão.

Peel também aborda a compreensão estética onde a comunicação entre artista e apreciador é subjetiva difícil

tando a generalização a respeito da sensibilidade artística.

As críticas à qualidade da educação no Brasil representam um assunto inesgotável de conversas e debates. Mas que proveito trazem para a educação discussões usuais do tipo: "Eu lia em francês, inglês e latim e as crianças de hoje não lêem nem em português" ? Interessante seria questionar não propriamente os conteúdos apresentados na escola mas a maneira como os alunos são levados ( ou não são ) a pensar e a compreender, de certa forma, o mundo em que vivem.

A esse respeito diz Peel: "Ouve-se muito falar em melhorar a qualidade intelectual da educação. Isto equivale a insistir que os currículos da educação levem a um entendimento mais penetrante, a um julgamento mais eficaz e à ação mais eficaz. Assim, estamos envolvidos em padrões de pensamento e ação, e o que esperamos dos alunos não afeta apenas o que eles aprendem mas também exige uma melhoria na maneira como eles pensam a respeito disso ( que eles aprendem )." 12

Peel vê, assim, um paralelo entre a compreensão e a qualidade da explicação que uma pessoa possa dar a respeito de determinado assunto.

Em suas pesquisas, Peel tem usado material textual para avaliar o nível de julgamento de adolescentes e adultos<sup>13</sup> onde o texto apresentado é analisado não em função de si mesmo mas com referência à pergunta feita e à resposta dada. Assim, a natureza do conteúdo do texto, o número de informações que são dadas e a maneira de formular a pergunta são fatores que têm ingerência sobre a qualidade da resposta.

Importante, então, é a escolha adequada do material de teste ( texto e pergunta ) e a categorização das respostas. O texto a ser apresentado deve consistir em pequenos relatos que comentem sobre algum problema social, intelectual ou de interesse atual, acerca dos quais se faz uma pergunta suplementada por uma segunda pergunta onde se pedem explicações a respeito do julgamento feito. O texto a



presentado não deve ser suficiente para que o aluno responda à primeira pergunta já que ele deverá ir além do conteúdo para dar a resposta. A resposta à segunda pergunta dará oportunidade à análise da maturidade do julgamento já que o aluno deverá recorrer a sua experiência pessoal para fazê-lo.

Peel tem trabalhado com três níveis básicos ou categorias de respostas:

" 1) Restritas, isto é, tautológicas, negando a premissa, irrelevantes;

2) Circunstanciais, isto é, limitadas exclusivamente ao conteúdo do texto, frequentemente considerando a penas um dos elementos do texto;

3) Imaginativo - globalizante, isto é, utilizando idéias independentes, invocando a consideração do problema nos termos dessas idéias." <sup>14</sup>

A pesquisa realizada pelo IESAE/FGV em convênio com o INEP/MEC, anteriormente citada, tendo tomado o referencial teórico de Peel, chegou a conclusões interessantes. Considerando-se que é necessário ao educador conhecer o nível de desenvolvimento cognitivo de seus alunos, como ponto de partida para adequação das estratégias a serem adotadas, torna-se importante considerar algumas das conclusões de pesquisa, "respeitadas as limitações decorrentes do tipo de amostra pesquisada ( ... ):

- os resultados indicam que a grande maioria dos sujeitos não alcançou autonomia intelectual pelo pleno desenvolvimento de suas estruturas cognitivas;

- o julgar do aluno, expressivo em respostas escritas, respeitadas as diferenças mencionadas, revela, em geral, um estilo de conhecer próximo do concreto, dominado pelas informações fornecidas, não ultrapassando o nível descritivo de compreensão e apreciação nas situações - problema propostos através dos textos utilizados". <sup>15</sup>

Sem dúvida, não só não se tem tentado mudar essa realidade como também a escola propicia o agravamento da situação na medida em que o nível de exigência parece se contentar com um julgamento considerado circunstancial em

que o aluno apenas se limita ao conteúdo dado. Por outro lado, a diferença de códigos linguísticos de professores e grande parcela dos alunos aliada à total dissociação dos currículos com a realidade, têm levado a um crescente agravamento do problema.<sup>16</sup>

Importante é, não desconhecendo muitos outros fatores que influenciam inegavelmente a capacidade de julgar dos alunos - tais como, idade, aquisição e uso da linguagem, ajustamento e maturidade psicológica e diferenças sócio-econômicas, procurar adequar o material a eles apresentado de forma que realmente os leve a pensar e a compreender o que se pretende ensinar. Nesse ponto talvez resida a tarefa mais desafiante, e de maior importância, dos planejadores de currículos e elaboradores de material didático. Importante também é que esses planejadores e elaboradores não se esqueçam de que, para compreender o que se pretende ensinar, é necessário que o aluno tenha uma visão do conjunto e não apenas de fragmentos isolados que nada representam em termos de aprendizagem real.

Afinal, o que o aluno tem levado da escola de 1º grau, numa época em que os "conhecimentos" se tornam obsoletos com extrema velocidade? Que sejamos capazes de PENSAR e a escola estará redimensionando o seu papel.

Notas:

<sup>1</sup>MOULIN, Nelly. Conceito de currículo. Curriculum, RJ, 13 (4):7, out/dez 1974.

<sup>2</sup>TYLER, Ralph W. Princípios básicos de currículo e ensino. Globo, 1974.

<sup>3</sup>SAYLOR & ALEXANDRE citado em MOULIN, Nelly, opus cit p.10.

<sup>4</sup>TURRA, Clódia Maria & alii. Planejamento de ensino e avaliação. Porto Alegre, PUC - EMMA, 4ª ed. 1975, p. 68.

<sup>5</sup>PINHEIRO, Lúcia Marques. Bases para a reformulação de currículos e programas de ensino fundamental, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, RJ, 57 (125): 10-31

<sup>6</sup>PARO, Vitor Henrique. Aspectos econômicos da avaliação de currículos. Cadernos de Pesquisa, nº 25, p. 97-103.

- <sup>7</sup>CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2.<sup>a</sup> ed, 1977.
- <sup>8</sup>Ibidem p. 270.
- <sup>9</sup>PINTO, L. A. Costa. *Desenvolvimento econômico e transição social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2.<sup>a</sup> ed, 1970, p. 104.
- <sup>10</sup>Ibidem p. 115.
- <sup>11</sup>PEEL, E. A. *Compreensão das matérias escolares*. Forum Educacional, RJ, 2(2): 111, abr/jun 1978.
- <sup>12</sup>\_\_\_\_\_. *The nature of adolescent judgment*. London, Staples Press, 1971, P. 18.
- <sup>13</sup>O referencial teórico de Peel serviu de base à pesquisa: "Níveis de julgamento de alunos de 1º, 2º e 3º graus de ensino e linhas de orientação metodológica de seus professores". IESAE - FGV / INEP-MEC, 1977/78.
- <sup>14</sup>PEEL, E.A. Opus cit, p.
- <sup>15</sup>IESAE - FGV / INEP-MEC. *Níveis de julgamento de alunos do 1º, 2º e 3º graus de ensino e linhas de orientação metodológica de seus professores*. Relatório final de pesquisa, RJ, 1978, p. 131.
- <sup>16</sup>A esse respeito é interessante a leitura da obra *Cuidado Escola !*, da editora Brasiliense, escrito por equipe do IDAC e apresentado por Paulo Freire.

## 6. O PROBLEMA EM ESTUDO

### 6.1. Introdução:

A oportunidade de trabalhar com ensino supletivo desde 1972 quando ainda não existia um Departamento de Ensino Supletivo mas os Serviços de Educação de Adultos, citados anteriormente e o desenvolvimento, na rede oficial, de diferentes tipos de trabalhos dirigidos ao ensino supletivo justificam o interesse em elaborar este trabalho.

Tendo atuado, durante a realização do projeto e da coleta de dados em que o mesmo se baseia, como observador-participante tornou-se mais fácil detectar lacunas e mesmo deficiências no currículo dos Centros de Estudos do Estado do Rio. O trabalho de elaboração dos módulos foi realizado, conforme já explicitado, em caráter experimental, antes que os CES daquele Estado fossem criados. Nada se conhecia, portanto, da clientela que os procuraria.

O currículo neste trabalho é visto como "um plano para prover conjuntos de oportunidades de aprendizagem para atingir amplas metas e objetivos específicos relacionados, para uma população identificável, atendida por uma unidade escolar".<sup>1</sup> A afirmação: "só é possível estabelecer objetivos a partir do diagnóstico e das realidades da clientela"<sup>2</sup> está em consonância com o conceito de currículo aqui adotado. Também concorda Dalila Sperb<sup>3</sup> quando afirma que a primeira etapa do planejamento de currículos, antes da formulação dos objetivos educacionais, é o diagnóstico das necessidades educacionais visando a identificar o tipo de educação que necessita a sociedade para a qual se planeja. As necessidades dos alunos que procuram os Centros de Estudos Supletivos, bem como suas características no que diz respeito a sexo, idade, escolaridade anterior, ocupação e objetivos que os levam a procurar o curso de suplência em nível de 1º grau parecem ser extremamente diferentes — pelo que se pode observar através de contato frequente com eles — e não foram, ainda, identificados.

É preciso atentar ao perigo de, na hora de reformular o currículo de determinada instituição, deparar com di

ferências de objetivos entre os que planejam a reformulação e aqueles para os quais os currículos se destinam. Fica claro que a identificação das características dos alunos - e, assim, dos objetivos com que procuram o curso - não servirá para determinar, automaticamente, os objetivos educacionais. Mas através dos dados obtidos, será possível saber de onde partir e até onde se poderá pretender chegar.

## 6.2 Objetivos:

Este trabalho pretende:

- . identificar a faixa de idade em que se concentram os alunos de Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio, sua ocupação, escolaridade anterior e os objetivos que os levam a procurar o curso de suplência em nível de 1º grau;

- . verificar a relação existente entre os objetivos com que procuram o curso e idade, sexo e ocupação;

- . apresentar proposições de reformulação do currículo dos Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio.

## 6.3 Definição do problema:

O tema de estudo é, portanto, a reformulação de currículos, em nível de 1º grau, dos Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio. Essa reformulação, se feita criteriosamente, só deverá ser promovida a partir da caracterização, proposta neste trabalho, dos alunos ali matriculados. Foi tomado como referência o período de outubro de 1976, data da inauguração do Centro de Estudos Supletivos de Niterói - primeiro a ser criado no Estado do Rio - até novembro de 1979.

### 6.3.1. Hipóteses:

Levantaram-se as seguintes hipóteses de trabalho:

- a) Há, matriculados em curso de suplência em nível de 1º grau nos Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio, predominância de alunos:

- . do sexo feminino, muitos desses não inseridos no mercado de trabalho;

. com mais de 35 anos de idade<sup>4</sup>.

b) Alunos com menos de 35 anos se diferenciam dos alunos mais velhos no que se refere aos objetivos que os levam a procurar a função de suplência, em nível de 1º grau, nos Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio, objetivando os mais novos a continuação dos estudos.

c) Alunos do sexo feminino procuram os Centros de Estudos Supletivos com objetivos diferentes dos alunos do sexo masculino, visando as mulheres mais que os homens, à continuação dos estudos.

d) Entre os que trabalham, a procura dos Centros de Estudos Supletivos objetiva a obtenção do certificado necessário à continuação no emprego, havendo baixa expectativa de promoção ocupacional.

As hipóteses assim enumeradas foram elaboradas, aliando a experiência pessoal, já citada, ao referencial teórico utilizado neste trabalho.

Parte da primeira hipótese se refere à não inserção no mercado de trabalho de grande parcela de alunos do sexo feminino. Encontrou-se em Helena Lewin a seguinte afirmação: "O efeito da expansão das oportunidades educacionais associado à revolução nas expectativas femininas quanto à mobilidade social e participação na força de trabalho conduz, em 1970, a um acentuado crescimento na proporção de mulheres com curso completo nas faixas etárias compreendidas entre 25 e 70 anos.(...) Contudo apesar da ampliação ocupacional, as mulhteres ainda estão extremamente concentradas em tarefas do setor primário na rubrica 'Trabalhador Familiar Não Remunerado' e no setor terciário na categoria de 'prestação de serviços' na qualidade de 'empregadas domésticas'".<sup>5</sup>

A segunda hipótese foi elaborada levando-se em consideração as observações feitas a partir do contato diário com os alunos.

Com relação à terceira hipótese encontraram-se também em Helena Lewin subsídios para sua elaboração. "As informações disponíveis destacam, para ambos os censos (1950 e 1970), que as mulheres são portadoras de taxas mais ele

vadas de instrução formal em relação ao segmento masculino, apesar da participação dos homens na população alfabetizada ser superior à contribuição feminina"<sup>6</sup>. Daí pode-se inferir que as mulheres, uma vez iniciado o seu processo de alfabetização, têm probabilidades maiores de vir à concluir algum tipo de curso. Entre os fatores explicativos desta maior probabilidade educacional feminina, destacam-se os condicionantes sócio-econômicos e culturais que orientam diferencialmente o comportamento 'normalizado' para cada sexo.(...) Dessa forma, a predominância acentuada de mulheres com curso completo se deve à vigência de atitudes tradicionais que dissocia a instrução da produção e do trabalho"<sup>7</sup>.

Em Pierre Furter buscaram-se elementos para a elaboração da quarta hipótese. Diz o autor que na América Latina, onde se procura estender a adultos os benefícios da cultura escolar, a educação extra-escolar assume essencialmente papel supletivo. Entre a clientela abrangida por essa educação, inclui "os funcionários, eventualmente empregados, e trabalhadores que têm necessidade do diploma de conclusão de escolaridade obrigatória para obter, e por vezes, conservar o seu emprego"<sup>8</sup>.

#### 6.3.2. Definição das variáveis:

a) Idade: foi pedido ao aluno que se situasse numa faixa de idade, entre as apresentadas.

b) Sexo: o aluno declarou se é do sexo feminino ou masculino.

c) Formação escolar anterior:

c.1. Nula: aluno que nunca frequentou escola

c.2. Em nível de uma das quatro séries do 1º grau: aluno que, tendo estado matriculado em alguma escola, não concluiu o antigo curso primário.

c.3. Em nível da quarta série do 1º grau:aluno que concluiu o antigo curso primário.

c.4. Em nível de uma das quatro últimas séries do 1º grau:aluno que começou a cursar mas não concluiu o anti

go curso ginasial.

d) Objetivo do aluno ao procurar o curso: pretendeu-se identificar qual o principal objetivo com que o aluno procura o Centro de Estudos Supletivos. Partiu-se do pressuposto que o aluno poderá procurar o curso com um dos objetivos principais:

d.1. continuar os estudos em nível de 2º grau.

d.2. manter uma situação de trabalho.

d.3. assumir postos mais elevados na empresa em que trabalha.

d.4. entrar no mercado de trabalho.

d.5. encontrar um grupo onde possa estabelecer relações sociais e aproveitar melhor suas horas livres.

d.6. fazer jus a um certificado que lhe dê satisfação pessoal.

d.7. realizar um estudo mais orientado já que sempre teve por hábito estudar sozinho.

e) Ocupação: tipo de trabalho exercido(cargo, função).

#### 6.4. Orientação metodológica:

Antes do estabelecimento dos objetivos - 1ª etapa a ser seguida na organização do currículo - deve ser feita uma caracterização da clientela já que "só é possível estabelecer objetivos a partir do diagnóstico da realidade e das exigências da clientela".<sup>9</sup> Pretendeu-se caracterizar a clientela dos Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio quanto a idade, sexo, escolaridade anterior, ocupação e objetivos ao procurar o curso e verificar a relação existente entre o objetivo principal do aluno e sexo, idade e ocupação.

Com relação à parte teórica do trabalho, procurou-se fazer um levantamento bibliográfico que permitisse fazer, em termos bastante objetivos, comentários sobre: a evolução da educação de adultos no Brasil e a utilização do método de ensino individualizado em Centros de Estudos Supletivos; a qualificação educacional da mão de obra existente no Brasil



- já que alunos de supletivo são adolescentes ou adultos provavelmente engajados no mercado de trabalho - e sobre reformulação de currículos.

#### 6.4.1. Sujeitos

Os Centros de Estudos Supletivos que funcionam no Estado do Rio oferecendo cursos de suplência em nível de 1º grau utilizam um único material elaborado por uma equipe de professores do Centro de Estudos Supletivos de Niterói.

A experiência pioneira em termos de Centros de Estudos Supletivos no Estado do Rio coube ao Centro de Estudos Supletivos de Niterói, primeiro a ser inaugurado no Rio de Janeiro. Ao lado disso, na época da elaboração do projeto referente a este trabalho, a equipe de professores - orientadores do CES/Niterói - se propunha a fazer uma reformulação do material didático com vistas a melhor adequação do mesmo à clientela. Tendo em vista esses dois aspectos, foram escolhidos para informantes deste trabalho os alunos que tivessem se matriculado no Centro de Estudos Supletivos de Niterói desde sua inauguração até novembro de 1979 e que ainda estivessem realizando o curso. Não tendo sido possível atingir o universo, utilizou-se a amostra de 183 alunos, correspondente a 46% da população de 400 alunos.

#### 6.4.2. Instrumentos utilizados

Para coletar dados necessários à elaboração deste trabalho foi utilizado, inicialmente, o questionário de perguntas abertas, abaixo transcrito - numa aplicação piloto - ao qual responderam 10% dos alunos na época matriculados, escolhidos aleatoriamente:

Pretendemos com este questionário colher informações a respeito de muitas questões importantes. É fundamental que você responda com atenção e sinceridade. A partir da sinceridade e seriedade de suas respostas será possível fazer futuras reformulações dos módulos que você utiliza. Contamos com sua colaboração.

1. Antes de ingressar no CES você havia estado na Escola?
2. Você cursou: a) Primário Incompleto?  
b) Primário Completo?

c) Ginásio Incompleto?

d) Outro curso (ou exame) de 1º grau?

3. Você conhece pessoas que estão gostando de fazer este curso? O que estas pessoas acham interessante no curso?
4. Você conhece pessoas que pensam em desistir deste curso? Por que estas pessoas querem desistir?
5. Se este curso não fornecesse certificado de conclusão de 1º grau, assim mesmo você o faria? Por que?
6. Se você pudesse obter seu certificado estudando apenas os módulos de Estudos Sociais, você gostaria? Por que?
7. Você considera necessárias ou desnecessárias as reuniões promovidas pelo CES? Por que?
8. Imediatamente após receber seu certificado, como pretende utilizá-lo?
9. Além de estudar, você recebe remuneração por trabalho que realiza?
10. Se respondeu SIM à pergunta (9), responda agora:
  - a) Que tipo de trabalho você realiza?
  - b) Se você não apresentar o certificado no seu trabalho, isso poderá causar algum problema? Por que?
  - c) Depois de receber o certificado, você acredita que seu patrão irá pagar a você um salário maior? Quanto você acha que passará a ganhar?
  - d) Você acha que mudará de emprego após concluir o curso? Por que?
  - e) Você pretende fazer o 2º grau? Por que?
11. Se respondeu NÃO à pergunta (9), responda agora:
  - a) Você pretende procurar emprego quando terminar o curso? Por que?
  - b) Que tipo de trabalho você acha que poderia encontrar?
  - c) Você pretende fazer o 2º grau? Por que?

12. O que levou você a procurar este curso no CES?

13. O que você poderia sugerir para que este curso ficasse mais agradável e eficiente?

Foram encontrados os seguintes resultados:

Questão 1: Sim: 36  
Não: -

Questão 2: Primário Incompleto : 05  
Primário Completo : 16  
Ginásio Incompleto : 16  
Outro curso(ou exame) de 1º grau: 03

Questão 3: Sim: 33  
Não: 03

Sim, sem justificativa : 02  
"Sim, tudo" : 03  
"Sim, boas amizades" : 01  
"Sim, reuniões mensais" : 01  
"Sim, curso barato" : 01  
Sim, várias respostas corretas referentes a método e atendimento eficientes : 25  
Não, sem justificativa : 03

Questão 4: Sim: 08  
Não: 28

"Sim, por não ter tempo de estudar": 04  
"Sim, por inibição de ter que repetir algumas provas": 01  
"Sim, por não ter gabarito para ir até o fim": 01  
"Sim, por problemas em casa": 01  
"Sim, por dificuldades de locomoção até o curso": 01  
"Não, não conheço": 27

"Não, todos estão gostando e não estão com  
pressa": 01

Questão 5: Sim: 20  
Não: 16

"Sim. Porque estou me instruindo e isso é o  
mais importante": 01

"Sim. Porque poderia fazer depois exame suple  
tivo": 03

"Sim. Porque daria base para cursar o 1º  
grau": 05

"Sim. Porque amplia conhecimentos": 07

"Sim. Porque o estudo faz muita falta": 01

"Sim. Dada a abertura de horário": 01

"Sim. É um meio de comunicação e de distra  
ção": 01

"Sim. Porque gosto do curso": 01

"Não. O certificado é minha única solução": 01

"Não. Porque o curso fugiria às suas finalida  
des": 01

"Não. Preciso de conhecimento mas o certifica  
do é indispensável": 02

"Não. Necessito urgente do certificado": 01

"Não. Porque só com o certificado posso pros  
seguir estudos": 06

"Não. Porque o diploma é fundamental. Para  
conseguir algo mais temos que apresen  
tar o diploma": 01

"Não. Certificado mesmo na minha idade (femini  
no, 56 anos) é estímulo": 01

Não. Sem justificativa: 03

Questão 6: Sim: 05  
Não: 30  
Sem resposta: 01

Sim. Sem justificativa: 01

- "Sim. Porque assim não teria que estudar Matemática": 01
- "Sim. Faria exame supletivo das outras matérias": 01
- "Sim. Seria bem mais rápido": 02
- Não. Sem justificativa: 03
- "Não. Porque são necessárias todas as matérias": 15
- "Não. Porque não teria base para prosseguir": 07
- "Não. Porque não seria útil na vida prática": 01
- "Não. Não me ligo em Estudos Sociais": 02
- "Não. Porque nada me adiantaria": 01
- "Não. Quero ter mais conhecimentos, principalmente em Matemática": 01

Questão 7:

- Necessárias: 30
- Desnecessárias: 03
- Sem resposta: 01
- "Não tenho base para resposta": 03
- "Necessárias. Entrosamento com colegas e professores": 21
- "Necessárias. Reuniões dão muito esclarecimentos": 02
- "Necessárias. Através delas ficamos sabendo das novidades": 01
- "Necessárias. Ajudam a tirar dúvidas": 01
- "Necessárias. São um incentivo para mim": 01
- "Necessárias. Há possibilidade de aperfeiçoamento": 02
- "Necessárias. Elas têm seus objetivos": 01
- "Necessárias. Para discutir meios de aprimorar o curso": 01
- "Desnecessárias. Porque a maioria não pode participar": 01
- Desnecessárias. Sem justificativa: 02

Questão 8:

- "Arranjar emprego melhor": 01
- "Apresentar ao patrão": 04
- "Continuar estudando": 22
- "Arranjar um emprego": 02
- "Iniciar caminhada para o futuro": 01
- "Depende das oportunidades que surgirem": 01
- "Não sei": 05
- "Da melhor forma possível": 01
- "Fazendo curso de decoração no SENAC": 01
- "Não vou utilizar porque não tenho mais ida  
de para arranjar bom emprego": 01
- "Não pretendo utilizá-lo. Necessito dele para  
alguma eventualidade". 01
- Sem resposta: 01

Observação: Aqui apareceram 41 respostas porque algumas fo  
ram desmembradas. "Continuar estudando" apareceu combinada  
com "Apresentar ao Patrão" e "Arranjar um emprego melhor".

Questão 9:

- Sim: 24
- Não: 12

Questão 10:

item (a):

- Auxiliar de serviços médicos: 01
- Auxiliar de enfermagem: 01
- Auxiliar de transporte: 01
- Auxiliar de administração: 01
- Instrutora de corte e costura: 01
- Manicure: 01
- Porteiro: 01
- Vários: 01
- Passadeira: 01
- Doméstica: 01
- Funcionário Público: 02
- Propagandista: 01
- Ascensorista: 01
- Almoxarife: 01
- Comissário de menores: 01
- Vendedor: 03

Músico: 01

Sem resposta: 04

item (b): Sim: 09

Não: 15

"Sim. Porque todas as empresas só aceitam com  
certificado": 02

"Sim. Quando vier promoção": 02

"Sim. Sem certificado não serei promovido": 04  
Sim. Sem justificativa: 01

"Não. Porque trabalho por conta própria": 02

"Não. Porque as pessoas pensam que sou inte  
lectual e não me pedem certificado": 01

"Não. No meu tipo de trabalho não causa pro  
blema": 02

"Não. Porque não poderá aumentar salário": 01  
Não. Sem justificativa: 09

item (c): Sim: 11

Não: 11

Sem resposta: 02

"Sim. Anseio fazer concurso e ser promovido  
no meu trabalho": 03

"Sim. Dobraria": 01

Sim. Sem justificativa: 07

"Não. Não tenho patrão": 03

"Não. Só pagará mais por ocasião da promo  
ção": 01

"Não. Porque as pessoas no meu trabalho pen  
sam que já tenho o curso": 01

"Não. No meu emprego atual não faz diferen  
ça": 01

"Não. Não tenho esse problema": 01

Não. Sem justificativa: 05

item (d): Sim: 07

Não: 14

Sem resposta: 02

"Não sei": 01

"Sim. Pretendo arranjar algo paralelo": 01

"Sim. Vou fazer curso profissionalizante de  
2º grau": 01

"Sim. Com o certificado poderei procurar ou  
tro tipo de emprego": 01

"Sim. Poderei enfrentar provas para outros  
cargos superiores ao meu": 01

Sim. Sem justificativa: 03

"Não. Porque o 1º grau não dará condições pa  
ra emprego melhor": 03

"Não. Gostaria de ocupar cargo melhor no mes  
mo emprego": 01

"Não. Porque tenho mais de 18 anos na mesma  
empresa": 01

"Não. Porque adoro o que faço": 02

Não. Sem justificativa: 07

item (e):

Sim: 20

Não: 03

Sem resposta: 01

"Sim. Porque teremos mais oportunidade de em  
prego": 02

"Sim. Para tentar concurso público": 01

"Sim. Para melhorar nível dentro do traba  
lho": 01

"Sim. Aumentar salários": 03

"Sim. Aumentar conhecimentos": 01

"Sim. Quero chegar à faculdade": 02

"Sim. Desejo aprender mais": 01

"Sim. Se puder, continuarei": 01

"Sim. Porque iniciei o que havia parado há  
muito tempo": 01

"Sim. Pretendo ir em frente": 01

"Sim. Porque abrem-se novos horizontes": 01



"Sim. É importante continuar a estudar sem  
pre": 01

"Sim. Porque com instrução terei futuro me  
lhor": 01

"Sim. Para aprefeiçoamento": 01

"Sim. Já estou fazendo": 01

"Sim. Sem justificativa: 01

"Não. Não me interessa": 01

Não. Sem justificativa: 02

Questão 11:

item (a): Sim: 05

Não: 07

"Sim. Acho mesmo necessário trabalhar": 02

"Sim. Para ganhar algum dinheiro": 01

"Sim. Pretendo me formar mais tarde em alguma  
coisa": 02

"Não. Porque não preciso": 02

"Não. Não tenho mais idade": 01

"Não. Vou continuar a estudar": 02

"Não. Pretendo estudar decoração": 01

"Não. Meu marido não permite": 01

item (b): Não sei: 02

Sem resposta: 07

Balconista de butique: 01

Enfermagem: 01

Estou pesquisando para saber minha vocação: 01

item (c): Sim: 10

Não: 02

"Sim. Porque pretendo aumentar grau de instruç  
ão": 01

"Sim. Pretendo fazer faculdade": 02

"Sim. Porque gosto de estudar": 02

"Sim. O saber não ocupa lugar": 01

"Sim. Adquirir mais cultura": 01

"Sim. Concluir meus estudos": 01  
"Sim. Pretendo fazer curso de inglês": 01  
"Sim. Para arranjar emprego bem remunerado": 01  
"Não. Sem justificativa": 01  
"Não. Não é necessário para o curso que pre  
tendo fazer": 01

Questão 12: Sem resposta: 04

"Oportunidade de recuperar tempo perdido": 01  
"Falta de tempo para fazer outro tipo de curso": 06  
"Pouco entusiasmo para frequentar aulas": 01  
"Vontade de voltar a estudar": 01  
"Possibilidade de novo horizonte": 02  
"Aqui é mais fácil fazer 1º grau": 02  
"Facilidade de horário": 01  
"Achei que seria mais rápido": 01  
"Reclassificação": 01  
"Perspectiva de melhora no emprego": 01  
"Tentativa de concurso público": 01  
"Necessidade de aumentar salários": 01  
"Arranjar um emprego após o curso": 01  
"Necessidade do certificado": 02  
"Precisava do certificado para fazer curso de  
estética facial": 01  
"Necessidade de aumentar conhecimentos": 03  
"Necessidade de atualização": 01  
"Necessidade como base para o 2º grau": 03  
"Minha pouca cultura": 01  
"Por querer completar o que me falta": 01  
"Anúncio por pessoa que estuda ou trabalha no  
CES": 05  
"Casualidade": 01  
"Para passar o tempo": 01

Observação: Aqui aparecem 43 respostas porque algumas foram desmembradas.

Questão 13:

- "Não tenho sugestões; o curso é muito agradável e eficiente": 18
- "Que se faça o 2º grau nos mesmos moldes": 02
- "Maior divulgação": 01
- "Mais reuniões": 01
- "Instalações maiores evitando que alunos esperem no corredor": 05
- "Presença constante de professores-orientadores": 01
- "Alguns módulos estão deficientes": 01
- "Menos conteúdo nos módulos": 03
- "Maior objetividade em alguns módulos": 01
- "Matemática menos difícil": 01
- "Diminuir o número de acertos exigidos nas avaliações": 01
- "Quando o aluno viesse fazer várias avaliações da mesma área, permitir que fizesse as outras mesmo que não passasse na 1ª": 01
- "Silêncio na biblioteca": 01
- "Que não aumentasse o preço": 01
- "Mais entrosamento entre alunos e professores": 01
- "A união e compreensão de todos": 01
- "Não tenho sugestão": 01

Observação: Aqui aparecem 41 respostas porque alguns alunos deram mais de uma sugestão.

Tomando por base as informações colhidas na aplicação piloto elaborou-se um questionário de perguntas fechadas destinado a ser aplicado a todos os sujeitos.

Foi pedido aos alunos que, ao responderem ao questionário, não se identificassem. Isso visava a fazer com que se sentissem completamente à vontade para se expressarem claramente a respeito das perguntas feitas. Para efeito de controle, à proporção que os questionários eram preenchidos, era solicitado ao aluno o seu número de matrícula que era

então, assinalado numa ficha à parte.

No que se refere a ocupação utilizou-se a classificação adotada pelo Anuário Estatístico do IBGE para população economicamente ativa.

Entre a população não economicamente ativa foram separadas as pessoas que declararam na ocupação: "dona de casa" ou "do lar" das que afirmaram que "são estudam".

Assim, as donas de casa são chamadas em nossas tabelas de "Do lar" e os que não apontam ocupação, e dizem que são estudam, são chamados de "sem ocupação".

Abaixo, a transcrição do questionário apresentado:

Prezado aluno:

Com este questionário pretendemos obter informações visando a adaptar os módulos de ensino às suas reais necessidades. Sua sinceridade nas respostas contribuirá muito para a realização deste trabalho.

1) Assinale nos quadradinhos a opção correta:

a) Você tem: 16 a 20 anos ☐ 36 a 40 anos ☐

21 a 25 anos ☐ 41 a 45 anos ☐

26 a 30 anos ☐ 46 a 50 anos ☐

31 a 35 anos ☐ Mais de 50 anos ☐

b) Você se matriculou no CES em: 1976 ☐ 1978 ☐

1977 ☐ 1979 ☐

c) Você é do sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

d) Você frequentou alguma escola antes de entrar no CES?

Sim ☐

Não ☐

e) Você cursou : Primário Incompleto: Sim ☐ Não ☐

Primário Completo: Sim ☐ Não ☐

Ginásio Incompleto: Sim ☐ Não ☐

f) Você recebe salário ou cobra em dinheiro pelo trabalho que realiza?

Sim ☐

Não ☐

Qual é a sua ocupação?.....

g) Você tem filhos? Sim ☐

Não ☐

h) Você pretende fazer o 2º grau?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

2) Em cada um dos grupos de afirmativas abaixo, assinale , conforme o caso, CONCORDO, ESTOU EM DÚVIDA ou DISCORDO, na coluna correspondente:

		CONCORDO	ESTOU EM DÚVIDA	DISCORDO
2.1	- Vou fazer o 2º grau para depois procurar um emprego.			
2.2	- Vou fazer o 2º grau por que assim poderei ganhar mais onde trabalho.			
2.3	- Vou fazer o 2º grau para depois cursar uma faculdade.			
2.4	- Sei que a continuação dos estudos não me dará vantagens no trabalho, mas farei o 2º grau só porque gosto de estudar.			
2.5	- No meu trabalho atual necessito de certificado de 1º grau.			
2.6	- Quando apresentar o certificado de 1º grau deverei ser promovido em meu trabalho.			
2.7	- Quando receber o certificado de 1º grau pretendo começar a trabalhar.			
2.8	- Quando receber o certificado de 1º grau, gostaria de mudar de trabalho.			
2.9	- Procurei o CES porque queria fazer alguma coisa diferente do que fazia comumente em casa e no trabalho.			
2.10	- Estou fazendo este curso só para mostrar que, na minha idade, ainda sou capaz de obter um certificado.			
2.11	- O que mais me faz vir ao CES é poder bater papo com colegas e professores.			
2.12	- Antes de entrar no CES, eu sempre estudava alguma coisa sozinho.			

3) Agora assinale, conforme o caso, o que para você é MUITO IMPORTANTE, POUCO IMPORTANTE ou NADA IMPORTANTE:

	MUITO IMPORTANTE	POUCO IMPORTANTE	NADA IMPORTANTE
3.1 - Terminar o curso rapidamente.			
3.2 - Apresentar o certificado de 1º grau para poder melhorar no trabalho.			
3.3 - Procurar um trabalho quanto terminar o curso de 1º grau.			
3.4 - Apresentar o certificado, atendendo a exigências do meu trabalho.			
3.5 - Passar a poder dar alguma orientação no estudo dos meus filhos.			
3.6 - Mostrar à minha família e aos meus amigos que posso obter um certificado de 1º grau.			
3.7 - Ter, com este curso, uma coisa com que me ocupar fora de casa e fora do trabalho.			
3.8 - Fazer o 2º grau.			
3.9 - Conversar com colegas e professores do CES sobre assuntos que não sejam referentes aos módulos.			

Para elaboração deste trabalho, ao lado dos dados obtidos com a aplicação do questionário, antes apresentado, foi utilizada a experiência pessoal do elaborador no trato diário com a realidade do CES/Niterói desde a elaboração de material didático ali utilizado até o convívio direto com os alunos nas ocasiões de orientação da aprendizagem. Assim sendo, o elaborador funcionou, neste trabalho, também como observador - participante.



#### 6.5. Apresentação tabular dos resultados:

Quando se procedeu à aplicação dos questionários que forneceram informações para realização deste trabalho surgiram várias dificuldades.

A primeira delas diz respeito ao horário de funcionamento do Centro de Estudos. Como foi dito anteriormente, os alunos podem ali comparecer em qualquer horário de sua preferência ou possibilidade entre 8 e 22 horas. Assim, visto ser impossível permanecer em todos os dias e horários no CES, foi possível contar com a colaboração de colegas de trabalho que foram treinadas para aplicar os questionários aos alunos que lá comparecessem. Para isso foi escolhido o setor de aplicação de testes do CES pelo fato de ser o único setor em que é obrigatória a presença dos alunos que frequentam o curso.

Não se exige do aluno uma frequência diária ao CES. É considerado "afastado" o aluno que deixar de comparecer por um período de três meses. Mesmo após esse período de afastamento, o aluno pode ser reintegrado no processo desde que apresente uma justificativa aceitável para sua prolongada ausência.

Tornou-se necessário, assim, fixar um período de tempo para aplicação do questionário, não só por problemas referentes à necessidade de dados para execução deste trabalho, como também pelo fato de, no CES-Niterói, não haver período de matrícula determinado. A cada dia podem entrar alunos novos e, sem fixação de período de aplicação dos questionários, o trabalho de coleta de dados seria infundável. Estabeleceu-se, então, que seria solicitado o preenchimento dos questionários aos alunos matriculados até novembro de 1979 e que essa aplicação seria feita durante os meses de setembro a novembro do referido ano.

Com um total de 400 alunos matriculados no último mês de aplicação só foi possível obter o preenchimento de 183 questionários já que os demais alunos estavam afastados por motivo de doença ou de natureza profissional e não compareceram durante o período de aplicação.

Será feita, a seguir, a apresentação tabular dos resultados. O item 6.6. trará a descrição e discussão dos mesmos.

Tabela 01: DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES SEGUNDO A IDADE

IDADE EM ANOS	Homens	Mulheres	F	%
16 a 20	06	15	21	11,5
21 a 25	09	14	23	12,6
26 a 30	11	11	22	12,0
31 a 35	07	20	27	14,8
Até 35	33	60	93	50,9
36 a 40	08	21	29	15,8
41 a 45	07	11	18	9,8
46 a 50	08	14	22	12,0
Mais de 50	05	16	21	11,5
Mais de 35	28	62	90	49,1
T O T A L	61	122	183	100,0

Tabela 02: DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES SEGUNDO O ANO EM QUE SE MATRICULARAM NO CES

A N O	F	%
1976	12	6,6
1977	29	15,9
1978	39	21,3
1979	102	55,7
Sem resposta	01	0,5
T O T A L	183	100,0

Tabela 03: DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES SEGUNDO FREQUÊNCIA ANTERIOR À ESCOLA

FREQUÊNCIA	F	%
Sim	172	94,0
Não	9	4,9
Sem resposta	2	1,1
T O T A L	183	100,0

Tabela 04: DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES SEGUNDO ESCOLARIDADE ANTERIOR AO CURSO

ESCOLARIDADE *	F	%
Sem escolaridade	06	3,3
Primário incompleto	21	11,5
Primário completo	59	32,2
Ginário Incompleto	97	53,0
T O T A L	183	100,00

(\*) Adotou-se a nomenclatura anterior à da Lei 5692/71 por ser feita a suposição de que muitos dos informantes desconhecem a atual.

Tabela 05: DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES SEGUNDO PRESENÇA DE REMUNERAÇÃO EM RELAÇÃO A TRABALHO QUE REALIZAM.

RECEBEM	F	%
Sim	140	76,5
Não	43	23,5
TOTAL	183	100,00

Tabela 06: DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES SEGUNDO SUAS OCUPAÇÕES ATUAIS.

O C U P A Ç Õ E S *	HOMENS	MULHERES	F	%
Administrativas	15	32	47	25,6
Téc.,cient. e afins	04	12	16	8,8
Da Ind. de transformação	07	01	08	4,4
De comércio e ativ.auxiliares	13	06	19	10,4
De transportes	04	-	04	2,2
Das comunicações	-	01	01	0,5
De prestação de serviços	06	25	31	16,9
De defesa nacional	04	-	04	2,2
Mal definidas ou não declaradas	05	05	10	5,5
Do lar	-	35	35	19,1
Sem ocupação	03	05	08	4,4
T O T A L	61	122	183	100,0

(\*) Baseou-se, quanto à população economicamente ativa, na classificação adotada pelo Anuário Estatístico do IBGE.

Quanto à população não economicamente ativa, foram separadas as donas de casa (aqui chamadas de "do lar") dos de mais informantes que declararam que só estudam.

Tabela 07: DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES SEGUNDO POSSUAM FILHOS OU NÃO.

FILHOS	F	%
Sim	121	66,1
Não	61	33,3
Sem resposta	01	0,6
T O T A L	183	100,0

Tabela 08: DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES SEGUNDO PRETENSÃO DE CONTINUAR OS ESTUDOS EM NÍVEL DE 2º GRAU.

PRETENDEM	F	%
Sim	147	80,3
Não	04	2,2
Em dúvida	32	17,5
T O T A L	183	100,0

TABELA 09: Relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e busca de emprego após conclusão desse curso.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	56	30,6	41	15	11	45	1	6	23	26
Em dúvida	18	9,8	10	8	3	15	-	2	7	9
Discordam	99	54,1	36	63	41	58	5	12	27	55
Sem resposta	9	4,9	6	3	5	4	-	1	2	6
Resposta anulada*	1	0,6	-	1	1	-	-	-	-	1
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	6	21	59	97

\*Foi anulada a informação quando o informante assinalou mais de uma opção de resposta.

TABELA 10: Relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e aspiração a curso superior.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	82	44,8	51	31	31	51	2	8	22	50
Em dúvida	61	33,3	31	30	18	43	2	6	24	29
Discordam	36	19,7	9	27	12	24	2	6	12	16
Sem resposta	3	1,6	1	2	-	3	-	1	-	2
Resposta anulada	1	0,6	1	-	-	1	-	-	1	-
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	6	21	59	97

TABELA 11: Distribuição dos informantes, segundo percepção da relação existente entre continuação dos estudos em nível de 2º grau e busca de emprego após conclusão desse curso, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Atê 35 anos					Mais de 35 anos					Atê 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem respostas	F	Concordam	Discordam	Sem respostas	Resposta Anulada	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem respostas	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem respostas
Administrativas	5	2	1	2	-	10	1	9	-	-	7	1	-	6	-	25	3	1	19	2
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	-	3	-	-	5	3	1	-	1	7	2	-	5	-
De ind. de transformação	5	1	1	3	-	2	-	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
De comércio e Ativ. auxiliares	7	1	1	4	1	6	-	6	-	-	4	1	1	1	1	2	-	-	2	-
De transportes	2	2	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	2	-	2	1	1	-	1	-	-	20	12	2	6	-	5	-	2	3	-
De defesa nacional	2	-	-	1	1	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declaradas	3	-	-	2	1	2	-	1	1	-	3	3	-	-	-	2	-	1	1	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	9	3	4	-	19	7	4	8	-
Sem ocupação	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	4	3	-	1	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	9	3	17	4	28	2	24	1	1	60	32	7	19	2	62	13	8	39	2

TABELA 12: Distribuição dos informantes, segundo percepção da relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e aumento de salário na atual entidade patronal, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Atê 35 anos					Mais de 35 anos					Atê 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	3	-	2	-	10	5	3	2	-	7	4	2	1	-	25	19	1	3	2
Técnicas, científ. e afins	1	-	1	-	-	3	2	-	1	-	5	3	-	1	1	7	2	2	2	1
De indústrias de transf.	5	2	1	2	-	2	-	-	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
De comércio e ativ. aux.	7	4	3	-	-	6	2	-	4	-	4	2	-	2	-	2	1	1	-	-
De transportes	2	2	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	3	-	1	1	1	-	1	-	-	20	9	5	6	-	5	-	3	2	-
De defesa nacional	2	1	-	1	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declar.	3	1	-	1	1	2	-	-	1	1	3	3	-	-	-	2	1	1	-	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	5	-	11	-	19	1	5	13	-
Sem ocupação	3	2	-	1	-	-	-	-	-	-	4	2	-	2	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	18	5	8	2	28	9	4	14	1	60	28	7	24	1	62	25	13	21	3



TABELA 13: Relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e aumento de salário na atual entidade patronal.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	80	43,7	46	34	27	53	03	07	24	46
Em dúvida	29	15,9	12	17	09	20	01	05	15	08
Discordam	67	36,6	32	35	22	45	02	09	19	37
Sem resposta	07	3,8	03	04	03	04	-	-	01	06
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 14: Pretensão de prosseguimento de estudos em nível de 2º grau só por gosto de estudar.

PERCEPÇÃO DA PRETENSÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	59	32,2	26	33	14	45	02	09	23	25
Em dúvida	19	10,4	06	13	05	14	02	01	06	10
Discordam	100	54,7	58	42	39	61	02	11	29	58
Sem resposta	05	2,7	03	02	03	02	-	-	01	04
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 15: Distribuição dos informantes, segundo percepção da relação existente entre continuação de estudos em nível de 2º grau e aspiração a curso superior, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S								M U L H E R E S										
	Atê 35 anos				+ de 35 anos				Atê 35 anos					Mais de 35 anos					
	F	Concordam	Em dũvida	Discordam	F	Concordam	Em dũvida	Discordam	F	Concordam	Em dũvida	Discordam	Sem resposta	Resposta Anulada	F	Concordam	Em dũvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	3	1	1	10	3	3	4	7	5	1	1	-	-	25	5	12	6	2
Técnicas,científicas e afins	1	-	1	-	3	2	-	1	5	-	2	1	1	1	7	3	1	3	-
De ind. de transformação	5	3	1	1	2	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De comércio e atv.auxiliares	7	5	2	-	6	3	2	1	4	-	2	2	-	-	2	1	-	1	-
De transportes	2	1	-	1	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	2	3	-	1	-	-	1	20	14	6	-	-	-	5	-	3	2	-
De defesa nacional	2	1	1	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	3	-	-	2	2	-	-	3	2	1	-	-	-	2	-	1	1	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	16	7	7	2	-	-	19	10	5	4	-
Sem ocupação	3	2	1	-	-	-	-	-	4	3	1	-	-	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	20	10	3	28	11	8	9	60	31	21	6	1	1	62	20	22	18	2

TABELA 16: Distribuição dos informantes, segundo pretensão de prosseguimento de estudos em nível de 2º grau só por gosto de estudar, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Atê 35 anos					Mais de 35 anos					Atê 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	1	1	3	-	10	4	1	5	-	7	-	1	6	-	25	9	3	12	1
Técnicas, científ. e afins	1	-	-	1	-	3	1	-	2	-	5	3	4	1	1	7	2	2	3	-
De indústrias de transf.	5	1	1	3	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De comércio e ativ. aux.	7	-	-	7	-	6	1	2	3	-	4	3	-	1	-	2	1	-	1	-
De transportes	2	-	-	2	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
De prestação de serviços	5	2	-	2	1	1	-	-	1	-	20	7	1	12	-	5	1	1	3	-
De defesa nacional	2	1	-	1	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declar.	3	-	-	2	1	2	1	-	-	1	3	2	-	1	-	2	-	1	1	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	5	2	9	-	19	10	3	6	-
Sem ocupação	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4	-	1	-	-	1	-
T O T A L	33	5	2	24	2	28	9	3	15	1	60	21	4	34	1	62	24	10	27	1

TABELA 17: Necessidade de apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal.

PERCEPÇÃO DA NECESSIDADE	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	80	43,7	35	45	25	55	03	09	24	44
Em dúvida	05	2,7	03	02	01	04	-	-	03	02
Discordam	85	46,5	48	37	30	55	03	10	27	45
Sem resposta	13	7,1	07	06	05	08	-	02	05	06
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 18: Relação existente entre apresentação do certificado de 1º grau e promoção na atual entidade patronal.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	45	24,6	25	20	18	27	02	04	17	22
Em dúvida	30	16,4	12	18	06	24	01	03	10	16
Discordam	101	55,1	53	48	34	67	03	13	31	54
Sem resposta	07	3,9	03	04	03	04	-	01	01	05
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 19: Distribuição dos informantes, segundo necessidade de apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S									M U L H E R E S									
	Até 35 anos					+ de 35 anos				Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	2	-	3	-	10	6	3	1	7	4	-	3	-	25	20	-	3	2
Técnicas, científ. e afins	1	1	-	-	-	3	2	1	-	5	2	1	-	2	7	4	-	2	1
De ind. de transformação	5	2	-	3	-	2	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De comércio e ativ.auxiliares	7	6	1	-	-	6	1	4	1	4	-	-	3	1	2	1	-	1	-
De transportes	2	-	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	3	-	1	1	1	1	-	-	20	6	1	11	2	5	3	-	2	-
De defesa nacional	2	-	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	-	-	2	1	2	-	1	1	3	1	-	2	-	2	1	-	1	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	4	-	12	-	19	5	2	12	-
Sem ocupação	3	1	-	2	-	-	-	-	-	4	2	-	2	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	15	1	15	2	28	10	15	3	60	20	2	33	5	62	35	2	22	3

TABELA 20: Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre apresentação do certificado de 1º grau e promoção na atual entidade patronal, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	2	-	3	-	10	6	-	4	-	7	4	-	3	-	25	10	6	7	2
Técnicas, científ. e afins	1	-	-	1	-	3	1	1	1	-	5	1	1	2	1	7	1	2	3	1
De indústrias de transf.	5	-	2	3	-	2	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
De comércio e ativ. aux.	7	4	-	3	-	6	-	1	5	-	4	-	-	4	-	2	-	2	-	-
De transportes	2	1	-	1	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	2	-	2	1	1	-	1	-	-	20	4	6	10	-	5	-	3	2	-
De defesa nacional	2	-	-	2	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declar.	3	1	-	1	1	2	-	-	1	1	3	1	-	2	-	2	1	-	1	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	2	1	13	-	19	1	2	16	-
Sem ocupação	3	1	1	1	-	-	-	-	-	-	4	2	-	2	-	1	-	-	1	-
T O T A L	33	11	3	17	2	28	7	3	17	1	60	14	9	36	1	62	13	15	31	3

TABELA 21: Relação existente entre o recebimento do certificado de 1º grau e a iniciação no trabalho.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	35	19,1	22	13	03	32	01	03	18	13
Em dúvida	11	6,0	09	02	02	09	-	02	02	07
Discordam	125	68,3	55	70	51	74	05	14	36	70
Sem resposta	12	6,6	07	05	05	07	-	02	03	07
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 22: Relação existente entre o recebimento do certificado de 1º grau e a pretensão de mudar de trabalho.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	72	39,3	48	24	22	50	02	10	26	34
Em dúvida	23	12,6	12	11	09	14	01	02	08	12
Discordam	84	45,9	32	52	28	56	03	09	25	47
Sem resposta	04	2,2	01	03	02	02	-	-	-	04
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 23: Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre o recebimento do certificado de 1º grau e a iniciação no trabalho, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S								M U L H E R E S									
	Até 35 anos					+35 anos			Até 35 anos					+ 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	-	-	4	1	10	10	-	7	-	-	7	-	25	3	-	19	3
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	3	-	5	1	-	3	1	7	1	1	5	-
De ind.de transformação	5	1	-	3	1	2	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
De comércio e atv.auxiliares	7	-	1	6	-	6	6	-	4	1	-	3	-	2	-	-	2	-
De transportes	2	-	-	2	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	1	-	3	1	1	1	-	20	7	3	9	1	5	1	-	4	-
De defesa nacional	2	-	-	2	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declaradas	3	-	-	2	1	2	1	1	3	2	-	1	-	2	-	-	2	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	16	6	4	6	-	19	8	1	9	1
Sem ocupação	3	-	1	2	-	-	-	-	4	2	-	1	1	1	-	-	1	-
T O T A L	33	3	2	24	4	28	27	1	60	19	7	31	3	62	13	2	43	4



TABELA 24: Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre o recebimento do certificado de 1º grau e a pretensão de mudar de trabalho, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					+ de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam		F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	3	1	1	-	10	1	1	8	-	7	3	1	3	25	5	3	15	2	
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	3	-	-	-	5	4	1	-	7	3	1	3	-	
De ind. de transformação	5	2	1	2	-	2	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	
De comércio e atv. auxiliares	7	4	1	2	-	6	-	2	4	-	4	2	1	1	2	1	1	-	-	
De transportes	2	2	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	
De prestação de serviços	5	3	-	2	-	1	-	-	1	-	20	16	1	3	5	3	1	1	-	
De defesa nacional	2	1	-	1	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mal definidas ou não declaradas	3	1	-	1	1	2	-	-	1	1	3	1	-	2	2	-	-	2	-	
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	4	1	11	19	6	-	13	-	
Sem ocupação	3	-	2	1	-	-	-	-	-	-	4	1	1	2	1	1	-	-	-	
T O T A L	33	17	5	10	1	28	5	4	18	1	60	31	7	22	62	19	7	34	2	

TABELA 25: Relação existente entre a procura do curso no CES e o desejo de envolvimento em ocupação diferente das realizadas em casa e no trabalho.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	86	47,0	46	40	28	58	03	09	33	41
Em dúvida	09	4,9	06	03	05	04	-	01	02	06
Discordam	80	43,7	38	42	25	55	03	09	24	44
Sem resposta	08	4,4	03	05	03	05	-	02	-	06
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 26: Relação existente entre a realização de curso e a possibilidade de mostrar que, apesar da idade, podem obter um certificado de 1º grau.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	81	44,2	37	44	22	59	03	09	29	40
Em dúvida	06	3,3	02	04	-	06	-	02	01	03
Discordam	90	49,2	50	40	37	53	03	10	27	50
Sem resposta	06	3,3	04	02	02	04	-	-	02	04
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 27: Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre a procura do curso no CES e o desejo de envolvimento em ocupação diferente das realizadas em casa e no trabalho, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	3	-	2	-	10	5	-	5	-	7	3	-	4	-	25	6	1	16	2
Técnicas, científ. e afins	1	1	-	-	-	3	2	-	1	-	5	2	-	2	1	7	3	-	4	-
De indústrias de transf.	5	1	2	2	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De comércio e ativ. aux.	7	2	1	4	-	6	4	1	1	-	4	2	-	2	-	2	1	-	-	1
De transportes	2	2	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
De prestação de serviços	5	3	-	1	1	1	-	-	1	-	20	11	1	8	-	5	4	-	1	-
De defesa nacional	2	1	-	1	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declar.	3	1	-	1	1	2	-	-	1	1	3	3	-	-	-	2	-	-	1	1
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	8	-	8	-	19	12	1	6	-
Sem ocupação	3	1	1	1	-	-	-	-	-	-	4	1	1	2	-	1	-	-	1	-
T O T A L	33	15	4	12	2	28	13	1	13	1	60	31	2	26	1	62	27	2	29	4

TABELA 28: Distribuição dos informantes, segundo relação existente entre a realização do curso e a possibilidade de mostrar que, apesar da idade, podem obter um certificado de 1º grau, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S							M U L H E R E S									
	Até 35 anos				+ de 35 anos			Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Discordam	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	1	4	-	10	7	3	7	2	-	4	1	25	14	-	10	1
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	3	-	3	5	4	1	-	-	7	4	1	2	-
De ind.de transformação	5	2	3	-	2	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De com. e atividades auxiliares	7	2	5	-	6	1	5	4	1	-	3	-	2	2	-	-	-
De transportes	2	1	1	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	2	2	1	1	-	1	20	10	1	8	1	5	2	-	3	-
De Defesa nacional	2	1	1	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declaradas	3	-	2	1	2	1	1	3	3	-	-	-	2	-	-	2	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	16	4	-	12	-	19	10	3	5	1
Sem ocupação	3	1	2	-	-	-	-	4	1	-	3	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	11	20	2	28	11	17	60	26	2	30	2	62	33	4	23	2

TABELA 29: Relação existente entre a frequência ao curso no CES e a busca de oportunidade de conversar com colegas e professores.

PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	30	16,4	21	09	09	21	01	04	08	17
Em dúvida	05	2,7	03	02	02	03	-	01	-	04
Discordam	142	77,4	66	76	48	94	05	15	50	72
Sem resposta	06	3,3	03	03	02	04	-	01	01	04
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 30: Hábito de estudar sozinho antes do ingresso no CES.

GRAU DE CONCORDÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Concordam	137	74,9	68	69	51	86	06	17	43	71
Em dúvida	03	1,6	01	02	02	01	-	-	01	02
Discordam	39	21,3	22	17	08	31	-	03	13	23
Sem resposta	04	2,2	02	02	-	04	-	01	02	01
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 31: Relação existente entre a frequência ao curso no CES e a busca de oportunidade de conversar com colegas e professores, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Atê 35 anos					Mais de 35 anos					Atê 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	-	-	5	-	10	2	1	7	-	7	-	1	6	-	25	4	-	19	2
Técnicas, científ. e afins	1	-	-	1	-	3	-	-	3	-	5	3	-	1	1	7	1	-	6	-
De indústrias de transf.	5	1	-	4	-	2	-	-	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
De comércio e ativ. aux.	7	1	-	6	-	6	1	-	5	-	4	-	-	4	-	2	-	-	2	-
De transportes	2	2	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	2	-	2	1	1	-	-	1	-	20	6	1	12	1	5	-	-	5	-
De defesa nacional	2	-	-	2	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declar.	3	-	1	2	-	2	-	-	1	1	3	2	-	1	-	2	-	-	2	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	3	-	13	-	19	1	1	17	-
Sem ocupação	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	4	1	-	3	-	1	-	-	1	-
T O T A L	33	6	1	25	1	28	3	1	23	1	60	15	2	41	2	62	6	1	53	2

TABELA 32: Hábito de estudar sozinho antes do ingresso no CES, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S								M U L H E R E S								
	Atê 35 anos				+ de 35 anos				Atê 35 anos				Mais de 35 anos				
	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	F	Concordam	Discordam	Sem resposta	F	Concordam	Em dúvida	Discordam	Sem resposta
Administrativas	5	2	1	2	10	10	-	-	7	4	3	-	25	20	1	3	1
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	3	3	-	-	5	3	1	1	7	6	-	1	-
De ind. de transformação	5	5	-	-	2	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-
De com. e atividades auxiliares	7	6	-	1	6	4	1	1	4	2	2	-	2	1	-	1	-
De transportes	2	1	-	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
De prestação de serviços	5	5	-	-	1	1	-	-	20	17	2	1	5	5	-	-	-
De defesa nacional	2	2	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal definidas ou não declaradas	3	3	-	-	2	2	-	-	3	2	1	-	2	-	-	1	1
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	16	10	6	-	19	11	-	8	-
Sem ocupação	3	2	-	1	-	-	-	-	4	2	2	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	27	1	5	28	24	1	3	60	41	17	2	62	45	1	14	2

TABELA 33: Importância atribuída à possibilidade de manter conversas informais com colegas e professores.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Muita importância	69	37,7	42	27	19	50	03	08	21	37
Pouca importância	48	26,2	21	27	16	32	-	04	16	28
Nenhuma importância	60	32,8	27	33	23	37	03	09	21	27
Sem resposta	06	3,3	03	03	03	03	-	-	01	05
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 34: Importância dada à apresentação do certificado - de 1º grau na atual entidade patronal visando a melhor remuneração.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Muita importância	99	54,1	52	47	30	69	04	08	39	48
Pouca importância	32	17,5	19	13	09	23	-	05	09	18
Nenhuma importância	46	25,1	19	27	18	28	02	07	10	27
Sem resposta	06	3,3	03	03	04	02	-	01	01	04
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97



TABELA 35: Distribuição dos informantes, segundo importância dada à rápida conclusão do curso de 1º grau, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S									M U L H E R E S									
	Até 35 anos					+ de 35 anos				Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	F	Muita Importância	Pouca Importância	Sem resposta	Resposta Anulada	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	5	-	-	-	10	7	2	1	7	7	-	-	-	25	21	3	-	1
Técnicas,científicas e afins	1	1	-	-	-	3	3	-	-	5	5	-	-	-	7	6	1	-	-
De ind. de transformação	5	5	-	-	-	2	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De comércio e atv.auxiliares	7	3	2	1	1	6	4	1	1	4	3	1	-	-	2	2	-	-	-
De transportes	2	1	-	1	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	4	1	-	-	1	1	-	-	20	17	1	2	-	5	4	1	-	-
De defesa nacional	2	2	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	1	1	1	-	2	2	-	-	3	3	-	-	-	2	2	-	-	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	15	-	-	1	19	18	1	-	-
Sem ocupação	3	3	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	25	4	3	1	28	20	4	4	60	55	2	2	1	62	54	6	1	1

TABELA 36: Distribuição dos informantes, segundo importância dada à apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal visando a melhor remuneração, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	3	1	1	-	10	7	-	2	1	7	4	2	1	-	25	20	2	2	1
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	2	-	1	-	5	3	1	1	-	7	4	1	2	-
De ind. de transformação	5	2	1	2	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De com. e ativ. auxiliares	7	6	-	-	1	6	2	2	2	-	4	2	1	1	-	2	1	1	-	-
De transportes	2	1	-	1	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	2	2	1	-	1	1	-	-	-	20	12	5	2	1	5	4	-	1	-
De defesa nacional	2	1	1	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	1	-	1	1	2	-	-	1	1	3	2	1	-	-	2	1	-	1	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	7	3	6	-	19	4	6	9	-
Sem ocupação	3	1	1	1	-	-	-	-	-	-	4	3	-	1	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	18	6	7	2	28	12	3	11	2	60	34	13	12	1	62	35	10	16	1

TABELA 37: Importância dada à busca de um trabalho após a conclusão do curso de 1º grau.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto	
Muita importância	54	29,5	40	14	12	42	02	07	20	25
Pouca importância	36	19,7	19	17	13	23	-	03	13	20
Nenhuma importância	82	44,8	28	54	33	49	04	10	24	44
Sem resposta	11	6,0	06	05	03	08	-	01	02	08
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 38: Importância dada à necessidade de apresentação de certificado de 1º grau para atender exigência do empregador.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto	
Muita importância	78	42,6	37	41	23	55	01	07	27	43
Pouca importância	33	18,0	17	16	12	21	03	03	12	15
Nenhuma importância	63	34,4	33	30	23	40	01	10	17	35
Sem resposta	09	5,0	06	03	03	06	01	01	03	04
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 39: Distribuição dos informantes, segundo importância dada à busca de um trabalho após a conclusão do curso de 1º grau, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	1	1	3	-	10	-	2	8	-	7	1	1	5	-	25	2	3	17	3
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	1	-	2	-	5	2	2	-	1	7	1	2	4	-
De ind. de transformação	5	2	1	2	-	2	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
De com. e ativ. auxiliares	7	3	2	1	1	6	-	3	3	-	4	2	1	1	-	2	1	1	-	-
De transportes	2	1	-	1	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	2	1	2	-	1	-	-	1	-	20	12	2	4	2	5	1	2	2	-
De defesa Nacional	2	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	-	-	2	1	2	-	-	1	1	3	2	1	-	-	2	-	-	2	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	7	4	4	1	19	8	2	8	1
Sem ocupação	3	1	-	2	-	-	-	-	-	-	4	3	-	1	-	1	-	1	-	-
T O T A L	33	11	7	13	2	28	1	6	20	1	60	29	12	15	4	62	13	11	34	4

TABELA 40: Distribuição dos informantes, segundo importância dada à necessidade de apresentação do certificado de 1º grau para atender exigência do empregador, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	2	1	2	-	10	7	1	2	-	7	4	1	2	-	25	17	4	3	1
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	2	-	1	-	5	1	3	-	1	7	2	4	-	1
De ind. de transformação	5	-	2	3	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De com.e ativ. auxiliares	7	6	-	-	1	6	-	2	4	-	4	1	2	1	-	2	1	1	-	-
De transportes	2	1	-	1	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	2	1	2	-	1	-	1	-	-	20	9	1	7	3	5	3	1	1	-
De defesa nacional	2	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def.ou não declaradas	3	-	1	1	1	2	-	-	1	1	3	1	-	2	-	2	1	-	1	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	5	2	9	-	19	7	1	11	-
Sem ocupação	3	2	-	1	-	-	-	-	-	-	4	1	1	2	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	14	7	10	2	28	9	5	13	1	60	23	10	23	4	62	32	11	17	2

TABELA 41: Importância dada à possibilidade de, com a realização do curso de 1º grau, passar a poder orientar o estudo dos filhos.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Muita importância	126	68,9	68	58	41	85	04	15	41	66
Pouca importância	09	4,9	06	03	06	03	01	01	04	03
Nenhuma importância	41	22,4	16	25	11	30	01	05	12	23
Sem resposta	07	3,8	03	04	03	04	-	-	02	05
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 42: Importância dada à possibilidade de mostrar à família e aos amigos que é capaz de obter um certificado de 1º grau.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Muita importância	80	43,7	44	36	22	58	04	10	26	40
Pouca importância	40	21,9	19	21	07	33	01	04	13	22
Nenhuma importância	58	31,7	27	31	30	28	01	07	19	31
Sem resposta	05	2,7	03	02	02	03	-	-	01	04
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 43: Distribuição dos informantes, segundo importância dada à possibilidade de, com a realização do curso de 1º grau, passar a poder orientar o estudo dos filhos, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	3	2	-	-	10	8	-	2	-	7	5	1	1	-	25	11	-	11	3
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	3	-	-	-	5	4	-	1	-	7	6	-	1	-
De ind. de transformação	5	3	-	2	-	2	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De com. e ativ. auxiliares	7	5	-	1	1	6	3	2	1	-	4	4	-	-	-	2	1	-	1	-
De transportes	2	1	1	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
De prestação de serviços	5	5	-	-	-	1	1	-	-	-	20	16	1	2	1	5	3	1	1	-
De defesa nacional	2	1	1	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	1	-	1	1	2	1	-	-	1	3	-	-	3	-	2	2	-	-	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	13	-	3	-	19	14	-	5	-
Sem ocupação	3	2	-	1	-	-	-	-	-	-	4	3	-	1	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	22	4	5	2	28	19	2	6	1	60	46	2	11	1	62	39	1	19	3

Tabela 44: Distribuição dos informantes, segundo importância dada à possibilidade de mostrar à família e aos amigos que é capaz de obter um certificado de 1º grau, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S									M U L H E R E S									
	Até 35 anos					+ de 35 anos				Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	2	-	3	-	10	3	2	5	7	1	2	4	-	25	11	6	6	2
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	-	1	2	5	5	-	-	-	7	2	3	2	-
De ind. de transformação	5	2	-	3	-	2	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De comércio e atv.auxiliares	7	4	-	2	1	6	1	2	3	4	-	2	2	-	2	2	-	-	-
De transportes	2	2	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
De prestação de serviços	5	4	-	1	-	1	-	-	1	20	12	6	1	1	5	3	1	1	-
De defesa nacional	2	-	-	2	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	1	-	1	1	2	1	-	1	3	3	-	-	-	2	1	-	1	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	4	6	6	-	19	10	5	4	-
Sem ocupação	3	-	2	1	-	-	-	-	-	4	2	1	1	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	16	2	13	2	28	6	5	17	60	28	17	14	1	62	30	16	14	2



TABELA 45: Importância dada à possibilidade de, durante a realização do curso de 1º grau, se ocupar em ambiente diferente do trabalho e de casa.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Muita importância	79	43,2	41	38	24	55	02	11	31	35
Pouca importância	38	20,7	19	19	11	27	01	03	11	23
Nenhuma importância	59	32,3	28	31	23	36	03	07	15	34
Sem resposta	07	3,8	05	02	03	04	-	-	02	05
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 46: Importância atribuída à possibilidade de fazer o 2º grau.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	Até 35	Mais de 35	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Muita importância	151	82,5	80	71	49	102	05	12	49	85
Pouca importância	11	6,0	05	06	06	05	-	03	04	04
Nenhuma importância	10	5,5	03	07	04	06	01	03	01	05
Sem resposta	11	6,0	05	06	02	09	-	03	05	03
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	06	21	59	97

TABELA 47: Distribuição dos informantes, segundo importância atribuída à possibilidade de, durante a realização do curso de 1º grau, se ocupar em ambiente diferente do trabalho e de casa, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	1	1	3	-	10	4	1	5	-	7	1	-	5	1	25	9	8	7	1
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	1	1	1	-	5	2	3	-	-	7	3	3	1	-
De ind. de transformação	5	3	2	-	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De com. e ativ. auxiliares	7	3	1	2	1	6	4	1	1	-	4	1	3	-	-	2	2	-	-	-
De transportes	2	2	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
De prestação de serviços	5	3	-	2	-	1	-	-	1	-	20	10	2	6	2	5	1	1	3	-
De defesa nacional	2	1	-	1	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	-	-	2	1	2	-	-	1	1	3	2	-	1	-	2	-	-	2	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	8	5	3	-	19	12	1	6	-
Sem ocupação	3	-	2	1	-	-	-	-	-	-	4	2	-	2	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	14	6	11	2	28	10	5	12	1	60	27	13	17	3	62	28	14	19	1

TABELA 48: Distribuição dos informantes, segundo importância atribuída à possibilidade de fazer o 2º grau, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	4	1	-	-	10	7	1	2	-	7	7	-	-	-	25	20	1	1	3
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	3	-	-	-	5	3	1	1	-	7	5	-	1	1
De ind. de transformação	5	4	1	-	-	2	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De com. e ativ. auxiliares	7	5	1	-	1	6	5	-	-	1	4	4	-	-	-	2	2	-	-	-
De transportes	2	2	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	5	-	-	-	1	1	-	-	-	20	16	-	-	4	5	3	2	-	-
De defesa nacional	2	2	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	1	1	1	-	2	2	-	-	-	3	3	-	-	-	2	2	-	-	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	15	-	1	-	19	16	1	1	1
Sem ocupação	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	1	1	-	-	-
T O T A L	33	27	4	1	1	28	22	2	3	1	60	53	1	2	4	62	49	4	4	5

TABELA 49: Distribuição dos informantes, segundo importância atribuída à possibilidade de manter conversas informais com colegas e professores, por sexo, idade e ocupação.

O C U P A Ç Õ E S	H O M E N S										M U L H E R E S									
	Até 35 anos					Mais de 35 anos					Até 35 anos					Mais de 35 anos				
	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta	F	Muita Importância	Pouca Importância	Nenhuma Importância	Sem resposta
Administrativas	5	-	2	3	-	10	4	1	5	-	7	3	1	3	-	25	11	7	5	2
Técnicas, científicas e afins	1	1	-	-	-	3	-	1	2	-	5	2	1	2	-	7	3	2	2	-
De ind. de transformação	5	1	2	2	-	2	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De com. e ativ. auxiliares	7	2	2	2	1	6	2	3	1	-	4	3	1	-	-	2	1	1	-	-
De transportes	2	2	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
De prestação de serviços	5	5	-	-	-	1	-	1	-	-	20	11	4	4	1	5	-	2	3	-
De defesa nacional	2	-	-	2	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mal def. ou não declaradas	3	-	1	1	1	2	-	-	1	1	3	1	1	1	-	2	-	-	2	-
Do lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	8	4	4	-	19	5	7	7	-
Sem ocupação	3	1	2	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-	3	-	1	-	1	-	-
T O T A L	33	12	9	10	2	28	7	7	13	1	60	30	12	17	1	62	20	20	20	2

TABELA 50: Importância dada à rápida conclusão do curso de 1º grau.

GRAU DE IMPORTÂNCIA	TOTAL		Idade em anos		SEXO		Nível de escolaridade anterior			
	F	%	até 35 anos	mais de 35 anos	Masculino	Feminino	Sem Escolaridade	Primário Incompleto	Primário Completo	Ginásio Incompleto
Muita importância	154	84,2	80	74	45	109	5	19	53	77
Pouca importância	16	8,7	6	10	8	8	-	2	2	12
Nenhuma importância	8	4,4	3	5	7	1	1	-	2	5
Sem resposta	4	2,2	3	1	1	3	-	-	2	2
Resposta anulada	1	0,5	1	-	-	1	-	-	-	1
T O T A L	183	100,0	93	90	61	122	6	21	59	97

## 6.6. Descrição e discussão dos resultados:

### 6.6.1 - Características gerais dos informantes

Observando-se a distribuição dos informantes segundo a idade (tabela 01) e comparando-se os grupos de alunos de até 35 anos com os de mais idade, percebe-se presença pouco maior dos incluídos no primeiro desses grupos. O maior contingente se concentra entre 31 e 40 anos, havendo igual número situado na faixa inicial de idade (16 a 20 anos) e na que inclui os mais velhos (mais de 50 anos).

Os dados apresentados na tabela 01 vêm ainda mostrar que há uma acentuada participação feminina em relação à masculina. Embora não tenha sido possível obter informações seguras sobre o sexo dos alunos que se afastaram do curso, a presença de apenas 30% de informantes do sexo masculino na época da aplicação do questionário, leva a crer - como Helena Lewin (item 2 deste trabalho) - que está havendo uma revolução nas expectativas femininas quanto à mobilidade social e participação na força de trabalho.

Pode-se ser levado a pensar que a flexibilidade do curso - não são exigidos presença diária nem tempo determinado de duração - está oferecendo uma alternativa a muitos alunos que não teriam oportunidade de fazer um curso com outra metodologia. A tabela 02 mostra que apenas 55,7% dos informantes se matriculou no ano em que foi aplicado o questionário que forneceu os dados a este trabalho.

lho.

Apenas 4,9% dos informantes declarou não haver frequentado anteriormente a escola (tabela 03). Pode-se observar que, dentre esses, alguns podem ter obtido alguma escolaridade através de um professor, fora da escola, já que apenas 3,3% declarou não haver cursado nem primário incompleto (ver tabela 04).

Levando-se em consideração que apenas 11,5% dos informantes têm 20 anos ou menos, é bastante significativo o percentual de 23,5% dos que declararam que não obtêm remuneração por trabalho que realizam (ver tabela 05). Dentre esses, apenas 4,4% declararam que são estudantes, cabendo os restantes 19,1% às mulheres que, embora sem remuneração, realizam os trabalhos domésticos (ver tabela 06). Assim, subentende-se que muitos jovens na faixa de 16 a 20 anos realizam trabalho remunerado.

Interessante é observar que o maior contingente das mulheres se concentra nos trabalhos do lar seguido de perto pelas que exercem ocupações administrativas. Os homens se encontram principalmente exercendo ocupações administrativas e de comércio. Curiosamente, não houve informante ocupado na construção civil (ver tabela 06).

Apenas 33,3% dos informantes declarou não possuir filhos (tabela 07). A existência deles, no entanto, não parece estar cerceando a pretensão de prosseguimento de estudos em nível de 2º grau (tabela 08).

6.6.2 - Intenção de inserção no mercado de trabalho após o término do 2º grau. (tabela 09 e 11).

A pergunta 2.1. do questionário ("Vou fazer o 2º grau para depois procurar um emprego") foi formulada com o objetivo de detectar se os informantes que não trabalhavam só procurariam trabalho após a conclusão do 2º grau. Enquanto alguns dos informantes pareceram considerar a pergunta na acepção de procurar um emprego inicial após o 2º grau, outros a interpretaram como a intenção de procurar um emprego mais adequado.

Homens e mulheres apresentaram resu  
tados gerais semelhantes, com a maioria discordando.

Houve diferença sensível de respostas femininas quando se agregaram os dados por idade. Enquanto a grande maioria das alunas de mais de 35 anos discordou da afirmativa feita, o maior número de respostas das mais novas se concentrou na concordância em fazer o 2º grau pa  
ra depois procurar um emprego.

Partindo do pressuposto de que os que já trabalham responderam a pergunta entendendo como a in  
tenção de buscar um emprego mais adequado depois de feito o 2º grau, pode-se observar que as mulheres de até 35 anos que se dedicam à prestação de serviços (grande parte delas na qualidade de empregadas domésticas) se posicionaram, em maioria, favoráveis a essa perspectiva.

Os homens sem ocupação que, em pergunta  
posterior, declararam atribuir muita importância à rea  
lização do 2º grau, discordaram da afirmativa proposta nes  
sa pergunta. Assim, podem ser feitas duas suposições: ou vão procurar um emprego após a conclusão do 1º grau ou têm a pretensão de continuar os estudos em nível de 3º grau e só depois disso partirão para enfrentar o mercado de traba  
lho.

Pode-se observar também o comportamen  
to das mulheres "do lar": as de até 35 anos mostraram-se, em maioria, favoráveis a procurar emprego após o 2º grau, enquanto os resultados das de mais de 35 anos - embora o maior número tenha discordado - se apresentaram bastante divididos não tendo sido possível depreender deles qual a tendência marcante da maioria.

Nenhuma outra observação pode ser fei  
ta com relação aos resultados apresentados na tabulação  
por nível de escolaridade anterior. A maioria, seguindo a tendência geral, discordou da afirmativa.

6.6.3 - Perspectiva de percepção de maior re  
muneração na atual entidade patronal ao término do 2º grau



(tabelas 12 e 13).

A pergunta 2.2 do questionário, "Vou fazer o 2º grau porque assim poderei ganhar mais onde trabalho", obteve dos informantes do sexo masculino e feminino maioria de respostas concordantes.

Observando-se os dados agregados por ocupação, puderam-se constatar diferenças significativas nas respostas dadas pelos homens de mais de 35 anos e pelos mais novos. No grupo mais jovem, houve concordância da maioria em quase todas as ocupações, enquanto no dos de mais de 35 anos apenas os incluídos em Ocupações Administrativas e Ocupações Técnicas, Científicas e afins manifestaram a mesma tendência.

A partir daí, poder-se-ia supor que os homens de até 35 anos vislumbram maiores perspectivas em termos de aumento de remuneração no trabalho atual à proporção em que for crescendo seu nível de escolaridade. Os mais velhos estariam vendo a questão por um prisma diferente, menos otimista a esse respeito.

Essa mesma perspectiva favorável à maior remuneração no trabalho que ora realizam, após conclusão do 2º grau, pode ser observada, de forma muito evidente nas mulheres incluídas em ocupações administrativas.

Curiosamente, foram observados resultados semelhantes entre os sem escolaridade anterior, os com primário completo e com ginásio incompleto, onde a maioria concordou. A escolaridade anterior ao curso parece, assim, não estar influenciando nas perspectivas de promoção, a longo prazo, no trabalho atual dos informantes.

6.6.4 - Aspiração a curso superior (tabelas 10 e 15).

Pôde-se observar que a pergunta 2.3. do questionário, "Vou fazer o 2º grau para depois cursar uma faculdade" obteve ampla aceitação pelos homens incluídos em quase todas as ocupações, independente da idade.

As mulheres mais novas reagiram dife-

rentemente das de mais de 35 anos. Notadamente nas ocupa  
ções administrativas, de prestação de serviços e sem ocupa  
ção, as mulheres de até 35 anos se mostraram francamente  
favoráveis à perspectiva de, terminado o 2º grau, ingressa  
rem em um curso superior. As mulheres mais velhas, com exce  
ção das "do lar" — que concordaram em maioria — não estão  
definidas, tendo ficado em dúvida a maior parte delas.

Pelo que se pode deprender desses re  
sultados, as aspirações com relação à continuação dos estu  
dos até o ingresso em faculdade tenderam a se mostrar seme  
lhantes em relação a ambos os sexos com relação aos infor  
mantes mais novos. A indecisão mostrada pelas mulheres mais  
velhas pode estar, no entanto, apenas em nível de declara  
ção prestada.

Conforme visto no item 2 deste traba  
lho é comum observar-se entre nós um acentuado pendor para  
a alternativa universitária que, vista inicialmente quase  
como única opção, só começa a ser abandonada a partir da  
passagem para o 2º grau. Há uma tendência a que, apesar do  
monopólio masculino das taxas de graduação universitária  
até o censo de 1970, haja uma modificação desse quadro já  
que há, atualmente, perspectiva de unifor  
midade de aspira  
ções entre os sexos. O Jornal do Brasil, na edição de  
21.11.80, noticiou que o Ministro do Trabalho, Murilo Mace  
do — no encerramento do Encontro Nacional sobre a Dignida  
de e Valor da Vida Humana, realizado no Rio de Janeiro — a  
firmou que "nas Universidades, hoje, mais de 50% dos estu  
dantes são do sexo feminino"<sup>11</sup>

Observou-se a influência marcante da  
escolaridade anterior sobre as perspectivas de ingresso  
num curso superior: só nos que têm ginásio incompleto fi  
cou claramente definida a ampla preferência pela concordân  
cia com a afirmativa feita.

6.6.5 - Pretensão de prosseguimento de estu  
dos em nível de 2º grau só por gosto de estudar (tabelas 14  
e 16)

Apesar da acentuada preferência geral

pela discordância à pergunta 2.4 do questionário, "Sei que a continuação dos estudos não me dará vantagens no trabalho, mas farei o 2º grau só porque gosto de estudar", as mulheres "do lar" de mais de 35 anos concordaram em maioria com a afirmativa feita.

6.6.6 - Necessidade de apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal (tabelas 17 e 19).

Embora tenha havido um maior número de respostas discordantes à pergunta 2.5 do questionário, "No meu trabalho atual necessito do certificado de 1º grau", oitenta alunos, número bastante significativo concordaram. Assim, pode-se ser levado a acreditar que muitos alunos têm procurado o Centro de Estudos Supletivos de Niterói porque necessitam do certificado de 1º grau em seu trabalho.

Nas respostas dos homens de mais de 35 anos houve preferência pela discordância com exceção daqueles incluídos em ocupações administrativas, e ocupações técnicas, científicas e afins. Nos homens mais jovens a preferência pela concordância se mostrou nos incluídos em ocupações de comércio e de prestação de serviços.

Quanto às respostas dadas pelas mulheres, pôde-se observar que as mais novas discordaram em maioria enquanto entre as de mais de 35 anos houve preferência pela concordância. Claramente foi possível observar a declaração da necessidade do certificado de 1º grau para as mulheres incluídas em ocupações administrativas e técnicas, científicas e afins.

Com relação às ocupações de comércio, houve uma total diversidade de respostas dadas por homens e mulheres. Enquanto os homens se mostraram bem definidos os mais novos com maioria concordando, os de mais de 35 anos optando pela discordância - as mulheres se apresentaram mais divididas, ocorrendo entre as mais novas resultado inverso ao dos homens.

Analisando-se os resultados apresentados na tabulação por escolaridade anterior, pode-se observar uma diferença pouco significativa entre o número dos que concordaram e discordaram.

Pode-se ser levado a acreditar que umas empresas exigem certificado de 1º grau e outras não. Estariam os empregadores fazendo essa exigência mais frequentemente às mulheres mais velhas?

A diversidade de respostas dadas à pergunta se mostrou consonante com o apresentado no item 5 deste trabalho no que diz respeito às relações entre escolaridade e emprego e à subjetividade no estabelecimento de requisitos exigidos para o preenchimento de funções determinadas no mercado de trabalho.

6.6.7 - Perspectiva de promoção na atual entidade patronal quando da apresentação do certificado de 1º grau. (Tabelas 18 e 20).

Os resultados apresentados por homens e mulheres à pergunta 2.6 do questionário, "Quando apresentar o certificado de 1º grau deverei ser promovido em meu trabalho", foram semelhantes, a grande maioria discordando. Foram também idênticos os resultados obtidos através da tabulação por escolaridade anterior.

A perspectiva de promoção no trabalho atual após a obtenção do certificado de 1º grau se evidenciou em informantes localizados em ocupações administrativas — homens de mais de 35 anos e mulheres de todas as idades — e nos envolvidos em ocupações de comércio — homens de até 35 anos.

Muitos dos informantes que optaram, na questão anterior, pela necessidade do certificado de 1º grau no trabalho atual, estariam numa perspectiva apenas de manutenção do emprego?

6.6.8 - Pretensão de ingresso no mercado de trabalho após a conclusão do 1º grau (Tabelas 21 e 23).

As respostas dadas à pergunta 2.7 do questionário, "Quando receber o certificado de 1º grau pretendo começar a trabalhar", foram amplamente favoráveis à discordância. Esse resultado está em acordo com a informação, anteriormente prestada, de que a maioria trabalha.

Pode-se observar que as mulheres de mais de 35 anos incluídas nas ocupações "do lar" e sem ocupação bem como os homens de até 35 anos sem ocupação se mostraram também contrários à perspectiva de se iniciarem no trabalho após a conclusão do 1º grau.

6.6.9 - Pretensão de mudança de trabalho após a conclusão do 1º grau (tabelas 22 e 24).

Observou-se que, embora a maioria discordasse da afirmativa: "Quando receber o certificado de 1º grau gostaria de mudar de trabalho" (pergunta 2.8 do questionário), houve maior número de respostas afirmativas entre homens e mulheres de até 35 anos.

As mulheres "do lar" ratificaram na resposta a essa pergunta a informação, dada anteriormente, de que não pretendem ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do 1º grau.

As respostas, em geral, dadas a essa pergunta sugeriram que o acesso aos empregos é mais fácil para as pessoas mais novas e que aos mais velhos restaria a perspectiva de tentar manter o emprego que possuem.

É bom lembrar que, nas circunstâncias atuais uma pessoa com mais de 30 anos — conforme se pode observar em anúncios de empregos — é considerada "velha" diante do mercado de trabalho.

É provável que a escolaridade anterior tenha de alguma forma, influido nas respostas pois só entre aqueles que possuíam ginásio incompleto se notou claramente a preferência pela discordância. Isso poderia estar vinculado a uma melhor compreensão da complexidade do mercado de trabalho e do elevado índice de rotatividade de mão-de-obra que pode ser observado atualmente. Nos tempos

difíceis que atravessamos, manter um trabalho qualquer que seja — parece ser a grande preocupação de muitos trabalhadores.

6.6.10 - Busca do curso de 1º grau no Centro de Estudos Supletivos de Niterói com intenção de envolvimento em atividades diferentes das normalmente realizadas. (Tabelas 25 e 27).

Ao contrário do esperado, foi entre os mais jovens que houve preferência pela concordância com a afirmativa: "Procurei o CES porque queria fazer alguma coisa diferente do que fazia comumente em casa e no trabalho" (pergunta 2.9 do questionário).

As mulheres de mais de 35 anos incluídas nas ocupações "do lar" e de prestação de serviços foram as que, contrariando o resultado apresentado pelas mulheres mais velhas incluídas nas outras ocupações, demonstraram nítida preferência pela concordância.

O resultado geral bastante dividido — também na tabulação por escolaridade anterior — pode ser encarado como um indicador de que muitos dos informantes tiveram dificuldade em se manifestar favoravelmente, por escrito, a uma pergunta em que o cerne está desfocado do tradicional processo ensino—aprendizagem.

6.6.11 - Realização do curso com objetivo de mostrar que, apesar da idade, é possível obter um certificado de 1º grau (Tabelas 26 e 28).

Homens e mulheres de mais de 35 anos se comportaram de maneira diferente em relação à pergunta 2.10 do questionário: "Estou fazendo este curso só para mostrar que, na minha idade, ainda posso obter um certificado de 1º grau". Enquanto nos homens houve, na tabulação por ocupação, poucos resultados em que a maioria concordou, nas mulheres dessa faixa de idade houve preferência pela concordância em quase todas as ocupações.

A exceção dos que possuíam maior esco

laridade anterior, que optaram claramente pela discordância, os informantes apresentaram resultados bastante divididos.

6.6.12 - Frequência ao curso no CES e busca de oportunidade de manter conversas com alunos e professores (Tabelas 29 e 31).

A pergunta 2.11.: "O que mais me faz vir ao CES é poder bater papo com colegas e professores" ofereceu resultados semelhantes em todas as tabulações, com a grande maioria discordando.

A parte a má redação da pergunta, elaborada de forma um tanto drástica demais, muitos dos informantes podem ter tido medo ou vergonha de prestar declarações favoráveis ao desejo de manter conversas com colegas e professores. Os resultados apresentados na pergunta 2.9 anteriormente descritos, sugerem isso.

6.6.13 - Hábito de estudar sozinho antes do ingresso no CES (Tabelas 30 e 32).

O objetivo principal da pergunta 2.12 "Antes de ingressar no CES eu sempre estudava alguma coisa sozinho" era saber como se posicionariam os alunos afastados da escola há muito tempo e os sem escolaridade anterior. No entanto, a redação um pouco vaga da pergunta levou a grande maioria, de todas as idades, a concordar com a afirmativa.

Pelas respostas dadas, provavelmente, os informantes não devem estar sentindo muita dificuldade de trabalhar de acordo com o método utilizado no CES/Niterói que, conforme visto no item 4 deste trabalho, atribui ao aluno a responsabilidade de realizar sozinho a maior parte das atividades propostas.

As respostas dadas pelos informantes sem escolaridade anterior sugeriram, no entanto, que é possível que os informantes tenham dado a resposta que consideraram "adequada" e não a real.

6.6.14 - Pretensão de terminar o curso rapidamente (Tabelas 35 e 50).

Homens e mulheres de todas as idades e ocupações (à exceção da única mulher incluída nas ocupações das comunicações) atribuíram, em maioria, muita importância à pergunta 3.1: "Terminar o curso rapidamente".

Levando-se em conta que à época da aplicação do questionário (1979) ainda havia alunos que começaram o curso em 1976, pode-se considerar que houve bastante subjetividade na interpretação da pergunta.

6.6.15 - Apresentação do certificado de 1º grau na atual entidade patronal com vistas a melhor remuneração (Tabelas 34 e 36).

Tanto homens como mulheres de todas as idades atribuíram muita importância à afirmativa: "Apresentar o certificado de 1º grau para poder melhorar no trabalho" (pergunta 3.2 do questionário).

As mulheres "do lar" de até 35 anos deram respostas estranhas a essa pergunta já que a maioria julgou ser de muita importância apresentar o certificado de 1º grau para poder melhorar no trabalho. Possivelmente, estariam se referindo a um trabalho que ainda pretendem procurar.

6.6.16 - Busca de um trabalho após a conclusão do 1º grau (Tabelas 37 e 39).

Pode-se depreender que deve ter havido mais de uma interpretação à pergunta 3.3 do questionário: "Procurar um trabalho quando terminar o curso de 1º grau". A maioria dos que atribuíram muita importância à afirmativa se localiza na faixa de idade até 35 anos, grande parte dos quais já trabalha. Esses possivelmente entenderam a pergunta no sentido de procurar um trabalho mais adequado.

As respostas dadas pelas mulheres "do lar" de mais de 35 anos mostraram que não há tendência mar



cante da maioria a ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do 1º grau.

Provavelmente, a acentuada preferência por "nenhuma importância", no cômputo geral, pode ser um indicador de que a perspectiva maior tem sido no sentido de manter uma situação de trabalho. Os dados agregados por escolaridade anterior não trouxeram nenhuma modificação ao resultado já apresentado; em todos os níveis de escolaridade houve preferência por "nada importante".

6.6.17 - Necessidade de apresentação do certificado de 1º grau com vistas a atender exigência do empregador (Tabelas 38 e 40).

As mulheres de mais de 35 anos se mostraram amplamente favoráveis à opção "muito importância" em resposta à pergunta 3.4 do questionário: "Apresentar o certificado atendendo a exigências do meu trabalho". Entre as mais novas, optaram por idêntica resposta a maioria das incluídas em ocupações administrativas e de prestação de serviços.

A preferência por "muita importância" foi demonstrada também pelos homens de até 35 anos incluídos em ocupações de comércio e pelos mais velhos localizados em ocupações administrativas e técnicas, científicas e afins.

Os resultados gerais apresentados — maioria de opções por "muita importância" entre homens de até 35 anos e mulheres mais velhas; igualdade no número de opções entre "muita importância" e "nenhuma importância" — nas mulheres mais jovens e maioria de "nenhuma importância" para os homens de mais de 35 anos — levaram a crer que as mulheres, em especial as mais velhas, estão sendo mais pressionadas quanto à exigência de apresentação ao empregador do certificado de 1º grau.

A tabulação por escolaridade anterior mostra que os resultados provavelmente estão sofrendo influência dessa variável já que se pode observar que a pre

dominância de opções por "muita importância" se encontrou entre os que possuíam primário completo e ginásio incompleto.

6.6.18 - Importância dada à possibilidade de, com a realização de curso do 1º grau, passar a poder dar orientação ao estudo dos filhos (Tabelas 41 e 43).

Onde quer que tenha se localizado o informante, quanto a sexo, idade, ocupação ou escolaridade anterior, a predominância de respostas à pergunta 3.5: "Passar a poder dar alguma orientação no estudo dos meus filhos" recaiu sobre a opção "muita importância".

6.6.19 - Importância dada à possibilidade de mostrar a familiares e amigos que é capaz de obter um certificado de 1º grau (Tabelas 42 e 44).

Com relação aos homens, as respostas dadas à pergunta 3.6: "Mostrar à família e aos amigos que posso obter um certificado de 1º grau" surpreenderam já que justamente no grupo dos alunos mais novos, se encontrou a maioria de opções por "muita importância". Os homens de mais de 35 anos deram respostas opostas.

Quanto às mulheres, o resultado geral diferiu sensivelmente do dos homens já que a maioria atribuiu, tanto as de até 35 anos como as mais velhas, muita importância à afirmativa feita.

Os dados agregados por escolaridade anterior mostraram que, embora o percentual de concordância tenha sido elevado para os incluídos nos diversos graus de escolaridade, a importância do inquirido declinou à medida em que foi maior a escolaridade anterior.

6.6.20 - Importância atribuída à possibilidade de, durante a realização do curso de 1º grau, se ocupar em ambiente diferente do trabalho e de casa (Tabelas 45 e 47)

Mulheres de todas as idades e homens

de até 35 anos se comportaram de forma semelhante com relação à pergunta 3.7: "Ter com este curso uma coisa com que me ocupar fora de casa e do trabalho", a maioria atribuindo muita importância. Puderam-se observar idênticas respostas da grande maioria dos homens mais velhos incluídos em ocupações de comércio.

Grande número de informantes sem escolaridade anterior e com ginásio incompleto optou pela opção "nenhuma importância" enquanto mais da metade dos portadores de primário incompleto e primário completo atribuiu "muita importância" à afirmativa.

6.6.21 - Importância dada à realização do 2º grau (Tabelas 46 e 48).

A continuação dos estudos, em nível de 2º grau, se apresentou com um objetivo muito marcante de homens e mulheres matriculados no curso de suplência em nível de 1º grau no CES/Niterói.

O mais baixo percentual de "muita importância" encontrado em resposta à pergunta 3.8: "Fazer o 2º grau", se deveu aos que possuíam primário incompleto. Mais de 80% dos sem escolaridade anterior, dos com primário completo e ginásio incompleto consideraram muito importante fazer o 2º grau.

A perspectiva desses alunos, em termos de 2º grau, pode estar em torno de cursos e não de exames já que os últimos, por lei, não exigem para inscrição a apresentação do certificado de 1º grau (item 1 deste trabalho).

6.6.22 - Importância atribuída à possibilidade de manter conversas informais com colegas e professores (Tabelas 33 e 49).

Informantes de até 35 anos, homens e mulheres, optaram em maioria por "muita importância" em resposta à pergunta 3.9: "Conversar com colegas e professo

res sobre assuntos que não sejam diretamente relacionados aos módulos". Enquanto os homens mais velhos se mostraram contrários a essa perspectiva, as mulheres dessa faixa de idade apresentaram igual número de respostas às três opções oferecidas: "muita importância", "pouca importância" e "nenhuma importância".

Apenas 32,8% dos informantes atribuiu "nenhuma importância" à possibilidade de manter conversas informais com colegas e professores. Na tabulação por escolaridade, pode-se observar que somente os alunos que possuíam ginásio incompleto se posicionaram favoravelmente ao bate-papo.

#### 6.6.23 - Tendência gerais apresentadas

Numa tentativa de esboçar um quadro geral das tendências apresentadas pelos alunos estudados, foram feitas comparações de respostas dadas às perguntas que fossem equivalentes ou que pudessem oferecer resultados complementares:

a) "Quando receber o certificado de 1º grau, gostaria de mudar de trabalho" (pergunta 2.8).

"Procurar um trabalho quando terminar o curso de 1º grau" (pergunta 3.3).

Das respostas dadas se pode depreender que a grande preocupação da maioria dos informantes de mais de 35 anos se prendeu à manutenção do trabalho que já possuem. Entre os mais jovens, ao lado de grande número que manifestou preocupação idêntica ao dos de mais de 35 anos, houve maioria disposta a mudar de trabalho ao fim do curso de 1º grau.

O posicionamento da maioria, a esse respeito, se mostrou consonante com o momento atual brasileiro onde até os empregadores estão se afligindo com o fantasma da rotatividade de mão-de-obra. A esse respeito, numa hora em que se debate em nível nacional a possibilidade de alteração da política salarial, considerou-se oportuna a trans-

crição:

"O presidente do Conselho do Banco Mercantil de São Paulo, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, acha que a política salarial não é apenas a instituição de uma lei que estabeleça a periodicidade dos reajustes salariais:

"O assunto é mais complexo porque tem amplas implicações na economia do país.. Do ponto de vista dos assalariados, precisa ser levada em consideração a questão da permanência no emprego. Da parte dos empregadores, há a natural tendência de procurar diminuir a rotatividade e resguardar a estabilidade econômica da empresa".

O vice-presidente do Sindicato dos Bancários, Gilmar Carmo dos Santos, garante que a rotatividade dos bancários "é violentíssima, logo abaixo da construção civil. Tivemos 10 mil demissões no 1º semestre, contra 6 mil dispensas no ano passado. A principal solicitação que estamos fazendo aos patrões é a estabilidade de um ano. A questão social é mais importante que a discussão em torno de cifras" <sup>12</sup>.

b) "Quando receber o certificado de 1º grau, pretendo começar a trabalhar" (pergunta 2.7).

"Procurar um trabalho quando terminar o curso de 1º grau" (pergunta 3.3.).

Observou-se que as mulheres de mais de 35 anos incluídas nas ocupações "do lar" e homens e mulheres sem ocupação não se mostraram, em maioria, favoráveis à perspectiva de se iniciarem no trabalho ao término do 1º grau.

c) "Quando apresentar o certificado de 1º grau deverei ser promovido em meu trabalho" (pergunta 2.6).

"Apresentar o certificado de 1º grau para poder melhorar no trabalho (pergunta 3.2).

Provavelmente a palavra "promovido" usada na pergunta 2.6, deve ter causado alguma dificuldade aos informantes. No entanto, ficou muito evidente a perspectiva de promoção no trabalho atual após a obtenção do certifica

do de 1º grau para os homens de mais de 35 anos e mulheres de todas as idades incluídos em ocupações administrativas e para os homens mais jovens localizados em ocupações de comércio.

d) "No meu trabalho atual necessito do certificado de 1º grau" (pergunta 2.5).

"Apresentar o certificado, atendendo a exigência do meu trabalho" (pergunta 3.4).

A exigência de apresentação do certificado de 1º grau à atual entidade patronal se evidenciou, nas duas perguntas acima citadas, para os informantes incluídos em ocupações administrativas (mulheres de todas as idades e homens de mais de 35 anos) e para os homens mais novos localizados em ocupações de comércio.

e) "No meu trabalho atual necessito do certificado de 1º grau" (pergunta 2.5).

"Apresentar o certificado de 1º grau para poder melhorar no trabalho" (pergunta 3.2).

Pode-se observar que, ao lado de um número considerável de informantes que admitiram a exigência de apresentação do certificado de 1º grau à atual entidade patronal, houve um número muito maior que vislumbrou, mesmo que não haja essa exigência, melhor remuneração no trabalho que realizam quando puderem apresentar o certificado de 1º grau.

f) "Procurei o CES porque queria fazer alguma coisa diferente do que fazia comumente em casa e no trabalho" (pergunta 2.9).

"Ter, com este curso, uma coisa que me ocupar fora de casa e fora do trabalho" (pergunta 3.7).

A redação das perguntas favoreceu, provavelmente, a possibilidade de que informantes que optaram pela discordância na primeira das duas questões tenham atribuído "muita importância" à segunda, sem se mostrarem incoerentes. É possível observar isso, por exemplo, nas mulheres de mais

de 35 anos.

Pode-se afirmar, com alguma segurança, que as mulheres demonstraram, mais que os homens, necessidade de ter algo com que se ocupar fora de casa e do trabalho. As mulheres "do lar" de mais de 35 anos deram exatamente as mesmas respostas às duas perguntas. Os condicionamentos ainda sofridos pela mulher talvez justifiquem esse posicionamento.

Causaram surpresa, por outro lado, as respostas positivas dadas às duas perguntas pelos homens de até 35 anos bem como as dos homens mais velhos incluídos nas ocupações de comércio.

g) "Estou fazendo este curso só para mostrar que na minha idade, ainda sou capaz de obter um certificado" . (pergunta 2.10).

"Mostrar à minha família e aos meus amigos que posso obter um certificado de 1º grau". (pergunta 3.6).

Existiu, sem dúvida, uma diferença de "tom" entre as duas questões acima já que a primeira das duas se referiu a fazer o curso "... só para mostrar...".

Observou-se, comparando os resultados obtidos, que um grande percentual de informantes demonstrou se sentir na obrigação de dar uma satisfação a amigos e parentes no que se refere à obtenção de um certificado de 1º grau. Essa preocupação, tanto maior quanto menor a escolaridade anterior, se mostrou mais evidente nas mulheres, em especial nas incluídas em ocupações de prestação de serviços (muitas declaram ser empregadas domésticas) e nas "do lar" de mais de 35 anos.

h) "Vou fazer o 2º grau depois procurar um emprego" (pergunta 2.1).

"Vou fazer o 2º grau porque assim poderei ganhar mais onde trabalho" (pergunta 2.2).

"Quando receber o certificado de 1º grau, gostaria de mudar de trabalho" (pergunta 2.8).

"Apresentar o certificado de 1º grau para poder melhorar no trabalho" (pergunta 3.2).

As respostas dadas a essas perguntas mostraram que os homens de mais de 35 anos declararam pretender conservar seus trabalhos atuais sem terem vislumbrado a perspectiva de melhora no trabalho ao fim do 1º grau, exceção feita aos localizados em ocupações administrativas. Quanto ao término do 2º grau, os indícios foram desfavoráveis à possibilidade de passarem a ganhar mais onde trabalham, só tendo se mostrado otimistas em relação a isso os incluídos em ocupações administrativas e em ocupações técnicas, ciêntíficas e afins.

Os homens mais novos mostraram encarar favoravelmente as duas perspectivas: melhorar no trabalho ao fim do 1º grau e ganhar mais onde trabalham ao término do 2º grau. Apesar de entreverem possibilidade de maior remuneração no trabalho atual à proporção que aumentarem a escolaridade, demonstraram uma provável insatisfação, já que manifestaram desejo de mudar de trabalho quando receberem o certificado de 1º grau.

As mulheres de até 35 anos, como os homens dessa faixa de idade, demonstraram acreditar que poderão melhorarar no trabalho após a apresentação do certificado de 1º grau. Quanto a ganhar mais onde trabalham após o 2º grau, embora tenha havido concordância da maioria, muitas discordaram. Essas deram respostas coerentes na medida em que se propuseram a procurar um emprego depois do 2º grau. A aparente insatisfação demonstrada pelos homens dessa faixa de idade se evidenciou também nas mulheres, já que a maioria declarou que gostaria de mudar de trabalho ao fim do 1º grau.

As mulheres mais velhas mostraram algumas semelhanças de respostas com os homens de mais de 35 anos: as incluídas em ocupações administrativas demonstraram acreditar que terão aumento de salário no trabalho atual em função do aumento da escolaridade. As mulheres de mais de 35



anos declararam não pretender mudar de emprego após o 1º grau nem procurar outra ocupação ao término do 2º grau.

i) "Fazer o 2º grau" (pergunta 3.8)

"Vou fazer o 2º grau para depois cursar uma faculdade" (pergunta 2.3).

Até os homens de mais de 35 anos, incluídos em outras ocupações que não as administrativas e técnicas, científicas e afins, entre os quais não se havia podido perceber — nas comparações anteriores — concordância significativa com quaisquer das afirmativas propostas, se mostraram favoráveis à pretensão de cursar uma faculdade. Apenas 32% de deles descartaram essa possibilidade.

Também ficou claro que as mulheres de até 35 anos se dispuseram, em maioria, a optar por um curso universitá-rio (só 10% delas discordaram da afirmativa feita a esse respeito ). Entre as mulheres mais velhas, as "do lar" se mostraram francamente favoráveis à perspectiva do curso universitário enquanto as demais se mostraram, em geral, inde-cisas a esse respeito.

j) "Fazer o 2º grau (pergunta 3.8).

"Sei que a continuação dos estudos não me dará vantagens no trabalho mas farei o 2º grau só porque gosto de estudar" (pergunta 2.4).

As mulheres "do lar" de mais de 35 anos vieram, com respostas dadas a essas perguntas, ratificar a suposi-ção de que continuarão os estudos demonstrando que não têm objetivo definido a não ser estudar por estudar. Trabalhar fora de casa pareceu estar excluído de suas cogitações.

Homens e mulheres em geral declararam que não farão o 2º grau só porque gostam de estudar.

ℓ) "O que mais me faz vir ao CES é poder bater papo com colegas e professores" ( pergunta 2.11 ).

"Conversar com colegas e professores do CES sobre assuntos que não sejam diretamente referentes aos môdu

los"(pergunta 3.9).

Comparando os resultados obtidos com as duas perguntas, foi possível observar uma mudança mais ou menos sensível de posicionamento. Na pergunta 3.9, acima transcrita, as mulheres já se pronunciaram favoráveis às conversas informais. Aparentemente, a expressão "bate-papo" as havia atemorizado. O mesmo aconteceu com os homens mais jovens.

Pode-se concluir das respostas dadas que muita coisa pode ser feita, principalmente pelas alunas do CES/Niterói, para alargar seu horizonte e levá-las a criar novos mecanismos de análise da realidade em que estão inseridas.

m) Aproximadamente 84% dos alunos estudados declarou ser muito importante "terminar o curso rapidamente" - (pergunta 3.1). Deixando de considerar a provável subjetividade na interpretação da pergunta, já apontada, e resumindo as tendências mais marcantes observadas em comparações de perguntas anteriormente feitas, foi possível fazer uma síntese dos motivos que devem ter levado os informantes a se mostrarem tão definidos quanto ao aqui inquirido.

Várias razões podem ter levado as mulheres de até 35 anos a quererem terminar o curso de 1º grau rapidamente. As respostas dadas mostraram que vêem perspectiva de melhorar no trabalho quando apresentarem o certificado de 1º grau, especialmente as incluídas em ocupações administrati-vas e de prestação de serviços. Para essas, a exigência do certificado de 1º grau — no trabalho que ora realizam — se evidenciou. Mesmo entre as que encararam com otimismo a possibilidade de maior remuneração no trabalho atual quando concluírem o 1º grau, se manifesta a disposição de mudarem de emprego quando receberem o certificado de 1º grau. Cerca de 88% das mulheres de até 35 anos considerou muito impor tante fazer o 2º grau (caso isso esteja realmente influenciando na "pressa" em terminarem o curso, devem estar desejando fazer um curso de 2º grau, e não exames, já que para se inscreverem num exame supletivo de 2º grau não necessitariam

do certificado de 1º grau). Observou-se um otimismo com relação à possibilidade de busca de um emprego após a conclusão do 2º grau e uma tendência marcante pela opção do curso universitário. O "conhecimento" que estão adquirindo no curso de 1º grau deverá ser de muita utilidade, segundo as respostas dadas, na orientação do estudo dos filhos. Observou-se também, especialmente nas localizadas em prestação de serviços, uma tendência a considerarem o certificado de 1º grau como fator de promoção de prestígio social junto a amigos e parentes.

A exigência do certificado de 1º grau no trabalho atual foi acentuadamente declarada pelas mulheres de mais de 35 anos. Da mesma forma que as mulheres mais jovens, demonstraram que têm perspectivas de melhorar no trabalho ao apresentarem o certificado de 1º grau, especialmente as incluídas em ocupações administrativas e de prestação de serviços. Optaram pela continuação dos estudos em nível de 2º grau mas só as "do lar" se declararam marcadamente predispostas ao ingresso em um curso universitário. Consideraram muito importante passar a poder dar orientação no estudo dos filhos e mostrar à família e aos amigos que são capazes de obter um certificado de 1º grau.

A parte algumas semelhanças entre razões para terminar o curso rapidamente que se esboçaram entre mulheres e homens de até 35 anos — tais como as perspectivas de melhorar no trabalho com a apresentação do certificado de 1º grau; mudar de trabalho quando terminarem o 1º grau; fazer 2º grau; ingressar posteriormente em uma faculdade; poder orientar o estudo dos filhos — puderam ser observados outros fatores que estariam levando os homens mais novos a ter pressa em concluir o 1º grau. Declararam que lhes é exigida a apresentação do certificado de 1º grau no trabalho que atualmente realizam, especialmente os incluídos — nas ocupações de comércio. Também deixaram clara a perspectiva de ganhar mais onde trabalham após a conclusão do 2º grau.

Os homens de mais de 35 anos se mostraram, de ma

neira geral, os mais indefinidos do grupo de alunos estudados. A justificativa mais palpável para a pressa declarada em terminar o curso de 1º grau se concentrou, aparentemente, na importância atribuída à realização do 2º grau e na possibilidade de passarem a orientar o estudo dos filhos. Embora sem igual clareza, a maioria se declarou favorável à perspectiva de um curso universitário. Para os incluídos em ocupações administrativas e técnicas, científicas e afins foi apontada uma forte razão para o desejo de terminar rapidamente o curso: a exigência do certificado de 1º grau no trabalho atual.

## 6.7 - Conclusões:

Passou-se a verificar se, diante dos resultados em contrados, foi possível confirmar o proposto nas hipóteses formuladas para elaboração deste trabalho.

Com relação à primeira hipótese, pôde-se observar que realmente, entre os alunos estudados, há uma forte pre dominância do sexo feminino - na razão de duas mulheres para cada homem - aproximadamente 33% das quais não inseri das no mercado de trabalho, tendo declarado serem "do lar" (29%) e sem ocupação (4%). No que concerne à maior incidencia de alunos com mais de 35 anos, não se chegou a essa constatação. Houve, entre os alunos estudados, muito pouco nítida predominância dos que se encontravam na faixa etária até os 35 anos. Também no que se refere à escolaridade anterior, a hipótese foi refutada pois se mostrou a supre macia de alunos com ginásio incompleto.

Com relação à segunda hipótese, pôde-se notar alguma diferença de objetivos entre alunos mais novos e mais velhos, os mais velhos procurando, nitidamente, manter uma situação de trabalho. No que se refere à continuação dos estudos, houve também uma pequena diferença de respostas entre o grupo mais novo e o mais velho. Embora em ambos os grupos tenham predominado largamente os que consideram muito importante fazer o 2º grau, houve - proporcionalmente - maior definição dos alunos de até 35 anos com relação a esse aspecto. A hipótese foi, pois, confirmada.

A terceira hipótese foi confirmada já que as mulheres se posicionaram mais claramente favoráveis à continuação dos estudos do que os homens, embora a grande maioria de homens e mulheres tenha considerado muito importante fazer o 2º grau.

Em referência à quarta hipótese, pôde-se observar que 43,7% dos informantes que declarou necessitar apresentar o certificado de 1º grau em seu trabalho, em especial os localizados em ocupações administrativas - homens de mais de 35 anos e mulheres de todas

as idades — e homens de até 35 anos incluídos em ocupações de comércio.

Por outro lado, com referência à expectativa de promoção no emprego atual após a obtenção do certificado de 1º grau, pôde-se verificar que se mostrou realmente baixa, exceção feita aos localizados em ocupações administrativas (mulheres de todas as idades e homens mais velhos) e aos homens de até 35 anos envolvidos em ocupações de comércio. A isso deve ser acrescentado o fato de que apenas - 39,3% das pessoas estudadas declarou que gostaria de mudar de trabalho ao término do 1º grau. Claramente pôde ser observado que os homens, especialmente os mais velhos, se mostraram menos otimistas que as mulheres em relação à ascensão profissional até o término do 2º grau. Os homens de mais de 35 anos, aparentemente, voltaram suas expectativas para o término do 3º grau já que apenas 32% deles discordaram da possibilidade de virem a cursar uma faculdade.

Quanto aos que declararam não receber remuneração por trabalho que realizam — não foram objeto dessa quarta hipótese — interessante foi verificar que as mulheres "do lar" de mais de 35 anos pareceram amplamente favoráveis à permanência fora do mercado de trabalho (a não ser que pretendam ingressar nela após o curso universitário, já que apenas 21% delas não se dispôs a ingressar em uma faculdade). As mulheres "do lar" mais jovens, em maioria, declararam pretender ingressar no mercado de trabalho após o 2º grau, o mesmo acontecendo com a quase totalidade das "sem ocupação" de todas as idades. Entre os homens que declararam não trabalhar, não houve nenhuma concordância com a perspectiva de começarem a trabalhar após o 1º grau bem como foram unânimes em rejeitar a possibilidade de procurarem um emprego ao término do 2º grau.

Diante das respostas dadas ao questionário, diferentes se mostraram os posicionamentos dos informantes de acordo com a ocupação em que declararam estar incluídos.

A necessidade do certificado de 1º grau se mostrou imperiosa para os alunos localizados em ocupações adminis

trativas (25,6% dos alunos estudados). Entre eles, muitos funcionários públicos demonstraram estar almejando uma reclassificação de cargo. A grande maioria dos incluídos nessa ocupação declarou que antes de ingressar no CES estudava sozinho, concordou em que vai ganhar mais onde trabalha se continuar estudando (a perspectiva dos mais jovens é chegar à universidade) e, entre os mais velhos não houve predisposição demonstrada de mudar de trabalho ao fim do 2º grau. Apesar dessas informações prestadas em que mais ou menos definem os seus objetivos, as mulheres mais velhas também se deixaram levar pela necessidade de satisfação pessoal e de afirmação em termos intelectuais perante parentes e amigos.

Os atualmente incluídos em ocupações técnicas, científicas e afins (8,8% dos alunos estudados) demonstraram ter alguns pontos em comum: declararam necessitar do certificado de 1º grau para apresentar no trabalho mas não vislumbraram possibilidade de promoção após o 1º grau, à exceção das mulheres de mais de 35 anos cujas respostas a essa pergunta se mostraram muito divididas; gostariam de mudar de trabalho após a conclusão do 1º grau; consideraram muito importante continuar os estudos em nível de 2º grau mas houve uma diferenciação por idade com relação à disposição de procurar trabalho após a realização do 2º grau, os mais jovens — homens e mulheres — dispostos a isso. Curiosamente, apesar da vontade manifesta de mudarem de emprego após o 1º grau e de não vislumbrarem perspectiva de promoção em seu trabalho atual por ocasião desse evento, homens de mais de 35 anos e mulheres de até 35 anos se mostraram otimistas com relação à maior remuneração no trabalho atual ao fim do 2º grau. Só os homens de mais de 35 anos se declararam, em maioria, favoráveis a cursarem uma faculdade após o 2º grau.

Quanto aos ocupados em indústrias de transformação (4,4% dos alunos estudados) a indefinição pareceu ser total. Não houve manifestação maior de necessidade do certificado de 1º grau para apresentação no trabalho atual.

Também não se esboçou a perspectiva de maior remuneração ao fim do 1º nem do 2º graus. Não houve declaração marcante de predisposição de mudar de trabalho ao fim do 1º grau. Apesar de todo esse quadro, curiosamente, declararam pretender fazer 2º grau embora não tenha havido a mesma pretensão com relação ao curso universitário. Aparentemente, a continuação dos estudos se prendeu a uma necessidade proclamada pela maioria de "passar a poder dar alguma orientação no estudo dos filhos". Há a ressaltar ainda que, entre as mulheres de mais de 35 anos estudadas, não se apresentou nenhuma com esse tipo de ocupação.

Os localizados em ocupações do comércio e atividades auxiliares (10,4% dos alunos estudados) mostraram comportamento idêntico aos da indústria de transformação, exceção feita aos homens de até 35 anos cujas pretensões já foram anteriormente comentadas.

Nas ocupações de transportes (2,2% dos alunos estudados) não se incluiu nenhuma das mulheres estudadas. Dos homens localizados nesse tipo de ocupação houve declaração de que não é exigido o certificado de 1º grau. Pareceram insatisfeitos com o trabalho atual onde não vêem perspectiva de promoção ao fim do 1º grau. Declararam pretender mudar de trabalho quando concluírem o curso de 1º grau, continuar os estudos em nível de 2º grau e, após a conclusão deste, procurar um emprego. Pareceram bastante definidos, buscando condições de pleitear trabalho mais adequado, em nível médio, já que a maioria não se mostrou favorável à realização de um curso universitário.

Apenas uma mulher, com mais de 35 anos, se localiizou nas ocupações das comunicações (0,5% dos alunos estudados). Mostrou-se refratária a qualquer possibilidade de evolução ou mudança em termos de situação de trabalho e mesmo de continuação de estudos: não pretende fazer 2º grau. Aparentemente, a única justificativa para sua presença no curso é a necessidade de adquirir conhecimentos para orientar o estudo dos filhos. Dentro dessa perspectiva, foi bastante coerente em suas respostas.



Os incluídos nas ocupações de prestação de serviços (16,9% dos alunos estudados) declararam que não precisam de certificado no trabalho atual, embora os resultados fossem muito divididos a esse respeito. Mostrou-se baixa a expectativa de promoção ao término do curso de 1º grau nesse trabalho que ora realizam, tendo declarado que gostariam de mudar de trabalho quando terminarem o curso que estão fazendo. Declararam pretender fazer o 2º grau e consideraram muito importante passar a poder dar orientação no estudo dos filhos. Mostraram-se influenciados pela necessidade de mostrar à família e aos amigos que são capazes de obter um certificado de 1º grau.

Contrariando as respostas da maioria dos demais incluídos em prestação de serviços, as mulheres de até 35 anos localizadas nesse tipo de ocupação declararam que vêem perspectiva de melhorar no trabalho ao fim do 1º grau, como também do 2º, e que pretendem procurar um emprego ao fim do 2º grau. Pretendem chegar à universidade.

Os homens estudados que se incluem nas ocupações de defesa nacional (2,2% dos alunos) declararam que pretendem fazer 2º grau. No entanto, não se definiram claramente quanto às pretensões profissionais. Declararam não ver perspectivas de promoção ao término do 1º grau — o certificado não lhes é exigido, conforme suas declarações — mas não pretendem mudar de emprego nem mesmo após o 2º grau. Não demonstraram intenção de ingressar na universidade. Aparentemente, sua presença no curso se deve a um forte componente de satisfação pessoal já que, em maioria, concordaram com a afirmação de que estão fazendo o curso só para mostrar quê na sua idade, ainda podem obter um certificado de 1º grau.

As "donas de casa" (19,1% dos alunos estudados) apresentaram resultados pouco diferentes quanto à idade. O que diferiu basicamente no comportamento das mais velhas e mais novas foi a pretensão das de até 35 anos de procurar um emprego após o 2º grau. Essas se mostraram divididas quanto ao curso universitário, ao contrário das de mais de

35 anos que optaram claramente pelo ingresso em um curso superior. Quanto aos outros aspectos, deram respostas mais ou menos idênticas: pretendem fazer o 2º grau, querem passar a poder orientar o estudo dos filhos e consideraram muito importante "ter, com este curso, uma coisa com que me ocupar fora de casa e do trabalho".

Os que declararam que só estudam (4,4% dos alunos estudados) deram, sem dúvida, as respostas mais disparatadas de todos os grupos de alunos, separados por ocupação, no que se refere à situação de trabalho. Aparentemente, não deram a devida atenção à concentração necessária às respostas. O que ficou mais ou menos claro é que não pretendem começar a trabalhar após o 1º grau (a única mulher aqui incluída se posicionou, ao contrário dos homens, favorável a procurar um emprego ao fim do 2º grau). Chegar à universidade está nas perspectivas da maioria.

Não houve alunos incluídos nas ocupações de agropeucuária, da produção extrativa mineral e indústria de construção civil.

Curiosamente, apenas 4,4% dos alunos estudados consideraram nada importante terminar rapidamente o curso que realizam. É bom lembrar que esse tipo de curso não determina horários nem período de duração. Cada aluno se desenvolve de acordo com suas possibilidades e interesses. O questionário que serviu de base às conclusões aqui tiradas foi aplicado em 1979 e, entre os informantes, ainda havia quem tivesse iniciado o curso em 1976, 1977 e 1978. Sem dúvida, muitos alunos sentem grandes dificuldades em se desenvolver com relativa rapidez devido a problemas de pouca escolaridade anterior. Entre os alunos estudados, 3,3% declararam não ter nenhuma escolaridade anterior e 11,5%, primário incompleto. Para esses, o esforço deve ser realmente muito grande. Sua persistência indica, no entanto, que deverão chegar a concluir o curso.

A escolaridade anterior ao curso pareceu estar influindo em alguns posicionamentos tomados pelos alunos estudados:

. o percentual de concordância com o fato de que antes de entrar no CES estudavam sozinhos decresceu à medida que foi maior a escolaridade anterior. Isso mostrou bastante coerência de respostas já que os de maior escolaridade, por maior oportunidade anterior de frequentar escolas, devem ter encontrado menos necessidade de estudar sozinhos que os demais;

. a percepção da exigência do certificado de 1º grau no trabalho atual foi mais clara entre os que possuem primário completo e ginásio incompleto;

. à proporção que foi maior a escolaridade anterior, maior foi a discordância com a perspectiva de mudar de trabalho ao fim do 1º grau; os portadores de maior escolaridade demonstram, assim, maior preocupação em manter, por ora, seus trabalhos atuais;

. a expectativa de ingresso em um curso universitário, embora tenha sido observada na maioria, se mostrou mais claramente nos revestidos da maior escolaridade anterior;

. a preocupação de "mostrar à família e aos amigos que posso obter um certificado de 1º grau" foi menos evidenciada à medida que cresceu a escolaridade anterior;

. são os que possuíam ginásio incompleto se mostraram favoráveis à possibilidade de "conversar com colegas e professores sobre assuntos que não sejam diretamente ligados aos módulos".

Na acepção de currículo utilizada para realização deste trabalho, as manifestações de anseios e exigências do meio em que vivem os alunos em questão envolvem indicadores de ordem psico-social que não podem ser desconhecidos quando se pretende elaborar ou reformular um currículo.

Esperou-se, com este trabalho, estar contribuindo ainda que modestamente-para essa tarefa. Deseja-se que o novo currículo do CES/Niterói consiga oferecer uma visão nova a alunos e professores, não sendo apenas um decalque do anterior. Que o conservadorismo que sempre está camufla

do na aplicação de novas tecnologias seja rompido!

#### NOTAS

1 SAYLOR & ALEXANDRE, citado em Moulin, Nelly. *Conceito de Currículo*. Curriculum, RJ, 13(4):11, out/dez 1974.

2 ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Educação e Cultura. *Reformulação de Currículos*, 1º volume, p. 20.

3 SPERB, Dalila C. *Problemas gerais de currículo*. Globo, 2ª ed, 1972, p.65.

4 Em BRASIL, MEC, Secretaria Geral. *Educação de Edultos no Brasil (subsídios para a 3ª Conferência Internacional de Educação de Adultos)*, Brasília, 1971, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, RJ, 59(131):513, consta entre as prioridades do MOBREAL:

"Atenção prioritária aos grupos de 15 a 35 anos. Essa prioridade se justifica pelo fato desse grupo ter mais possibilidade de, em termos de aumento de produtividade, obter maiores resultados dos recursos investidos em sua formação durante sua vida ativa. Tal fator se reflete, com maior possibilidade de êxito, no ajustamento social dos grupos etários mais jovens, os quais têm hábitos ainda não cristalizados e maiores possibilidades de modificá-los. Essa prioridade não significa eliminar do programa o grupo de idade mais avançada. Quando esses grupos procurarem o sistema MOBREAL serão atendidos a fim de evitar frustrações".

O contato diário então mantido com os alunos do Centro de Estudos Supletivos de Niterói levou a fazer a hipótese de que há predominância de alunos com mais de 35 anos.

5 LEWIN, Helena & alii. *Mão de obra no Brasil: um inventário crítico*. Vozes(OIT) Puc, 1977, p.176.

6 Na obra acima citada, p. 216, Lewin considera que "a

qualificação educacional da população feminina é ligeiramente mais elevada que a masculina, com exceção do grau Universitário".

7 Ibidem p. 181, 182 e 184.

8 FURTER, Pierre. *Educação de adultos e educação extra-escolar nas perspectivas de educação permanente*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, RJ, 59(131): 414, jul/set/1973.

9 ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Educação e Cultura. *Reformulação de currículos*, 1º volume, p. 20.

10 IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1977, p. 142

11 MACEDO condena restrições à mulher no trabalho e propõe creches distritais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 nov.1980, p.5, cad, c.1.

12 DELFIM não mudará sua estratégia de combate à inflação — Bradesco insiste na alteração. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 agosto 1980, p.37, 1. cad. c.2.

## 7. Recomendações e Sugestões

Se, por um lado, o sistema educacional brasileiro é freqüentemente acusado de não levar o aluno a ter uma visão do todo, o sistema de avaliações utilizado no Centro de Estudos Supletivos/Niterôî e demais Centros de Estudos do Estado do Rio de Janeiro pode levar, indiscutivelmente, a uma compartimentação indesejada e inadmissível dentro de cada disciplina. Está sendo propiciada a ingestão de conhecimentos novos em pequenas doses mas são precárias as condições necessárias à solidez do aprendido. Talvez esteja mesmo havendo incentivo involuntário à manutenção das dificuldades que o aluno sinta no trabalho com determinada disciplina. Assim, o aluno que entra no curso predisposto a não se sair bem em determinado componente do currículo pode ser levado a cumprir todas as atividades propostas, procurar a orientação — caso necessite — mas com o objetivo de se desvencilhar daquele módulo que está estudando. O sistema de avaliações propicia, de certa forma, um eterno recomeçar em que, se há necessidade de conhecimentos anteriores — como quase sempre acontece — alguns alunos ficam preocupados e mesmo aborrecidos por terem que voltar a etapas já "vencidas". Muitos alunos pretendem realizar o curso "arquivando" tudo o que estudaram nos módulos anteriores ao que estão estudando no momento.

Ao lado das falhas técnicas encontradas na elaboração das avaliações utilizadas nos cursos de suplência em nível de 1º grau nos Centros de Estudos Supletivos do Estado do Rio de Janeiro, é indispensável também uma reformulação em todo o sistema de avaliações no que se refere à necessidade de introdução de avaliações somativas. Só assim, o aluno será levado a mostrar que sabe fazer ligações entre os conhecimentos adquiridos em pequenas doses e passará a assumir maior responsabilidade por sua aprendizagem.

As avaliações somativas poderiam ser de grande valia para introduzir mais facilmente ao processo os alunos provenientes de escolas regulares ou supletivas de 1º grau.

Seriam, nesse caso, aplicadas ao aluno candidato ao curso as avaliações somativas referentes aos conteúdos normalmente ministrados até a série que cursou fora do Centro de Estudos e, caso obtivesse o percentual exigido, poderia passar direto ao módulo seguinte à última avaliação somativa por ele realizada a contento.

Observa-se, nos módulos utilizados no Centro de Estudos de Niterói, uma tendência muito grande de apresentar os conteúdos de forma muito detalhada, dirigindo de maneira inequívoca o "aprendizado" do aluno. Tudo é dado, os módulos são geralmente auto-suficientes e o aluno não tem muitas sugestões de trabalhos independentes.

A sociedade praticamente deve pagar um tributo ao aluno que procura os Centros de Estudos Supletivos a quem, via de regra, não foi dada sequer a possibilidade de uma escolarização básica. No entanto, numa tentativa de suavizar o esforço exigido para que atinja os objetivos de cada módulo — 80% de acertos — os elaboradores do material, entre os quais se inclui a autora deste trabalho, assumiram uma atitude paternalista com relação ao aluno dando-lhe, dentro do módulo, tudo o que precisa para que chegue a bom termo na avaliação final. Deram-lhe, desconhecendo tudo a respeito dele, as migalhas de um "saber" voltado para a reprodução de conteúdos impostos.

Fornecer todas as informações para que o aluno pudesse alcançar o percentual de acertos exigidos em cada avaliação foi, em dado momento, a preocupação principal dos elaboradores do material utilizado no CES. Ao lado do desconhecimento das características de clientela, a precariedade dos recursos audiovisuais disponíveis no Centro de Estudos a ser criado e, principalmente, a falta de um referencial teórico básico e apoio técnico impediram uma visão mais ampla do que se poderia pretender em relação a uma verdadeira aprendizagem dos alunos. Inegavelmente, visto que a quase totalidade dos alunos estudados se mostrou favorável à perspectiva de continuação dos estudos, os conteúdos apresentados nos módulos são básicos e, assim, indis-

pensáveis à caminhada que se propõem a empreender. Questionável, todavia, é a forma como é conduzido o aprendizado.

Interessante é recomendar, a esse respeito, a leitura da dissertação de mestrado da professora Leda Eulália Cordeiro Motta — citada na bibliografia deste trabalho —onde é ênfocada a ideologia dos módulos de Comunicação e Expressão utilizados no Centro de Estudos Supletivos de Niterôi.

Tendo em vista as idéias do professor Peel sobre a importância do desenvolvimento do pensamento, sintetizados no item 5 deste trabalho, pode-se perguntar sobre o que tem sido feito no CES/Niteroi para levar o aluno a pensar, a redimensionar seu universo e passar a ação de forma realmente diferente da que lhe era peculiar antes do ingresso no curso que realiza.. Está-se, atualmente, concentrando na exigência de uma resposta, considerada ótima, que não ultrapassa o nível circunstancial de julgamento.

A "troca de idéias" pode ser encarada como um dos fatores que influenciam basicamente os atos de julgar e pensar. Apenas 38% dos alunos estudados considerou muito importante "conversar com colegas e professores sobre assuntos que não sejam diretamente relacionados aos módulos". Se os reformuladores de currículo e elaboradores de material didático do Centro de Estudos Supletivos de Niterôi se convencerem a pressupor que um dos objetivos básicos da escola é levar seu aluno a pensar, sua responsabilidade assumirá caráter ainda mais desafiante à medida em que será preciso conciliar todas as conhecidas dificuldades de disponibilidade de tempo do aluno com a natural reação à mudança que deverá surgir, tanto por parte dos alunos quanto das autoridades a que o referido Centro de Estudos está subuordinado.

Lamentavelmente, entre outras falhas, o questionário apresentado aos alunos não solicitou informações a respeito do hábito de leitura de obras literárias. A consulta aos arquivos da biblioteca do Centro de Estudos Supletivos de Niterôi mostrou, no entanto, que poucos são os alunos



que a ela se dirigem com esse objetivo. Levando-se em consideração que hoje, para quase todas as pessoas, a compra de livros está num dos últimos degraus da escada de prioridades — a já velha inflação e a difícil luta pela sobrevivência quase impõem isso — pode-se inferir que a maioria dos alunos não lê muito mais do que é proposto nos módulos. Iso vem sobrecarregar o desafio acima apontado.

Seria muito proveitoso o incentivo à organização de uma agremiação de alunos e ex-alunos que tivesse objetivos múltiplos, de acordo com seus interesses, mas cuja finalidade principal fosse — ainda que implicitamente — concorrer para a promoção do crescimento do pensamento.

Recomenda-se também que as "reuniões socializantes", realizadas mensalmente, voltem a ter um caráter menos de promoção da escola junto a autoridades e comunidade local e mais de entrosamento de alunos e professor. É importante a abertura de um espaço, mesmo antes de se concretizar a agremiação dos alunos, para que possam se expressar livremente sem o constrangimento do ar e trajes festivos que se têm podido observar ultimamente em tais reuniões.

Interessante seria, por outro lado, a instituição da figura de um orientador de curso, de caráter eletivo, que poderia contribuir para ajudar o aluno a organizar um plano de estudos compatível com seus interesses e tempo disponível. No início do curso, principalmente, isso seria de grande valia já que os alunos, em geral, se mostram dispersos entre tantos módulos, de tantas disciplinas diferentes, e tanta "liberdade" para seguir seu curso da maneira que lhes convier.

Se seguida a sugestão de não optar exclusivamente por módulos auto-suficientes, torna-se necessário, mais do que já o faz, a inclusão de um roteiro de trabalho a ser seguido no desenvolvimento do estudo de cada módulo. Esse roteiro deverá ser elaborado com sugestões bastante diversificadas de trabalhos independentes de forma a permitir aos alunos um desenvolvimento maior nas áreas de seu interesse.

Sugerem-se reformulações no conteúdo programático e na maneira de apresentar os módulos de Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Mais que nas outras disciplinas, os assuntos ali enfocados são passíveis de modificação constante como, por exemplo, os que se referem a Ministros de Estado e à Constituição Brasileira em vigor. Assim sendo, recomenda-se que os módulos que se refiram a assuntos da atualidade não contenham em seu bojo as informações necessárias à realização das avaliações a eles pertinentes mas que sejam indicadas as fontes a serem consultadas. No conteúdo programático, deveria ser incluída uma linha de reflexão sobre o mercado de trabalho visando a propiciar o estabelecimento de relações do mesmo com o crescimento da escolaridade. Seria indispensável possibilitar ao aluno uma reformulação da mentalidade tradicional, vigente também nos alunos estudados, de que cada vez mais escolaridade conduz, inevitavelmente, ao correspondente sucesso profissional e, conseqüentemente, a maior remuneração.

A Deliberação 12/76 do Conselho Estadual de Educação(RJ) já preconizava em seu artigo 6º, parágrafo 2º:

"Os cursos de suplência, para efeito de conclusão de grau, deverão realizar-se, de preferência, em adição a curso de aprendizagem ou qualificação; se isolados, é recomendável se complementem com informações ou práticas relativas a atividades profissionais".

Caberia também um esclarecimento maior a respeito de que tipo de curso de 2º grau escolher, caso a opção recaia sobre sua realização.

Em História e Geografia indispensável seria a inclusão de uma visão do mundo que possibilitasse um maior entendimento da realidade brasileira. Atualmente, só são enfocados assuntos referentes à História e Geografia do Brasil o que, sem dúvida, deixa muitas lacunas no processo de reflexão aqui sugerido como linha mestra a ser perseguida na condução dos trabalhos.

Em Matemática, ao lado das sugestões dadas ante

riormente quanto à forma de apresentar o conteúdo, sugere-se um aprofundamento nos assuntos referentes à Geometria como incentivo ao desempenho da percepção visual do aluno.

Com relação às Ciências Físicas e Biológicas, o conteúdo se apresenta atualmente muito fragmentado já que se oferecem ao aluno módulos de Física, Química, Biologia e Meio Ambiente. Entre as disciplinas apontadas pelo Parecer 247/77 do Conselho Estadual de Educação (RJ), para serem oferecidas em curso de suplência em nível de 1º grau, aparece referência às Ciências, como um todo. Sugere-se, então, que deixe de haver a compartimentação apontada.

Comunicação e Expressão - que deveria se chamar Língua Portuguesa já que o Parecer acima referido indica que o ensino supletivo, nesse nível, deve ser ministrado por disciplina e não por área de estudo - provavelmente vai encontrar mais facilidade na reformulação de seu trabalho. Ao lado das sugestões aqui anteriormente apontadas, cabe a consulta à dissertação da professora Leda Eulália Cordeiro Motta, já citada.

Por outro lado, não só em Comunicação e Expressão mas também nos demais componentes do currículo, deve ser levado em consideração o fato de que, segundo Peel, a análise de um material textual deve envolver três aspectos básicos: o texto, a pergunta feita e a resposta dada. De pouca valia será, então, reformular os textos sem atentar para os outros componentes já que a categorização da resposta deverá ser feita em função de uma argumentação que pode encontrar, no texto, poucos subsídios. O exemplar número 2 de 1978 da revista Forum Educacional pode fornecer um bom ponto de partida para o entendimento dessa perspectiva de análise.

Sugere-se também, que a divulgação do Centro de Estudos Supletivos de Niterói seja dirigida, preferencialmente, aos grupos com idade até 35 anos já que estes poderão obter resultados mais significativos em relação aos recursos investidos em sua formação, tendo em vista que sua vida ativa tende a ser maior.

Ao dar por terminado este trabalho, pôde-se sentir muito mais dúvidas do que "certezas" a respeito do estudado. A velocidade com que as informações se tornam obsoletas e a

convicção de estar analisando a questão pelo "lado de fora" podem ser a causa disso.

"Inútil mandar o hoje ser ontem. É só aparência. Impossível fixar o que não cabe nas nossas medidas.

Inútil carregar nos ombros os moldes, porque não vão mais servir. Quem faz a estrada já deixa um espaço entre os dormentes, por causa da dilatação. Para que figurino, se a moda quem faz, no fim, é mesmo o sol e o frio? Melhor é levantar, de vez em quando, o véu. Para a gente não levar susto no quilômetro 100.

Lá longe, muitos negarão o movimento e farão da permanência um culto. Porque não tiveram a coragem de fazer esse rito humilde e singelo de levantar uma ponta do véu...

A caminhada é lenta e a gente não pára pra ver. Você tem a impressão de que tudo está parado, porque você anda depressa. E se esquece de que o cerne não se rege pelos mesmos códigos e medidas das cascas. Melhor é saber que não é perene essa calma das águas e que o lago à tarde será diferente.

A gente aprendeu que só caminha o que tem pés. E você levará um susto, quando descobrir amanhã o ritmo acelerado do cerne, pois a estrada caminha muito mais do lado de dentro".

Dom Marcos A. Noronha em  
Ninguém João. Petrópolis, Vozes, 1971, páginas 34 e 35.

B I B L I O G R A F I A

- BAETA, Anna Maria Bianchini. *Níveis de julgamento de alunos de 1º, 2º e 3º graus de ensino e linha de orientação metodológica de seus professores*. IESAE-FGV/INEP - MEC, 1978.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular; um estudo sobre educação de adultos*. São Paulo Pioneira, 1974.
- BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a submissão - O condicionamento da mulher*. 2.<sup>a</sup> ed, Petrópolis, Vozes, 1979.
- BISHOP, L.K. *Individualização de sistemas educacionais: ensino de primeiro e segundo graus*. São Paulo, EPV, 1977.
- BRASIL, Leis, decretos, etc. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 1.<sup>a</sup> parte. Rio de Janeiro, Secretaria do da AEC do Brasil, 1963.
- \_\_\_\_\_. MEC/Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 699/72*.
- \_\_\_\_\_. *Parecer 2110/76*.
- \_\_\_\_\_. MEC. *Educação de Adultos no Brasil (Subsídio para a III Conferência Internacional de Educação de Adultos)*. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 131(59):505-35.
- \_\_\_\_\_. MEC/DSU/CETEB. *Preparação de elaboradores de instrumentos de instrução personalizada: Módulo 04* - Brasília, CETEB, 1976.
- \_\_\_\_\_. MEC/DSU/FUBRAE/CETEB. *Preparação de professo*

res para Ensino Supletivo: Dimensões legais do Ensi  
no Supletivo. Brasília, CETEB, 1975.

\_\_\_\_\_. MEC/MOBRAL. *Seminário Interamericano de Educa*  
*ção de adultos - documento final*. Rio, 9 a 18 de abril  
de 1973.

\_\_\_\_\_. SEPLAN/IBGE/Superintendência de Estatísticas  
Primárias. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*  
- 1977 - Rio de Janeiro, FIBGE, 1979.

\_\_\_\_\_. SEPLAN/IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil* ,  
1977.

COLLET, Heloisa Gouveia. *A Educação de adultos e a neces*  
*sidade de metodologia específica*. *Curriculum*, RJ, 15(3) :  
63-7, Jul/Set-1976.

\_\_\_\_\_. *Educação permanente: uma abordagem metodolôgi*  
*ca*. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio, Depar  
tamento Nacional, 1976.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no*  
*Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

DELFIN não mudará sua estratégia de combate à inflação -  
Bradesco insiste na alteração. *Jornal do Brasil*, Rio  
de Janeiro, 10 Ago.1980, p. 37, 1 cad., c 2.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Conselho Estadual de Educação -  
*Deliberação 12/76*.

\_\_\_\_\_. *Deliberação 16/76*.

\_\_\_\_\_. *Deliberação 201/78*

\_\_\_\_\_. *Parecer 254/80*

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação e Cultura -

*Reformulação de Currículos*, 1º volume.

FERRAZ, Esther de Figueiredo. *Alternativas da Educação*. - Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1965.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Edart, 1978.

FURTER, Pierre. *Educação de adultos e educação extra-escolar nas perspectivas da educação permanente*. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 131(59): 410-22.

GARCIA HOZ, Vitor & alii. *A educação de hoje como processo de personalização*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

HARPER, Babette & alii. *Cuidado, escola: desigualdade, domesticação e algumas saídas*. 3ª ed, São Paulo, Brasiliense, 1980.

JANNUZZI, Gilberta Martino. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

LEWIN, Helena & alii. *Mão de obra no Brasil: um inventário crítico*. Vozes/OIT/PUC, 1977.

MACEDO condena restrições à mulher no trabalho e propõe creches distritais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 novembro 1980, p. 5, 1 cad., c.1.

- MANFREDI, Sílvia Maria. *Política: Educação popular*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- MEDEIROS, Marilú Fontoura de. *A individualização do ensino: uma alternativa de melhoria do ensino e da aprendizagem?* Forum Educacional, RJ, 2(4):67-82, Out/Dez, 1978
- MOTA, Leda Eulália Cordeiro. *Módulos de Ensino de Comunicação e Expressão no Ensino Supletivo - Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro, FGV/IESAE, dissertação de mestrado, 1980.
- MOULIN, Nelly. *Conceito de currículo*. Currículum, RJ, 13 (4): 5-16, Out/Dez- 1974.
- NAGEL, Thomas S. & Richman, Paul T. *Ensino para competência: uma estratégia para eliminar fracasso*. Porto Alegre, Globo, 1976.
- PARO, Vitor Henrique. *Aspectos econômicos da avaliação de currículos*. Cadernos de Pesquisa nº 25: 97-103, jun/78.
- PEEL, E.A. *Compreensão de matérias escolares*. Forum Educacional, RJ 2(2): 109-21, Abr/Jun-1978.
- . *The nature of adolescent judgment*, London , Staples Press, 1971 - IESAE/FGV, 1977 (xerox).
- PINHEIRO, Lúcia Marques. *Bases para a reformulação de currículos e programas do ensino fundamental*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, RJ, 57(125): 10-31, - Jan/Mar-1972.
- PINTO, L.A. Costa. *Desenvolvimento econômico e transição social*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.



SALDANHA, Louremi Ercolani. *Ensaio sobre um modelo de organização de ensino com vistas à individualização*. 2 volumes, Porto Alegre, Centro Regional de Pesquisas do Rio Grande do Sul/INEP/MEC, 1969.

———. *Ensino individualizado: modelo de organização do ensino com vistas à individualização*. Porto Alegre, URGs, 1972.

SILVA, Maria Helena Braga Rezende. *Módulos Instrucionais*. Rio de Janeiro, Série CDRH

SINGER, Paul. *Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920 - 1969*. São Paulo, Cadernos CEBRAP, 1971.

SPERB, Dalila C. *Problemas gerais de currículo*. 2<sup>a</sup> ed, Porto Alegre, Globo, 1972.

TURRA, Clódia Maria & alii. *Planejamento de ensino e avaliação*. 4<sup>a</sup> ed, Porto Alegre, PUC-EMMA, 1975.

TYLER, Ralph W. *Princípios básicos de currículo e ensino*. Porto Alegre, Globo, 1974.

VELLOSO, Jacques Rocha. *Exames de suplência: candidatos e rendimento em 5 capitais*. Cadernos de Pesquisa nº 27 : 19-39, Dez, 1978.

Para 2023 Junho 11 2023

elio  
Assente a 105

Nome dos

Componentes da

Banca Examinadora

Edson de Azevedo

Stella do Lh Guimarães

Visto e permitido a impressão.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Egal V. Vi  
Coordenador Geral de Ensino

Monic J. B. B. B. B.  
Coordenador Geral de Pesquisa